



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 77, SÁBADO, 22 DE MAIO DE 2021



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 50^a SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 21 DE MAIO DE 2021

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a debater a educação bilíngue de surdos (Projeto de Lei nº 4909/2020), nos termos do Requerimento nº 1508/2021, da Senadora Mara Gabrilli e outros Senadores	8
1.2.1 – Fala da Presidência (Senadora Leila Barros)	9
1.2.2 – Oradores	
Senadora Mara Gabrilli	9
Senador Flávio Arns	11
Senador Paulo Paim	12
Senadora Zenaide Maia	13
Sra. Flaviane Reis, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas dos Surdos / Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS	14
Sr. Eduardo Moreira de Souza, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Surdos Oralizados - ANASO e Presidente da Associação de Deficientes Auditivos, Pais, Amigos e Usuários de Implante Coclear do Estado do Pará - ADEIPA	18
Sra. Cláudia Sofia Indalecio Pereira, Presidente / Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial	20
Sra. Crisiane Nunes Bez Batt, Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos / Secretaria de Modalidades Especializadas do Ministério da Educação - DIPEBS/MEC	23
Sra. Regina Maria de Souza, Professora / Universidade Estadual de Campinas - Unicamp	25
Sra. Rosângela Machado, Mestre e Doutora em Educação / Universidade Estadual de Campinas - Unicamp	27
Sra. Silvana Lucena dos Santos Drago, Conselheira Municipal de Educação / Cidade de São Paulo - SP	30



Sr. Cláudio Drewes José de Siqueira, Procurador-Chefe / Procuradoria da República no Distrito Federal	35
Sra. Deborah Kelly Afonso, Promotora de Justiça / Ministério Público do Estado de São Paulo	38
Sra. Marisa Dias Lima, Professora / Universidade Federal de Uberlândia - UFU	42
Senadora Mara Gabrilli	45
Senador Flávio Arns	45
Senador Styvenson Valentim	48
1.2.3 – Fala da Presidência	
Leitura de mensagens encaminhadas pelo portal e-Cidadania	49
1.3 – ENCERRAMENTO	50
2 – ATA DA 51^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 21 DE MAIO DE 2021	
2.1 – ABERTURA	52
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do Requerimento nº 178/2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores	52
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	52
2.2.2 – Exibição de vídeo institucional	52
2.2.3 – Fala da Presidência (Senador Izalci Lucas)	52
2.2.4 – Exibição de vídeo em homenagem ao aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal	54
2.2.5 – Oradores	
Sr. Adriano Rosa Eduardo, Assessor Técnico do Núcleo de Controle de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Operações Integradas / Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal	54
Sr. Maicol Coelho Lourenço, Chefe da Subseção de Atualização Técnica do Centro de Treinamento e Especialização / Polícia Militar do Distrito Federal	56
Sra. Tainá Medeiros Bucar, Ajudante de Ordens do Chefe do Estado-Maior / Polícia Militar do Distrito Federal	57
Sr. Rafael Jason de Souza da Silva, Subchefe da Seção de Legislação do Estado-Maior / Polícia Militar do Distrito Federal	58
Sr. Márcio Júlio da Silva Mattos, Chefe da Subseção de Operações do Estado-Maior / Polícia Militar do Distrito Federal	59
Sr. Michello Bueno Gonçalves Oliveira, Chefe da Seção de Assessoria a Imprensa / Centro de Comunicação Social da Polícia Militar do Distrito Federal	60
Sr. Darlam Kely Rodrigues Jacintho, Comandante / 13º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal;	61
Sr. Luís Marcelo Silva de Almeida, Comandante Interino do Comando de Policiamento de Trânsito / Polícia Militar do Distrito Federal	62



Sr. Jorge Eduardo Naime Barreto, Chefe do Departamento de Operações / Polícia Militar do Distrito Federal	63
2.3 – ENCERRAMENTO	66

PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Projetos de Lei

Nº 1912/2021, do Senador Omar Aziz, que <i>altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de prescrição de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais sem comprovação científica.</i>	68
--	----

Nº 1913/2021, do Senador Marcos Rogério, que <i>altera a Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, para permitir a opção pela inclusão nos quadros federais em extinção dos professores do Estado de Rondônia, nas condições que menciona.</i>	74
---	----

3.1.2 – Propostas de Emenda à Constituição

Nº 12/2021, primeiro signatário o Senador Alessandro Vieira, que <i>altera o art. 13 da Constituição Federal para incluir a língua brasileira de sinais como um dos idiomas oficiais da República Federativa do Brasil.</i>	80
---	----

Nº 13/2021, primeiro signatário o Senador Marcos Rogério, que <i>acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que os Estados o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, no exercício financeiro de 2020, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal.</i>	84
---	----

3.1.3 – Requerimentos

Nºs 3085 e 3087/2020; 2 e 871/2021, de diversos Senadores, de adição de assinatura à Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2021	90
---	----

Nº 1558/2021, do Senador Paulo Paim, de informações ao Ministro de Estado da Educação.	98
--	----

Nº 1559/2021, do Senador Paulo Paim, de informações ao Ministro de Estado da Educação.	102
--	-----

Nº 1560/2021, do Senador Paulo Paim, de informações ao Ministro de Estado da Educação.	106
--	-----

Nº 1561/2021, do Senador Paulo Paim, de informações ao Ministro de Estado da Educação.	110
--	-----

PARTE III

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	115
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	116
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	119
7 – LIDERANÇAS	120
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	122



9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	127
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	133
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	180



Ata da 50^a Sessão, de Debates Temáticos,
em 21 de maio de 2021

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência da Sra. Leila Barros.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 4 minutos e encerra-se às 12 horas e 40 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

É com muita alegria que eu informo a todos que nós estamos tendo a primeira sessão plenária virtual acessível no Senado Federal.

Eu me chamo Senadora Leila Barros, sou Senadora pelo Distrito Federal e estou representando a requerente desta audiência, a Senadora Mara Gabrilli. Estou vestindo terno rosa, estou usando máscara azul de poá, e, atrás está a Bandeira do nosso País, do Brasil.

Bom dia a todos!

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão remota de debates temáticos foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que regulamenta o funcionamento remoto do Senado Federal, e em atendimento ao Requerimento nº 1.508, de 2021, da querida Senadora Mara Gabrilli e outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

Cumpre a esta Presidência destacar que a presente sessão disponibiliza a seus convidados e seus espectadores amplos recursos de acessibilidade, tais como interpretação entre Libras e Português, legenda em tempo real e audiodescrição. Ela é transmitida pelo canal oficial do Senado Federal no YouTube em duas versões acessíveis, uma delas com audiodescrição permanente dos conteúdos visuais.

Informo aos convidados que, para acionar o recurso de audiodescrição na plataforma de videoconferência, é preciso selecionar a opção de idioma inglês.

Esta Presidência informa ainda que os cidadãos podem participar desta sessão remota de debates temáticos por meio da plataforma e-Cidadania, enviando perguntas e comentários ao endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo número 0800-612211.

Ademais, desde 2019, o Portal e-Cidadania do Senado Federal, de forma inclusiva, passou a receber ideias legislativas de pessoas surdas por meio de vídeo em Libras. Para garantir o amplo entendimento da ferramenta para todos, foram criados vários vídeos em Libras com o passo a passo. Dessa forma, o portal possibilita a participação de praticamente todos os brasileiros interessados, que podem sugerir suas ideias escrevendo pela internet, ligando para o 0800 do Senado, e agora também por meio de vídeo em Libras.

Uma estudante de Brasília cadastrou a primeira ideia legislativa em Libras ainda em 2019. A ideia dela foi adotada pela Senadora Zenaide Maia e transformada no PL 5.961, de 2019, que inclui o ensino de Libras nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Esta sessão de debates temáticos é destinada a receber os seguintes convidados, a fim de discutir o Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Os nossos debatedores serão:

– Sra. Flaviane Reis, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas dos Surdos da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis);

– Sr. Eduardo Moreira de Souza, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Surdos Oralizados (Anaso) e Presidente da Associação de Deficientes Auditivos, Pais, Amigos e Usuários de Implante Coclear do Estado do Pará (Adeipa);

– Sra. Claudia Sofia Pereira, Presidente do Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial;

– Sra. Crisiane Nunes Batti, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos da Secretaria de Modalidades Especializadas do Ministério da Educação;

– Sra. Regina Maria de Souza, Professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);



– Sra. Rosângela Machado, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);

– Sra. Marisa Dias Lima, Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU);

– Sra. Silvana Lucena dos Santos Drago, Conselheira Municipal de Educação na Cidade de São Paulo;

– Sr. Claudio José de Siqueira, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal;

– Sra. Deborah Affonso, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Além dos convidados, encontram-se presentes nesta sessão intérpretes de Libras, intérpretes de voz, um audiodescritor e duas guias-intérpretes.

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos para o andamento desta sessão: será inicialmente dada a palavra aos convidados, por dez minutos. Após, será aberta a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, organizados em blocos, dispondo cada Senador de cinco minutos para suas perguntas. Os convidados disporão de cinco minutos para responder à totalidade das questões do bloco. Os Senadores terão dois minutos para a réplica.

As inscrições dos Senadores presentes remotamente também serão através do sistema remoto, informo a todos.

As mãos serão abaixadas no sistema remoto, e neste momento estão abertas as inscrições.

Bom dia a todos os participantes desta sessão de debates agendada para discutir o Projeto de Lei 4.909, de 2020.

Aproveito para mandar um abraço e um agradecimento muito especial pela presença de todos os nossos convidados.

Agradeço também aos Senadores presentes – estou vendo o Senador Flávio Arns, autor dessa proposição, e o Senador Styvenson Valentim – e mando um abraço a todos eles. A Senadora Mara Gabrilli certamente estará aí, como o nosso querido Paulo Paim. Agradeço a presença de vocês.

Externo ainda minha gratidão a todos que assistem e contribuem com esta audiência interativa, enviando perguntas, comentários e sugestões.

Senhoras e senhores, o PL 4.909 inclui, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino independente. A votação do projeto, que estava marcada para o dia 12 de maio passado, foi adiada em virtude de apelos feitos por várias entidades para que o debate sobre o tema pudesse ser aprofundado. A Senadora Mara Gabrilli foi a porta-voz do pedido de adiamento, que recebeu a anuência do autor, Senador Flávio Arns, e do Relator da matéria, Senador Styvenson Valentim.

Louvo a atitude democrática desses Senadores e também do Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, que viabilizou a realização deste debate para garantir que o projeto seja incluído na Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira.

Não resta dúvida sobre a importância do tema. Por isso agradeço novamente a participação de todos. Através do diálogo, da troca de ideias e da união de esforços, tenho certeza de que poderemos avançar na construção de um entendimento, até porque todos nós que estamos aqui temos o objetivo comum de derrubar as barreiras que impedem a inclusão social.

Para iniciar os debates, passo a palavra para o primeiro participante, ou melhor, na verdade, vou passar a palavra – peço desculpas a todos – para a requerente desta sessão, a nossa querida Senadora Mara Gabrilli.

Bom dia a todos!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discursar.) – Bom dia! Bom dia a todos!



Eu agradeço a todos pela realização deste debate tão democrático.

Vou fazer aqui minha descrição para os cegos que estão assistindo a este debate. Eu sou uma mulher clara, de cabelos médios, lisos e castanhos. Estou numa sala com muita luz natural. Atrás de mim, há uma cristaleira e uma parede azul celeste. Estou com um vestido azul-marinho.

Em primeiro lugar, eu quero expressar minha gratidão à sempre queridíssima Senadora Leila Barros, que está presidindo esta sessão.

Tem feito diferença, Leila, no Senado a sua atuação. O Brasil agradece a você.

Obrigada ao Relator do projeto, nosso Senador Styvenson Valentim, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação e pela vontade de ouvir sempre.

Obrigada, Senador.

Hoje, Sra. Presidente Leila, é um dia que ficará registrado na história do Senado, porque a gente tem nesta sessão todos os recursos de acessibilidade para permitir a ampla participação das pessoas com deficiência.

Eu quero agradecer à Ludmila Fernandes e a toda a equipe maravilhosa da Secretaria-Geral da Mesa, aos servidores da área de acessibilidade do Senador, por meio da Francis Monzo, e a todos os departamentos que foram mobilizados para garantir os intérpretes de Libras e de Português, as legendas em tempo real e a audiodescrição. Obrigada a todos.

Obrigada a todas as organizações também que me procuraram pedindo mais debate, a todos os Senadores que apoiaram o nosso requerimento.

Eu fico superemocionada porque sinto muito orgulho de ver a cidadania sendo exercitada e o Senado assumindo o seu papel de proporcionar a representatividade da população, para, juntos, construirmos política pública no nosso País em prol da inclusão e da diversidade.

Então, eu quero já encerrar por aqui.

Está em discussão o Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, de autoria do Senador Flávio Arns, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para não mais considerar a educação bilíngue de pessoas surdas como um direito incluído na modalidade de educação especial e para instituir um novo capítulo na LDB, versando exclusivamente sobre uma nova modalidade: a educação bilíngue de surdos.

Quero agradecer a presença de todos: do Procurador da República Claudio José de Siqueira; da Promotora de Justiça Deborah Kelly Affonso, que está nos trazendo a visão do Ministério Público; quero saudar também a participação da Flaviane Reis, que é da Feneis; do Eduardo Moreira de Souza, representando a Anaso e a Adeipa; e da minha querida Claudia Sofia Indalecio Pereira, que só nos faz emocionar e aprender, do Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego – eu estava com saudade de encontrar você, minha amiga!

Muito obrigada à Diretora do MEC Crisiane Nunes Bez Batti por atender ao nosso convite. Eu estou ansiosa para conhecer o seu trabalho na estruturação de escolas de educação bilíngue de surdos por todo o nosso País, com o apoio técnico e financeiro do MEC.

Quero agradecer também à nossa professora, tão competente e querida, Silvana dos Santos Drago, hoje Conselheira Municipal de Educação, que é um exemplo de gestora na implementação da educação bilíngue da maior rede de ensino do País, que está na minha cidade de São Paulo. É sempre bom aprender com a sua experiência na educação, Silvana!

E, por fim, obrigada pela presença de pesquisadores de nossas universidades: a Rosângela Machado e a Regina Maria de Souza, da Unicamp; a Marisa Dias Lima, da Universidade Federal de Uberlândia. Queremos muito ouvi-las.

E também agradeço o trabalho essencial dos nossos intérpretes, dos audiodescritores, das guias-intérpretes, que estão lá junto da Claudia Sofia realizando o Tadoma, que é um método de comunicação



no qual a pessoa surdo-cega coloca a mão sobre a boca e o pescoço da intérprete e, por meio da vibração de sua voz, ela pode entender o que está sendo dito e participar do debate. Isso tudo é tão maravilhoso! É o reconhecimento da cidadania sem deixar ninguém para trás.

Eu não vou me alongar mais, Leila. Já estou emocionada. E eu quero ouvir os nossos convidados.

Eu deixo aqui, em homenagem às lutas das pessoas com deficiência, a célebre frase do professor e sociólogo português Boaventura Sousa Santos: "Temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza".

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mara, você nos emociona. Sua luta é a nossa luta. E é muito bom estar participando desta Legislatura e aprendendo com você e com os demais que estão aqui. Essa luta das pessoas com deficiência também é a nossa luta. Um beijo para você!

Pela ordem aqui, eu vou passar a palavra para o primeiro Senador que pediu, o Senador Flávio Arns, que é o autor do projeto.

Bom dia, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discursar.) – Bom dia, Leila.

Quero, em primeiro lugar, também dizer a todos que nos acompanham que eu sou Flávio Arns. Estou falando aqui da minha casa em Curitiba. Estou usando uma camisa azul, sou o autor desse projeto de lei, uso óculos também já faz algum tempo, e estamos firmes junto com vocês e agradecidos também.

Quero cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli, o Senador Styvenson, os expositores, mas eu pedi pela ordem para dizer para o Brasil todo, para todos e todas que nos acompanham, que é a primeira vez na história do Senado em que inúmeras técnicas de acessibilidade estão sendo usadas ao mesmo tempo. Então, isso sinaliza a competência, a sensibilidade, o cumprimento da legislação, um processo de conscientização do nosso Senado sobre acessibilidade.

Como já foi mencionado tanto pela Mara como por você, Leila, nós estamos com intérprete de sinais de Libras, intérprete de voz, áudio descrição para pessoas cegas, legendas em tempo real, Tadoma para a convidada surdo-cega. E isso foi fruto de uma articulação de trabalhos de vários setores do Senado Federal, todos empenhados para que esta audiência, esta sessão temática, como a gente fala, pudesse ser coroada de êxito. Então, a gente tem que destacar isso.

Novamente, eu faço questão de fazer isso à Secretaria-Geral da Mesa, coordenada, como já foi dito, pela Ludmila Fernandes; também de cumprimentar toda a equipe do Prodasen; todo o pessoal, profissionais das relações públicas, do núcleo de ações socioambientais e também de acessibilidade do Senado. Isso demonstra a necessidade da articulação de vários setores. Então, quero parabenizar o Senado Federal, todos os profissionais, as equipes e destacar isso para todas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado.

Que bom que estamos juntos, discutindo um projeto já descrito, importante, necessário, vindo da comunidade surda – isso é importante que se diga. Nós temos que, na verdade, ser o canal de comunicação em todas as áreas com a sociedade. Todos nós, nossos Senadores... E você, Leila, faz isso com maestria em todas as Comissões das quais você participa, a gente tem atuado muito junto também, para que a gente possa, no Senado, ser um canal de concretização dos anseios da sociedade. Então, que bom que estamos juntos!

Quero deixar um abraço para todos e todas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Flávio.



O senhor falou bem: eu acho que nós temos que realmente enaltecer também o trabalho do Prodasen, da Mesa e de todos os profissionais aqui no Senado, porque realmente eles fazem muito acontecer. E, graças a Deus, o Senado, mais uma vez, está inovando e fazendo história. Parabéns a todos os envolvidos.

Eu vou passar a palavra agora para o Senador Styvenson Valente, que é o Relator. (Pausa.)

O Senador Styvenson está acompanhando, está dando uma entrevista agora, ele vai entrar mais à frente na sessão.

O Senador Paulo Paim está presente também. Eu não sei se ele quer dar uma palavra. (Pausa.)

Então, vamos passar a palavra para os nossos debatedores. Acho que a nossa expectativa é ouvir a todos...

Ah, o Senador Paulo Paim... Senador, bom dia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.)

– Bom dia, Leila. Se me permitir, Leila, eu gostaria de fazer uma pequena fala muito mais introdutória e vou naturalmente acompanhar o debate. Se tu me deres uns três minutinhos para essa saudação minha, porque é muito importante esta sessão de debates.

Quero cumprimentar, em primeiro lugar, além de você, Leila, que tem um trabalho magnífico... O Brasil tem que saber: você foi uma campeã no esporte, no vôlei, e já é uma campeã no Senado. Eu tenho acompanhado, inclusive, o seu trabalho lá na CPI, com muita clareza, representando, inúmeras vezes, a bancada das mulheres. Então, permita-me essa saudação, que é mais uma introdução a este debate que eu haverei de acompanhar, com muito carinho. Um abraço muito forte à Mara Gabrilli, que solicitou esta sessão; ao meu querido Flávio Arns, autor do PL 4.909, que trata da educação bilíngue para surdos, ao nosso querido Senador Styvenson Valente, Relator do projeto, e aos outros todos grandes lutadores por essa causa que nós temos neste Senado. Minha saudação a todos os convidados.

Nós todos, que estamos na vida pública, sempre dizemos que a educação é fundamental, ela liberta, ela abre portas, ela pode construir, inclusive, uma melhor qualidade de vida para todos se todos tiverem direito a ela.

Avançando, a educação é fundamental para a inclusão social, mas, infelizmente, o Brasil ainda não compreendeu isso, pelo número de analfabetos que ainda temos.

As barreiras, as dificuldades para que os estudos avancem são enormes. Precisamos avançar e caminhar juntos com este objetivo: educação de qualidade para todos, que ninguém – ninguém! – seja excluído. Todos têm que ter direitos iguais e, entre eles, está a educação.

Quero cumprimentar também, dizendo que a Lei Brasileira de Inclusão... Nós votamos, junto com o Romário, o nome: Lei Brasileira de Inclusão. Os Relatores foram Mara Gabrilli, Flávio Arns, Romário, Celso Russomanno. Todos fizeram um trabalho belíssimo. E eu tive a alegria de ter representado o projeto do Estatuto. Então, ficam aqui os meus cumprimentos à Mara Gabrilli, ao Flávio Arns, ao Russomanno, ao Romário e a todos os Senadores, Senadoras e Deputados que, ao longo da história, escreveram aquele Estatuto, que foi construído e aprovado com muito diálogo e muito debate. Todos tiveram de ceder um pouco. Houve estudo, compreensão, participação direta do movimento das pessoas com deficiência e da sociedade. Como eu sempre digo, foi uma bela caminhada.

Estamos sempre atentos para ampliar o direito das pessoas com deficiência, nós todos, naturalmente. O Brasil precisa se apropriar desse instrumento de cidadania que são as leis que vão na linha de ampliar os direitos das pessoas com deficiência.

Aqui eu tenho uma série de dados, mas eu sei que os especialistas e que os convidados vão dar. São 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva no Brasil, e por aí vai.

Mas eu quero, indo já para o final, dizer que, segundo especialistas, a falta de acessibilidade a uma educação bilíngue é apontada como uma das principais razões para esse declínio. Diz o art. 28 do Estatuto



da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

.....

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

Estou lendo. Está no Estatuto.

A história mostra – e já vou terminar, minha querida Senadora – que as grandes vitórias são alcançadas a partir de conscientes entendimentos em que todos têm que ceder um pouco. Que esta sessão seja o início desse grande entendimento necessário e voltado para as necessidades de inclusão da comunidade surda do Brasil. Eu creio, e isso é possível.

Termino só com uma saudação. Como eu estou aqui com uma camiseta do Dom Quixote hoje e Dom Quixote era um sonhador como todos nós, mesmo os sonhos que parecem impossíveis podem acontecer.

Edinho Santos é poeta, surdo e negro. Assim ele se define: "Sou negro, surdo, periférico, muitas barreiras nessa caminhada, mas a poesia me salvou". E ele complementa: "Um surdo pode ser tudo, educador, médico, o que quiser". Sua poesia exala consciência quando diz: "Queria que a minha voz tivesse um formato de canto, porque eu não sou da informática, eu sou da invencionáctica. Só uso a palavra para compor os meus silêncios".

É isso, minha querida Leila. Grande reunião de debates!

Tenho muita esperança de que a gente saia tranquilo daqui num grande entendimento para o bem da comunidade surda.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, querido Senador Paim. Bom dia para o senhor também.

Vou passar a palavra rapidamente para a última Senadora que está presente aqui na nossa sessão, que é a Senadora Zenaide Maia. (Pausa.)

Bom dia, Senadora. (Pausa.)

Bom dia, Senadora.

Está desligado o seu áudio. (Pausa.)

O.k. Perfeito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos.

Está me ouvindo, Leila?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, perfeitamente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Bom dia a todos.

Eu estou aqui. Eu estava aqui na reunião de Líderes, de que você também faz parte, mas estou saindo para participar.

Quero aqui parabenizar o Senador Flávio Arns, a nossa Senadora Mara Gabrilli, essa eterna lutadora. Tive a oportunidade de trabalhar, por quatro anos, na Câmara, com Mara Gabrilli. Pense numa grande defensora das pessoas com deficiência neste País.

Também quero parabenizar o Relator, meu colega Senador aqui do Rio Grande do Norte, Styvenson Valentim, você, Leila, que está aí presidindo presencialmente – a vantagem de estar em Brasília é essa, mesmo se arriscando, Leila –, e Paulo Paim.



O que eu queria dizer é o seguinte: é importante sempre haver um debate. Aqui eu já li sobre esse projeto, depois que foi apresentado para a associação dos surdos do Estado do Rio Grande do Norte, de Natal. Normalmente, quem toma a frente é a universidade federal, os institutos federais. Eles têm uma atividade muito grande. É importante a gente debater esse projeto. E estou aqui bastante interessada, porque eu quero ouvir. Como Mara falou, vamos ouvir a todos, porque aparentemente a gente muitas vezes acha que está fazendo algo bem, mas há uns contraditórios.

Então, quero dizer que eu estou aqui mais para parabenizar esta sessão do Senado Federal e também para ouvir, viu, Leila? Eu quero ouvir, porque essas pessoas nos dão visibilidade, os dois lados.

Eu não tenho dúvida de que todos os brasileiros querem que as pessoas surdas tenham acesso a qualquer tecnologia assistiva que os ajude a ter uma vida normal, a ter sua independência, e é por isso que nós estamos lutando aqui.

Eu quero agora ouvir os nossos expositores, que são fundamentais. São eles que nos dão argumentos para a gente debater nesta Casa e aprovar. Vamos, Leila, ouvir quem está na ponta, que presencia, que vivencia. Eu costumo dizer que só sabem o que é uma pessoa com deficiência aqueles que realmente cuidam dos deficientes, como os pais ou quem for. Às pessoas com deficiência a gente tem que ter um olhar diferenciado. São pessoas que, muitas vezes, já começam a lutar... Por exemplo, pessoas com deficiência intelectual: muitas vezes eles têm que lutar para a família reconhecer que eles têm uma certa diferença que tem que ser respeitada e que precisa de uma estimulação maior. Ele já começa a lutar quando nasce.

Claro que a gente avançou muito, porque a gente sabe que, muitos anos atrás, a pessoa com deficiência era logo rotulada de alguma coisa, principalmente a pessoa com deficiência intelectual. E ele já nasce, uma grande parte, pedindo à família que reconheça que ele tem algumas dificuldades, mas que, se eles reconhecerem e ajudarem, ele vai poder fazer o que quiser e estar onde quiser.

Obrigada pela oportunidade de falar. Com certeza, não perco essa explanação, porque isso é de uma importância fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senadora Zenaide.

Eu concedo a palavra aos convidados, a quem eu solicito a gentileza de iniciarem suas falas com uma breve autodescrição.

Eu estou passando agora a palavra para a primeira expositora, a Sra. Flaviane Reis, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas dos Surdos da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Bom dia, Dra. Flaviane! Dez minutos para a sua exposição. (*Pausa.*)

Dra. Flaviane? Eu vou passar então... Vou conceder a palavra...

Ah! Bom dia, Dra. Flaviane!

O áudio... (*Pausa.*)

O.k., acho que agora foi.

Bom dia, Dra. Flaviane!

A SRA. FLAVIANE REIS (Para exposição de convidado. *Tradução simultânea.*) – Bom dia! Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

A SRA. FLAVIANE REIS – Vamos começar?

Bom dia a todos, a todo esse grupo que está nos assistindo neste momento, nesta audiência pública.

Eu sou a Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas dos Surdos da Feneis. Tenho doutorado na área de Educação. Eu sou surda e sou professora da Universidade Federal.



Quero agradecer a cada Senador que está neste Plenário nos assistindo e às outras pessoas também que estão nos assistindo neste momento tão importante para a comunidade surda (*Falha no áudio.*) ...no Brasil que está nos assistindo neste momento. Então, muito obrigada.

É muito importante ver o profissionalismo da (*Falha no áudio.*)

Eu quero agradecer porque neste momento tenho esta oportunidade.

Eu quero agradecer também ao Senador Flávio Arns, porque ele aceitou construir esse projeto de lei, que é um projeto de que realmente nós precisávamos. É um projeto que mostra como as pessoas têm a consciência do fato de que a comunidade linguística surda precisa ter seu espaço linguístico.

O Senador Flávio Arns foi o único que aceitou construir esse projeto de lei, uma vez que a Feneis havia feito articulação com vários Deputados e Senadores, e o Senador Flávio Arns foi quem recebeu e respondeu essa solicitação.

Essa é uma luta de muitos anos; ela não começou agora. Ela começou no congresso ibero-americano que aconteceu no ano de 1999. Desde então, nós lutamos pela educação bilíngue de surdos.

Nesse tempo todo, tantos anos... Foram 22 anos de luta para que fosse feita uma nova perspectiva na política e fosse dado um olhar para as pessoas surdas.

Nós temos 51 (*Falha no áudio.*) ... no Brasil. Também temos 180 mestres. Temos vários pesquisadores nas universidades, na área de educação e da linguística. A maioria dessas pessoas são professores surdos, professores bilíngues, professores que estão em educação básica. Este pessoal (*Falha no áudio.*) ... equipe toda, que está sendo acolhida pela Feneis, que representa toda a comunidade surda do Brasil.

Os surdos-cegos também do Brasil se encontram representados em parceria nessa luta, uma luta por uma qualidade na educação dos surdos, uma parceria com instituições como a Febrapils, instituições como o Ines, instituições como as universidades que oferecem Letras Libras, o curso de pedagogia para os surdos.

E aí, nesta audiência pública, estamos com várias pessoas representadas, em parceria com várias instituições. A comunidade surda está neste momento entendendo que as pessoas surdas das famílias, profissionais, estão, neste momento, buscando a base do ensino de qualidade para os alunos surdos. Por isso a Feneis aceitou esse desafio, essa demanda de protagonismo nesse projeto de lei, o Projeto de Lei 4.909, de 2020.

Então, nesses anos todos de luta... A Feneis precisa protagonizar essa comunidade surda. E é por isso que a gente já traz nesse momento que esse projeto de lei precisa ser assegurado, porque nós precisamos assegurar os direitos linguísticos dos surdos. O direito linguístico é assegurado nesse projeto de lei como modalidade da educação regular, incluída a segurança do sistema de ensino, que a língua dentro da (*Falha no áudio.*)

Nós temos três pontos principais neste debate. O primeiro é o direito à escola bilíngue, que tem de ser incluída. Na Convenção da ONU ela já está, de uma certa forma, reconhecida. É a parte da convenção que fala da pessoa com deficiência, e ela foi reconhecida como emenda à Constituição no Brasil, e ela reconhece a língua de sinais dentro da comunidade surda, e é preciso que ela (*Falha no áudio.*)

A Convenção da ONU mostra claramente que é preciso assegurar o quê? Principalmente, há um item, o art. 24.3, alínea "b", que fala do quê? Da importância de incentivar o aprendizado da língua de sinais na formação da identidade linguística.

Segundo ponto, o art. 24.3, alínea "c", que fala da importância de se assegurar às pessoas surdas, às pessoas surdo-cegos, a sua identidade, mas há, embaixo, um item muito importante nesse artigo, que fala da educação e fala de educar em modalidade... A própria Convenção da ONU já fala da modalidade escolar para esses estudantes.

Também no art. 30 está claro que as pessoas surdas reconhecem o quê? A identidade linguística, e é preciso ser reconhecida a identidade linguística do surdo.



Todas as pessoas com deficiência, todas as pessoas com deficiência têm uma língua, qualquer que seja ela, mas a identidade linguística dela é outra, é diferente. O surdo tem identidade linguística. Ele tem uma identidade que precisa ser respeitada. A identidade de cada pessoa surda precisa ser respeitada, e a ONU já garantiu isso.

Um segundo ponto que eu gostaria de apresentar com relação à inclusão da escola de surdos misturados com os ouvintes: ela não respeita, não é adequada à comunidade linguística. O sistema inclusivo não funcionou. Já sabemos disso, que a inclusão não funcionou. Há várias leis que são base no nosso Brasil que já garantem a educação de Libras. Por exemplo, o Plano Nacional de Educação, no item 4.7, que diz: "estudos precisam se dar em escolas bilíngues, classes bilíngues e escolas polos". Também está dizendo da questão da modalidade de linguagem no ensino. O Decreto 5.626 também mostra a importância de um melhor caminho para a educação de saúde pública.

Um terceiro ponto, a LDI, no art. 28, que também ratifica essa oferta da educação bilíngue: como primeira língua, Libras, e o português como segunda língua.

É preciso incluir nas escolas classes bilíngues... Então, como base nacional, ela tem vários pontos que garantem, e nós precisamos incluir também esses pontos na LDB, dentro do sistema. Está faltando a questão linguística. A Feneis está muito preocupada com essa questão. A educação de surdos no Brasil teve um decréscimo muito grande, uma evasão muito grande de estudantes. Por quê? Nós temos o IDF que mostra isso, já houve pesquisas, e poucos surdos têm sido aprovados nas provas por conta dessa situação.

Nós temos de oferecer a Libras. A acessibilidade não está garantida. O conhecimento, o acesso ao conhecimento, à informação, não está sendo garantido. A prova disso é que os surdos não estão sendo aprovados em provas dos exames nacionais.

Três pontos básicos das leis que nós precisamos garantir: nós temos (*Falha no áudio.*) ... sobre nós e nós precisamos entender que, dentro da LDB, precisa ser incluído. E no Brasil todo, em vários Estados, há vários surdos que falam Libras. E nós precisamos garantir esse direito das pessoas por todo o Brasil a usar Libras. Então, a Libras é reconhecida como direito linguístico dos surdos como parte de uma minoria linguística. O contexto político e linguístico dos surdos precisa ser específico de uma modalidade em que o nosso ensino seja direto na língua de sinais. É preciso que isso seja garantido no âmbito educacional para a comunidade linguística. É o reconhecimento da comunidade linguística.

E é preciso informar que o Projeto de Lei 4.909, que garante a modalidade do ensino regular como educação bilíngue de surdos no ensino regular, as instituições, as universidades... Há muitas instituições, pesquisadores, acadêmicos, profissionais que reconhecem essa importância para a comunidade surda. E é importante incluir essa modalidade na LDB.

Por isso, eu quero mostrar para vocês um vídeo muito rápido com a participação de várias instituições do Brasil que apoiam o projeto de lei. Um minuto só, por favor.

Eu peço que mostrem, por favor. É um minuto só, para os Senadores terem a oportunidade de ver.

(Procede-se à exibição de vídeo)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k., obrigada, Flaviane, pela sua participação.

Vou aproveitar e pedir para...

A SRA. FLAVIANE REIS – Eu gostaria de pedir muito que os Senadores apoiassem este projeto, com base também no apoio de instituições que estão a favor.

E quero dizer que é importante pensar no que este vídeo nos ajuda a refletir, no impacto que se pode ter na educação de surdos, no reconhecimento acadêmico e intelectual das pessoas surdas, o que garante *status* linguístico para a comunidade linguística.



Também, nós temos, no *site* da consulta pública do Senado, mais de 6.400 apoiadores deste projeto de lei. É muito importante divulgar para todos os Senadores que a convenção da ONU está clara. O lema é famoso, e nós temos que agradecer, porque os surdos na Finlândia criaram este lema: "Nada sobre nós sem nós".

E, nesse lema, há dois "nós", dois significados que são diferentes, que mostram diferentes sentidos. Por quê? Porque "nós" significa todas as pessoas com deficiência, mas também há outro "nós", que significa "nós" surdos, a comunidade surda, assim como tem o "nós" pessoas com deficiência física, o "nós" com pessoas com deficiência visual. Pessoas com diferentes deficiências são "nós" diferentes; um grupo de "nós" surdos, um grupo de outras pessoas com deficiência não pode falar por outro grupo. Cada grupo: "nós". É importante reconhecer o que cada um deles precisa.

E é por isso que nós queremos que os Senadores entendam este momento, que "nós" estamos discutindo é o "nós" que precisamos respeitar, neste momento, cada segmento das pessoas com deficiência com as suas necessidades.

Para concluir, a Feneis está muito preocupada com o futuro dos estudantes surdos. Nós precisamos mudar essa história na sociedade. No âmbito acadêmico, precisa haver a língua de sinais sendo reconhecida e valorizada. Por isso, as crianças, quando nós olhamos, sentimos muito... Por que o que acontece? Anos e anos, esperando uma escola de língua, uma educação de língua de qualidade. O projeto de lei, sendo aprovado, vai oferecer essa garantia da modalidade de educação linguística para os surdos. Isso é muito importante, porque os surdos estão dentro de uma opressão linguística (*Falha no áudio*.)

Eu gostaria de pedir, gostaria de que o coração de cada Senador fosse tocado neste momento, entendendo que cada criança surda espalhada pelo Brasil precisa desse olhar linguístico e precisa do nosso direito linguístico garantido.

É preciso que a opressão linguística desapareça. (*Falha no áudio*.) ... o Projeto de Lei nº 4.909, do ano de 2020.

Eu quero agradecer imensamente toda a comunidade surda do Brasil todo, que está nas redes sociais, neste momento, nos apoiando e apoiando o projeto de lei. É um momento lindo! A Feneis está orgulhosa com tudo isso na comunidade surda.

Também nós queremos agradecer nota técnica que recebemos de algumas instituições, como a instituição Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, que também reconhece a importância da língua de sinais, assim como nós reconhecemos a importância dos surdos oralizados. A comunidade dos surdos oralizados não pode ficar preocupada, porque este projeto de lei não vai pra ocupar os direitos que já foram garantidos. E a Feneis já falou sobre isso também, há uma nota sobre isso. Nós também recebemos nota de apoio da Febrapils, o que queremos agradecer; nota de apoio da CNJS (Coordenadoria Nacional de Jovens Surdos).

E muito obrigada por todos vocês nos assistindo neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Dra. Flaviane.

Só relembro que nós temos muitos expositores hoje na audiência e peço a todos que fiquem atentos ao tempo, para que todos possam participar de forma produtiva na audiência.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Imagine! Eu agradeço muito a presença da senhora e a exposição.

Vou passar agora a palavra para o Sr. Eduardo Moreira de Souza, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Surdos Oralizados (Anaso) e Presidente da Associação dos Deficientes Auditivos, Pais, Amigos



e Usuários de Implante Coclear do Estado do Pará.

Bom dia, Dr. Eduardo. Seja bem-vindo.

O SR. EDUARDO MOREIRA DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Sras. e Srs. Senadores, é com imensa satisfação e honra que recebo a incumbência de representar os surdos oralizados deste País, como Vice-Presidente da Associação Nacional dos Surdos Oralizados (Anaso) e as associações parceiras Amada, Amazonas, e Adeipa, do qual eu sou Presidente, e Apasod, do Espírito Santo.

Neste debate temático sobre o Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, de autoria do Senador Flávio Arns, que irá modificar a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a modalidade independente da educação bilíngue para os surdos.

Existem muitos equívocos da sociedade e do próprio Poder Público sobre quem são os surdos, devido à completa falta de informações de quem tem dever de criar leis que visem incluir e disponibilizar acessibilidade para todos. Nada melhor que seja aqui, então, usado o lema "nada sobre nós sem nós", em especial os surdos oralizados, pela primeira vez convidados a participar de um debate em que se discutirá sobre a educação dos surdos, passando, assim, a informar que nem todo surdo usa Libras.

O surdo oralizado não é somente aquele que usa implante coclear. A diversidade da surdez é imensa. Segundo o último Censo do IBGE, no nosso Brasil, há 10 milhões de pessoas que apresentam algum nível de deficiência auditiva, ou seja, crianças, jovens, adultos e idosos. A expressão "algum nível de deficiência auditiva" quer dizer que são pessoas com grau de perda auditiva, que pode variar entre leve a profunda.

Dentre essas 10 milhões, há pessoas surdas que podem ou não ter outras deficiências associadas e que podem se expressar em Libras somente, na língua portuguesa somente ou ainda serem bimodais, ou seja, se expressam na língua portuguesa e em Libras, ou seja, o IBGE não especifica quando as pessoas são surdas oralizadas, surdas sinalizadas e surdas bimodais, tampouco o Ministério da Educação informa esses dados no ensino, o que deveria ser contabilizado antes mesmo da feitura de projetos de leis como este.

Nesse norte, cumpre mencionarmos que o surdo oralizado está em sociedade e que existe antes mesmo da publicação da Lei nº 10.486, de 2002, que conheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão no País.

Das próprias tecnologias avançadas, existe hoje o que nos proporciona qualidade de vida, qualidade auditiva.

Surdos oralizados são as pessoas que têm perda auditiva anterior ao contato com a linguagem oral ou já têm linguagem oral e ficaram surdas no decorrer da vida. Tal perda pode ser de leve a profunda, bilateral, e podem ou não usar tecnologia. Existem cidadãos que se expressam no idioma oficial do nosso País, a língua portuguesa, tal como previsto no art. 13 da Constituição Federal.

As tecnologias auditivas disponíveis são os aparelhos auditivos, implantes cocleares, implantes de condução óssea, que não só se aperfeiçoaram como passaram a fazer parte de programas de prevenção e combate à surdez, a partir de recomendações da Organização Mundial da Saúde e da publicação da Lei do Teste da Orelhinha, feito obrigatoriamente em todas as maternidades do País, e, na sequência, com o acompanhamento de equipe multidisciplinar para a protetização de bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos, seja através do Sistema Único de Saúde, seja através de plano de saúde, incluindo-se não somente o fornecimento desses aparelhos, mas a reabilitação auditiva, manutenção e troca dos mesmos para o resto da vida. É importante salientar que não há correção na audição com o uso desses aparelhos. Não somos ouvintes.

Quanto à primeira língua adquirida pelos estudantes surdos, é aquela que for da vontade de seus pais como representantes legais dos menores de idade ou aquela que o próprio estudante surdo escolhe, pois é



um direito assegurado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York e do qual o Brasil é signatário – Decreto nº 6.949, de 2009.

Sendo assim, menciona-se que os estudantes surdos oralizados ou em reabilitação auditiva estão inseridos no ensino regular, ou seja, escolas públicas ou particulares, até antes da educação inclusiva, enfrentando enormes dificuldades para a inclusão e acessibilidade no ensino, pois não há leis voltadas aos seus anseios e tampouco informações coerentes sobre eles. Ao ingressar na escola regular pública ou privada e no ensino superior, a única coisa que os surdos oralizados possuem de direito é a Libras, e muitos são pressionados por escolas e faculdades a aprenderem como primeira língua, pois há um grande estigma em sociedade de que os surdos são só aqueles que se expressam por Libras. Ledo engano!

Recebemos denúncias e evidenciamos há anos uma confusão acerca da educação dos surdos por parte do ensino brasileiro e do Poder Público, sendo que, quando isso ocorre, alguns buscam os seus direitos através do Ministério Público, não aceitam a imposição do aprendizado de Libras, pois o meio da comunicação e expressão não mantém laços com a forma de aprendizado escolar, tanto é que, na vida real, há crianças, adolescentes e adultos surdos oralizados, em especial, que nunca aprenderam Libras e não possuem qualquer problema cognitivo, mas tiveram que achar métodos de aprendizados adequados, que hoje são mais facilitados através de estudos da neurociência.

Temos adultos engenheiros, advogados, publicitários, fonoaudiólogos, pedagogos, etc, e adolescentes cursando Medicina, Biomedicina, Design, entre outras profissões. Outros surdos oralizados cedem à pressão do aprendizado em Libras por não haver opção, e muitos, por não aceitarem Libras, são deixados de lado, prejudicados no aprendizado, negligenciados pelo Poder Público e escolas.

Temos representação junto ao Ministério Público Federal a respeito dessa atrocidade. Inclusive, denunciamos, no início deste ano, ao órgão da ONU sobre a exclusão dos surdos oralizados, ao sermos pressionados a aprender Libras pelas confusões que são feitas pelo Poder Público: leis e projetos de leis como este, aulas que são dadas em faculdades para futuros profissionais do ensino inclusivo, não colocando acerca da existência da diversidade na surdez em cada uma das suas particularidades.

Cito aqui também o caso que ocorreu em minha cidade natal, onde há intérprete de Libras para os surdos sinalizados nas aulas *on-line* nesta pandemia, enquanto que, para os surdos oralizados, não há legenda para acompanhar o ensino ou qualquer outro meio de inclusão, ressalvando as Libras. Precisamos avançar. As demandas educacionais dos surdos oralizados são totalmente diferente das dos surdos sinalizados e não podem mais ser confundidas.

Do que necessitamos agora? Necessitamos de que seja ofertado um professor auxiliar da educação infantil ao ensino fundamental; profissionais transcritores, copiadores para o ensino médio e faculdade; para aulas *on-line* nas escolas, faculdades, cursos de aperfeiçoamento, legenda em português em tempo real; metodologia no concreto, com adaptação de conteúdo e materiais de ensino para ser aprendido de forma gradativa e sequencial; equipe multiprofissional da saúde que acompanha a nossa reabilitação e que presta informações às escolas e faculdades sobre os surdos; financiamento sobre sistema de FM e dispositivos similares; a isenção de aro magnético nas aulas *on-line*; capacitação do professor e dos profissionais de atendimento educacional especializado; uso de *software* pedagógico que já vem sendo desenvolvido por pesquisadores do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias sobre o Comportamento, Cognição e Ensino de vídeo pedagógico legendado.

Não é demais frisar que nada disso vem sendo utilizado pela educação, pois não há informações ou leis que assegurem os direitos aos surdos oralizados. Apenas consta que o surdo se expressa em Libras e que seriam dez milhões que se utilizam desse meio de comunicação, o que é uma inverdade, como visto.

Assim, embora estejamos excluídos literalmente dos nossos direitos, necessitamos buscar as vias judiciais exclusivas, por dano por discriminação, porque não falamos em Libras, mas em português.



Somos totalmente a favor da educação pública inclusiva. Todavia, como já dissemos anteriormente, seguindo o lema "Nada sobre nós sem nós", não podemos opinar sobre a educação bilíngue dos surdos sinalizantes, pois não vivenciamos as dificuldades por que estes passam, apenas vivenciamos a nossa.

É preciso, então, que este Projeto de Lei 4.909, de 2020, que é direcionado, como bem diz o Senador Flávio Arns, ao surdo sinalizante, seja colocado para o que se destina, ao surdo sinalizante, visando a que não tenham imposições educacionais, incomodações, como temos tido na educação, na prática, na educação infantil e no ensino superior. Por que a primeira língua dos surdos é Libras, quando se fala da enorme diversidade que existe? Todos devem ser respeitados por suas escolhas.

Gostaríamos, então, que, em tal projeto de lei, por acreditarmos ser um direito também nosso, constasse o termo "surdo sinalizante". Como a nossa língua materna não é Libras, mas o português, que fique bem especificado que a educação bilíngue é voltada para o surdo sinalizante que tenha ou não outras deficiências associadas, até porque a lei é voltada para a sociedade e deve ser extremamente explícita para que não sejamos forçados e percamos nossos direitos como surdos oralizados de estarmos na educação inclusiva.

Agradecemos desde já a oportunidade e estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada pela participação, Sr. Eduardo.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Claudia Sofia Pereira, Presidente do Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial.

Bom dia, doutora! Seja bem-vinda!

A SRA. CLAUDIA SOFIA INDALECIO PEREIRA (Para exposição de convidado.) – Olá! Bom dia!

Eu quero agradecer imensamente o convite para estar aqui com vocês. É um momento maravilhoso!

Muito obrigada, Mara, por esse convite.

Eu vou me descrever para que vocês todos me conheçam: eu sou morena, atualmente estou de cabelo curto, antigamente eu tinha cabelo comprido. Estou com um casaco azul e com um lenço preto, estou de viseira e também estou de máscara e luva para poder seguir os protocolos da saúde, para estar junto com os meus colegas participantes aqui presentes com todo o cuidado que temos feito durante a pandemia. Nós seguimos todos os procedimentos do protocolo da saúde.

Eu quero agradecer mais uma vez a todos que estão presentes, a todos os Senadores, a todos os participantes que estão aqui, para poder deixar claro que, no nosso movimento da surdo-cegueira, na comunidade surdo-cega, dentro da comunidade brasileira, nós estamos lutando para que tudo, aos poucos, vá melhorando na parte de comunicação, principalmente na área da adequação.

Eu sou surdo-cega adquirida, eu adquiri a surdo-cegueira, mas nunca deixei de mostrar para as pessoas... Eu sempre estudei na escola de ouvinte, ou seja, estudei numa escola pública e acredito que muitas pessoas com surdo-cegueira, aqueles que adquiriram a surdo-cegueira também tiveram a oportunidade de ter seus estudos nas escolas públicas, não somente nas escolas especializadas, mas em escolas bilíngues. Isso se dá porque as pessoas com surdo-cegueira têm suas formas de comunicação diferenciada. Não existe somente o surdo-cego com baixa visão e com Libras tátil. Não, não existe... Existem várias formas de comunicação. Como vocês viram agora pelo vídeo, temos o Tadoma, também o Braille, a fala ampliada, também temos a língua de sinais em campo reduzido. Então, são várias formas de comunicação.

As pessoas precisam compreender como as pessoas são diferentes. Principalmente as nossas crianças que nasceram com a surdo-cegueira têm uma comunicação diferenciada. Ela pode escolher... A família ou a pessoa com surdo-cegueira pode ter a opção de escolher onde ela quer estudar, não somente na escola encaminhada.



Então, assim, nós surdos-cegos, todos nós temos isso padronizado. Ainda não respeitamos as formas de comunicação e a autonomia de escolha, principalmente da família, o que é fundamental quando a pessoa começa com a surdo-cegueira.

Quando eu comecei meus estudos na escola pública, eu não vi que no futuro ia ser tão difícil para uma pessoa com surdo-cegueira adquirida continuar seus estudos. Então, é importante as pessoas entenderem que, desde que elas estejam dentro de uma escola e desde que haja um profissional qualificado, seja ouvinte, seja surdo, mas qualificado para o atendimento de qualquer pessoa com deficiência, elas podem ser atendidas com qualidade.

Então, eu acredito nesta possibilidade de as pessoas com surdo-cegueira, em sua maioria, estarem nas escolas públicas, mas também nas escolas especializadas. Então são diferentes escolas para que as pessoas consigam ter um melhor atendimento.

Eu vou pedir para a menina que está aqui comigo apresentar para vocês algumas coisas no PowerPoint, para que vocês tenham a compreensão de qual é o nosso papel ao trabalhar na área educacional, para que vocês tenham conhecimento.

A nossa colega Flaviane falou dos direitos. Todos nós temos direitos, seja na área educacional, seja na acessibilidade. Não interessa! Nós também queremos que os nossos direitos sejam respeitados, seja qual for a forma de comunicação. Então, é complexo isso. A gente tem que estudar com carinho todas as possibilidades. Nós trabalhamos como um todo, respeitando a pessoa com surdo-cegueira, seja adquirida ou seja congênita.

A SRA. SHIRLEY RODRIGUES MAIA – Nós vamos aguardar a apresentação do PowerPoint que a gente encaminhou, se for possível. (*Pausa.*)

Aqui a gente traz, no PowerPoint, o símbolo da surdo-cegueira, que está na norma da ABNT, utilizando os recursos mais necessários para as pessoas com surdo-cegueira, que é o uso da bengala, para ter a locomoção com autonomia e independência, e a necessidade da comunicação acessível.

Essa definição foi organizada pelo grupo junto a profissionais, a pessoas com surdo-cegueira e também a familiares. E a gente realmente vê aqui a necessidade que essa definição traz de a sociedade permitir ao surdo-cego que ele tenha condições de ter a comunicação de acordo com a sua necessidade. Com isso, também há as questões de tecnologia assistiva, que vão envolver os programas e serviços, para que a gente possa realmente defender isso para eles.

O próximo, por favor!

A escolarização da pessoa com surdo-cegueira.

O primeiro serviço no Brasil foi em 1968, após uma professora ter conhecido a Helen Keller e ter ido para os Estados Unidos e criado a primeira escola do Brasil e também a primeira escola da América Latina para a pessoa com surdo-cegueira.

Então, nós temos, desde 1977, a escolarização de pessoas com surdo-cegueira congênita no Brasil em poucos lugares.

As pessoas com surdo-cegueira podem se comunicar por meio de Libras tátil, fala ampliada, Tadoma, Braille tátil, alfabeto manual tátil e escrita na palma da mão. O sistema de comunicação vai depender do surgimento de quando aconteceu a surdo-cegueira.

Há os profissionais que são necessários para atuação na educação das pessoas com surdo-cegueira: professor com formação na área da surdo-cegueira; guia-intérprete para pessoas com surdo-cegueira adquirida ou com surdo-cegueira congênita que já têm um sistema de comunicação dominante – no caso, é a questão de Libras, ou pode ser também escrita na palma da mão –; instrutor mediador para as pessoas com surdo-cegueira congênita, principalmente porque eles precisam de mediação para aprendizagem e também para a questão da comunicação; e ainda os comunicadores surdos na atuação nas EMEBS, um



modelo que está sendo feito mundialmente.

Próximo!

Falamos aqui do domínio do sistema de comunicação da pessoa com surdo-cegueira.

Na surdo-cegueira congênita, inicialmente, é usada uma comunicação tátil que não é Libras tátil, mas é alguma forma com que a pessoa possa ter interação e comunicação. E vai haver também a questão da comunicação alternativa para poder conseguir ter o domínio, que pode ser em Libras ou escrita em português. Isso vai depender das condições cognitivas e motoras das pessoas e dos serviços que existem para que elas possam ser apoiadas e as famílias também.

A surdo-cegueira adquirida é a da pessoa que nasceu cega, por exemplo, e teve a condição de surdez depois da aquisição da língua. Ela vai utilizar o Braille tátil, o alfabeto manual tátil e, se tem resíduo auditivo, pode utilizar a fala ampliada. Se nasceu surda e apresentou depois da aquisição de uma língua – uso de Libras tátil, comunicação social háptica –, caso tenha total perda de visão, vai aprender o sistema Braille.

Se nasceu ouvinte e vidente e ficou surdo-cego após a aquisição de uma língua, poderá se utilizar de Tadoma, alfabeto manual tátil, poderá aprender Libras tátil, mas vai partir principalmente do sistema que utiliza o alfabeto. Então, o sistema que eles vão... É a partir da questão do alfabeto.

As pessoas com surdo-cegueira, em especial com síndrome de Usher, dependendo da situação – há a Usher I, II e III –, se nasceram surdos e apresentam, desde pequenos, perdas progressivas de visão, utilizam a Libras e, geralmente, estão nas EMEBS, e assim a Libras tátil vai ser o caminho.

Pessoas com Usher II podem apresentar resíduos aditivos, assim podem ter concomitantemente a audição e visão e podem utilizar a fala ampliada.

As pessoas com Usher III nascem ouvintes, enxergando, e assim podem, concomitantemente às perdas tanto de visão quanto de audição, aprender o Tadoma, a fala ampliada, a escrita na palma da mão, o alfabeto manual tátil e o Braille tátil.

Próximo! (Pausa.)

É isso.

A SRA. CLAUDIA SOFIA INDALECIO PEREIRA – Então, complemento o que disse a Shirley. É para vocês entenderem que há uma diferença na parte da comunicação. E é importante saber que todos os profissionais têm que estar preparados para receber todos os alunos, seja lá qual for sua forma de comunicação.

Uma coisa importante é que muitas vezes as pessoas fazem um pouco de confusão coletivamente quando se fala de intérprete e instrutor mediador. Falam assim... Quando falamos nas apresentações tanto na parte teórica como na parte prática, nós especificamos a diferença entre uns e outros, porque às vezes muitas pessoas pensam que um intérprete que fala em Libras pode ser tradutor. Ele pode, mas desde que ele tenha mais especificidade, atenda e saiba se comunicar com todos os surdos-cegos congênitos. Então, no meu caso, eu dependo dos intérpretes. Para quê? Para tudo, para estudo, para médico, para estar no meu dia a dia.

E agora eu posso estar com intérprete e com ouvinte surdo? Sim, eu posso, desde que consiga entendê-lo e que ele trabalhe a língua de sinais. Quando eu estava com meu esposo, que é surdo-cego... Ele pode estar tanto com um intérprete ouvinte quanto com um intérprete surdo. Isso não impede que ele possa ir a qualquer lugar que ele queira, principalmente na parte educacional. Então, a partir do momento em que ele quer interagir na educação e ele quer fazer alguma coisa diferente, ele pode estar lá nesse lugar, na parte de educação, e fazer com que ele tenha o seu intérprete preferencial: ou ele vai querer um surdo ou ele vai querer um ouvinte.

Então, não é só quando uma pessoa fala: "Você vai ser só o ouvinte". Não, isso depende da própria



autonomia, dependendo da pessoa que querem e se nesse local pode ser oferecido esse profissional.

Então, é bom que as pessoas entendam, façam aquilo que está apresentado aqui. Nós viemos trabalhando para todos, trabalhamos unidos.

E que cada um respeite o fato de que todos nós temos o direito de livre escolha. Então, não adianta pensar que, se eu quero estudar em escola de surdos, eu estudo numa escola com surdos. Eu nunca fui para uma escola de surdos. Por quê? Eu fiquei surda com 6 anos, mas eu não fui porque a minha família não tinha admitido a surdez. Eu acabei estudando na escola pública, e, depois, em escola surdo-cega. Então, cada um tem o seu momento histórico. E cada um, nesse momento histórico, tem que ser respeitado. Se eu respeito uma comunidade, seja lá qual for a pessoa com deficiência (*Falha no áudio.*)

Então, é para que vocês entendam essa minha condição que posso passar para vocês.

Agradeço a oportunidade de estar com vocês mais uma vez, apresentando o nosso papel como pessoa com surdo-cegueira.

Muito obrigada.

Um bom dia para todos.

Agradeço também à minha guia-intérprete.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Dra. Claudia. Cumprimento tanto a senhora quanto as suas guias-intérpretes. Obrigada pelas palavras, por toda a exposição.

Concedo a palavra, agora, para a senhora Crisiane Nunes Bez Batti. Ela é Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos da Secretaria de Modalidades Especializadas do Ministério da Educação. Inclusive, ela está conosco aqui no *bunker* – seja muito bem-vinda doutora! – com as suas intérpretes, a Elisângela e a Andréia.

Passo a palavra, então, para a Dra. Crisiane.

A SRA. CRISIANE NUNES BEZ BATTI (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos! Eu gostaria de pedir licença para retirar a minha máscara, pois a expressão facial é fundamental para o reconhecimento, para o entendimento da Língua Brasileira de Sinais.

Eu sou Crisiane Nunes Bez Batti. Este é o meu sinal em Libras: a configuração de mãos em "c" ao lado das têmporas, um movimento de frente para trás. Neste momento, eu estou sinalizando. Esta voz que você houve não é a minha, é da minha intérprete Elisângela Castelo Branco.

Eu sou uma mulher branca, com cabelos castanhos, com as pontas loiras. Visto um vestido branco com detalhes em renda azul.

Bom dia a todos! Cumprimento todos os participantes desta audiência e agradeço a oportunidade que me foi dada, concedida, de falar no meu lugar, como surda, sobre quem somos e por que nós, surdos, necessitamos de garantia da modalidade bilíngue, da educação bilíngue na LDB.

Quem sou eu? Eu sou mulher, sou mãe, sou surda e também sou realizada. Sou implantada e sinalizante em Libras. Uau! Nós, surdos, somos multifacetados, com trajetórias distintas e identidades diferenciadas.

Bom, pelo que estamos lutando? Pelo direito básico, pelo direito de adquirir, utilizar e de receber educação na língua que nos é cara, que nos é confortável, uma língua que nos dá conforto cognitivo, intelectual e que é o espelho da nossa cultura: a língua de sinais.

Minha família demorou muito para diagnosticar a minha surdez e eu sofri muito no tempo de escola. Eu me sentia isolada, sozinha, solitária naquele ambiente escolar. As crianças ouvintes movimentavam suas bocas, os professores movimentavam suas bocas, e eu não conseguia acompanhar o que era dito, eu não conseguia entender, não havia interação para mim. Dentro da escola, não havia nenhuma criança semelhante a mim, nenhum modelo profissional semelhante a mim, que pudesse me ajudar a construir



a minha identidade cultural, os meus sentimentos. Então, eu cresci sozinha, eu sofri *bullying* na escola. Quando eu cursei o primeiro ano do fundamental, eu repeti várias vezes. Por quê? Porque, nesse ambiente escolar, eu sempre estava atrás de tudo. O professor tentava, os meus professores tentavam me ensinar, mas tudo era em vão.

O meu caminho, a minha história, foi isso tudo que me levou a ser oralizada, implantada, porque as pessoas queriam me normalizar, normatizar, fazer com que eu ouvisse, consertar a minha audição. Isso trouxe transtornos para mim. A minha história ficou lá no passado? Não. Até hoje nós vemos essa história se repetindo na sociedade com crianças surdas que passam por situações semelhantes às quais eu passei.

O que chamamos de audismo? O que é o audismo? Existe um senso comum de que nós surdos teremos uma vida normal se nós ouvirmos. Esse pensamento significa que o surdo só vai ter uma vida normal, lograr êxito se ele ouvir, significa o ouvinte se impor, se colocar em meio às nossas lutas. E isso acontece há anos.

O meu primeiro contato com Libras se deu já em fase adulta. Eu jamais conseguirei descrever para vocês o meu sentimento, o meu sentimento de empoderamento, de poder entender o mundo, as histórias que eu vivi na minha infância e que eu somente copiava, e eu não entendia. Quando eu aprendi Libras, tudo fez sentido e integrou aquilo que eu vi com o conceito de tudo aquilo. Foi um despertar para a vida, foi algo especial.

Essa língua é especial e é muito importante para o surdo. Foi uma história de empoderamento para eu poder chegar onde estou. Não foi a inclusão, foi um esforço pessoal, a minha vontade pessoal de fazer diferente, de mostrar que sou capaz. Se não fosse isso, se eu não tivesse encontrado a língua de sinais e a comunidade surda, a história teria sido diferente. Quando eu percebi o mundo através da língua de sinais, eu percebi que eu poderia, enquanto criança, se eu tivesse aprendido antes, ter me fortalecido, eu poderia ser uma adulta sem traumas, sem todos esses traumas por que eu passei, eu poderia adquirir uma língua naturalmente. A minha história não precisava ser assim, uma história de sofrimentos e traumas, se eu tivesse contato com a Libras, com a comunidade surda em tenra idade.

A Constituição, em seu art. 205, que rege o nosso País, fala sobre dar às pessoas igualdade de condições de acesso, garantir seu pleno desenvolvimento. O art. 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1996, diz que todas as comunidades linguísticas têm o direito de decidir qual deve ser o grau da presença de sua língua em todos os níveis de ensino. A Convenção da ONU, de 2006, da qual o Brasil é signatário, diz que é papel do Estado a garantia de que a educação de pessoas surdas seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados do indivíduo, para que o surdo tenha o seu desenvolvimento linguístico completo.

Nós estamos em pé de igualdade com as informações que os ouvintes recebem? Os surdos têm garantia de usufruir do seu direito linguístico e desenvolver todas as suas potencialidades? O que eu peço é atenção, o que eu peço reiteradamente: atenção, olhem para nós – olhem para nós, olhem para nós!

O Governo, eu quero aplaudir o Governo atual pela criação da Dipebs, a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, criada no MEC. A criação dessa diretoria fortalece a causa da educação bilíngue da comunidade surda, pois respeita o que foi dito na convenção: "Nada sobre nós sem nós". É o modelo que o Governo quer oferecer a todos, para que as famílias possam optar. É difícil você não dar opção para a família.

O Governo ofereceu também, através da criação da Dipebs, que uma pessoa surda pudesse ocupar o papel de gestora, de diretora da Dipebs; eu, como diretora e surda, participo. São anos de luta para conseguir um espaço para a comunidade surda, aquilo que é o anseio. Nós temos o Ines, que é um marco histórico, que faz parte da história do Brasil. E o Ines é um modelo para mostrar para todos nós como educação bilíngue deve funcionar. Isso não é uma inovação, a educação bilíngue não é uma coisa nova.



Eu sou gestora, sou surda, sou diretora e tenho o desejo de que todas as crianças possam optar, possam decidir a educação que querem ter. Que possam frequentar uma escola bilíngue e ter o sentimento de pertencimento, adquirir, ter a aquisição linguística no tempo correto e se sentirem iguais, como todas, terem profissionais como elas, surdas, crianças surdas, adultos surdos, para que elas possam se sentir parte também. Isso vai ajudar no desenvolvimento da identidade, da cultura dessa criança como cidadã. É uma garantia, por direito, o direito linguístico.

A LDB já garante o direito dos surdos oralizados que não querem utilizar a língua de sinais. Ele está garantido dentro da educação especial: o direito às tecnologias assistivas, à legenda, à leitura labial, ao português... Já está tudo encaminhado nesse sentido. Com relação aos surdos usuários de Libras, ainda não.

Então, eu peço, por favor, encarecidamente, a vocês que têm o poder da decisão, que podem decidir por nós nesse momento, que sintam, coloquem-se em nosso lugar, pois nós precisamos dessa decisão de vocês para apoiar a comunidade surda. Eu quero usar uma metáfora: somente nós surdos sabemos os sapatos, os calçados que estão nos nossos pés e que nos fazem calo. Então, nós queremos pedir: por favor, coloquem-se em nosso lugar e respeitem o apelo da comunidade surda pela criação da modalidade bilíngue, porque somente assim nós vamos garantir uma educação bilíngue de qualidade para a formação de cidadãos plenos e autônomos. A nossa luta é pelo direito linguístico. E essa audiência temática é para mostrar que a Libras é o nosso direito. Então, novamente eu peço: ouçam a comunidade surda; votem o PL.

E agradeço a todos. Agradeço a participação de todos. Enquanto Diretora, gestora da Dipebs, eu quero agradecer: ao Governo, por nos respeitar e por nos escolher, pela Feneis, pela luta durante anos em prol da comunidade surda; aos Senadores, em especial o Senador Flávio Arns, que abriu essa possibilidade para nós; muito obrigada aos demais Senadores também pela sensibilidade e empatia que têm por nós; à sociedade, aos fones, aos profissionais da área, todos vocês que nos apoiaram. Muito obrigada.

Muito obrigada. E tenham um bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Doutora. Doutora, muito obrigada.

Pessoal, a nossa audiência literalmente está bombando. No e-Cidadania, já foram mais de 120 perguntas. Então, bacana a participação dos nossos internautas e de todos que estão acompanhando a audiência.

Bom, eu vou passar a palavra, vou conceder a palavra agora para a Sra. Regina Maria de Souza, Professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Seja bem-vinda, Professora.

A SRA. REGINA MARIA DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Em primeiro lugar, eu faço minhas as palavras da Professora Mara Gabrilli, dizendo que é uma novidade incrível podermos estar aqui conversando, encontrando uma forma não de oposição – "olhem para mim, não olhem para eles"; "precisamos lutar, e eles não".

Nós estamos aqui procurando fraternidade, procurando união, procurando formas de tornar possível uma educação que não fira, que não agrida, que não seja prisioneira, mas educativa, laica e gratuita. Não vejo a oposição entre grupos, o alimento do ódio, da raiva e das oposições como a melhor forma de sermos humanos.

Eu queria agradecer à Senadora Leila, que agora nos coordena, levantou cedo, está aqui conosco, com toda essa simpatia e delicadeza, e aos Senadores também, Flávio Arns, Paulo Paim, Senador Styvenson, e, em especial, à querida Mara Gabrilli. Gostaria de agradecer a todos os Senadores aqui presentes.

E eu tenho um PPT para compartilhar, mas eu não sei se eu vou poder compartilhar...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) –



Sim, vamos conseguir aqui, professora.

Já pode compartilhar se quiser.

A SRA. REGINA MARIA DE SOUZA – Vocês estão vendo, por gentileza?

Então, estamos aqui, eu fiz um PPT, que vai ficar aberto, porque eu não vou ter tempo, queridos, para discutir tudo isso. Eu coloquei no PPT por causa do tempo, mas eu vou deixar para o Senado, para o Senador Arns... Eu nem sei se eu agradeci ao senhor, Senador Flávio Arns, mas eu agradeço muito a sua disposição de fazer o PL e a de todos os Senadores.

Eu sou uma mulher idosa, muito porreta, avançada; eu não sou uma idade, eu tenho uma idade, e tenho muito ainda para queimar em prol das defesas dos direitos humanos.

Eu pensei em discutir com vocês hoje o que é e o que não é ensino bilíngue. Mas, a partir da fala do Eduardo, eu vou inverter um pouquinho.

Eu só queria saber... Gostaria que alguém me dissesse se estão vendo. Eu estou vendo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Estamos sim, professora. Estamos vendo.

A SRA. REGINA MARIA DE SOUZA – O.k. Muito obrigada, querida.

Olha só: nós temos dois lados. Um, que a própria Secadi nos passou em 2014 pelo GT Libras/IEC, instituído pelo Ministro Mercadante. Nós temos aí a quantidade de... Teríamos, em 2014, segundo o próprio MEC, 4,6 milhões que possuíam deficiência auditiva e 1,5 milhão de pessoas surdas, totalizando 5,7 milhões de surdos. Ora, vidas surdas importam. Se nós considerarmos a população de 5,7 milhões habitantes, nós estamos falando quase com o dobro da população do Uruguai, e 1,1 milhão de surdos é a população de vários pequenos países europeus. Aonde eu quero chegar? Que vidas surdas importam, sim, todas elas, com todas as suas singularidades.

Em 2005, na revista da Feneis, o Presidente Antônio Mário Souza Duarte, o então presidente da Feneis, fez a seguinte colocação: "Estatísticas revelam que 760 mil surdos estão em idade escolar desses 5 milhões e, desse total, apenas 56 mil estão na escola. Pesquisas mostram também que só cerca de 2.044 terminam o ensino médio. Onde estão os mais de 700 mil surdos que não estão na escola?

Então, nós estamos vivendo, desde 2000 mais ou menos, um modelo de educação que não acompanhou a novidade de 2002, com a Lei da Libras, nem o Decreto 5.626 e nem o Plano Nacional de Educação, de 2014. A LDB teve a sua última mudança em 1996, se não me engano, desculpem-me se estiver errada. Então, eu acho que todos esses dados convocam um acontecimento que precisa ser repensando pelo Senado.

Vejam só os dados: entre 2006 e 2009, foram fechadas 3.522 vagas em classes e escolas específicas. Portanto, Eduardo, escolas para surdos foram fechadas, e para os com deficiência auditiva também. E apenas 4.450 novas matrículas de alunos surdos e com deficiência auditiva surgiram em classes comuns no ensino regular, o que nos permite dizer que, entre 2006 e 2009, 9.102 alunos surdos e deficientes auditivos foram excluídos do sistema escolar. Imaginem se a gente considerasse a população de 3 milhões do Uruguai e dissesse que o Uruguai, em 2012, só tinha 74.547 uruguaios na escola – é que o Uruguai tem 3 milhões de habitantes, e eu estou comparando esse dado geográfico.

Então, em 2012, o censo total de alunos surdos e com deficiência auditiva era de 74.547 matriculados. E, Eduardo, tanto os surdos sinalizantes quanto os surdos oralizados ou deficientes auditivos tiveram inúmeras entradas no Ministério Público. Inclusive, em uma eu fui testemunha a favor dos deficientes auditivos e dos surdos contra a Unesp, que é uma universidade pública aqui do Brasil.

Então, vejam só, nós temos... Vamos supor o mínimo; não vamos falar dos 10 milhões, vamos falar dos 3 milhões: 74.547 matriculados!. Nota-se, pois, uma evasão de 11,36% em relação aos dados anteriores.

Em 2012 os dados já expunham a fragilidade da oferta e, consequentemente, da matrícula na educação infantil: 4.485 na educação infantil; a dificuldade de acesso à educação profissional, 370; a



predominância de matrículas no ensino fundamental. E é isso que se usa, são os argumentos daqueles que defendem a inclusão, porque eles olham o ensino fundamental.

Mas e o que não se olha? No ensino médio, que também é um ensino obrigatório, há uma evasão de 80%, já registrada em estatísticas anteriores, e a queda de... No ensino médio, nós teríamos, de acordo com o censo, 8.751. Por quê? Porque aqueles que não conseguiram ser alfabetizados no ensino fundamental e no ensino médio, eles vão para o EJA. Então, as matrículas do EJA estão sendo aumentadas.

Então, não é questão agora de discutir quem vai ser mais ou menos prejudicada. A LDB trata das Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Ela não tira direitos, ela acrescenta direitos. E por que a Libras... O que é ensino, educação bilíngue, Libras-português? É quando os traços culturais na educação, a história da educação e das produções culturais da comunidade surda, são parte das ações educativas e norteiam a política curricular, sem ignorar as diretrizes e bases da educação, das licenciaturas. Então, é um acréscimo.

E pode, na escola bilíngue, ter ouvinte? Sim, pode. Por que não? A minha filha não estudou em uma escola alemã e eu sou brasileira? Nós não temos imigrantes alemães na família mas, para ela, era importante, para o que vinha a ser depois. Demos esse conforto a ela, e ela é ouvinte.

A comunidade escolar se transforma radicalmente quando você tem escola bilíngue. A presença de profissionais surdos em interface e a interface da escola com as comunidades surdas e ouvintes vizinhas são medidas cruciais. A escola se constitui como espaço multicultural e plurilíngue.

Professores...

Então, eu vou terminar com uma fala da Mara Gabrilli. A Mara Gabrilli se pronunciou uma vez num evento da Unicamp, para onde ela enviou um DVD, e eu tenho o DVD. Ela estava defendendo a escola bilíngue para surdos e defendia também que a educação, como estava, era um absurdo. Isso foi em Setembro Azul, mais ou menos pelos idos de 2015... Não, não, 2013, 2014. Desculpe, Mara, se eu não me lembro, mas eu me lembro de que ela disse assim: "A educação que está posta em marcha é tão inaceitável que a presença de surdos nas universidades é pífia". Então, eu termino com a Mara Gabrilli, lembrando que presença na universidade é menos de 0,01%.

Uma vez discutia sobre isso com uma colega que defendia a inclusão na faculdade de educação, num grupo em que estavam presentes Sergio Leite, Heloisa Matos Lins e Ana Archangelo, e disse: "Professora, nós temos que mudar a educação dos surdos para que eles tenham acesso ao ensino superior". Resposta dela: "A universidade, Regina, nunca foi para todos".

Termino assim a minha fala.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, doutora. Aliás, professora! Professora Regina, obrigada pela sua exposição muito sensível.

Eu passo a palavra agora à Sra. Rosangela Machado, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Seja bem-vinda, doutora! Obrigada pela participação. (*Pausa.*)

O seu áudio está desligado.

O.k.

A SRA. ROSÂNGELA MACHADO – Obrigada.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Seja bem-vinda!

A SRA. ROSÂNGELA MACHADO (Para exposição de convidado.) – Há uma afirmação minha saindo na tela, com o meu nome, que não é uma afirmação minha não – só para fazer uma correção –, de que 700 mil surdos estão fora da escola. Está bom?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.

A SRA. ROSÂNGELA MACHADO – Bom dia a todos e a todas! Cumprimento os integrantes desta sessão temática e agradeço o convite feito pelo Senado Federal, em especial pela Senadora Mara



Gabrilli. Também cumprimento a todos os Senadores que estão ou estiveram aqui presentes.

Eu sou uma mulher branca, tenho os cabelos curtos, estou neste momento usando uma blusa vermelha, estou sentada em uma cadeira preta, atrás de mim há duas portas brancas de um armário e, ao lado dessas portas, a minha estante com os meus livros.

Eu também gostaria de fazer um agradecimento às professoras Lilian Lesina Poleto, Meire Cavalcante e Eliane Ramos, bem como às famílias de estudantes com surdez que contribuíram para as reflexões que farei nesta sessão temática.

Falo hoje aqui como pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença da Unicamp, como ativista do direito à educação de todos os estudantes na rede regular de ensino e trago a experiência de gestora e professora da rede municipal de ensino de Florianópolis, rede de ensino pioneira na implementação do atendimento educacional especializado e que não mede esforços para que todos os estudantes tenham acesso a esse bem público que é a escola regular.

E falar de escola regular é um bom início de conversa, já que ela vem sofrendo tantas condenações e acusações, numa articulação de desprezo daqueles que não reconhecem a sua potência. Eu pergunto: será que essa depreciação é o resultado de um profundo medo de que a geração que está chegando se torne de fato a nova geração, em que pessoas surdas e pessoas ouvintes possam conviver e compartilhar experiências linguísticas em um mesmo espaço, assim como nesta sessão temática, em que temos pessoas surdas, surdas-cegas, pessoas oralizadas e ouvintes compartilhando a mesma sessão temática?

A inclusão escolar, não tenhamos dúvida, leva para dentro da escola aqueles que não se beneficiavam desse bem comum. Lutamos muitos anos contra a segregação que deixava fora de um contrato social aqueles que não atendiam ao padrão paradigmático da espécie humana. Lutamos muito por esse espaço público e coletivo que é a escola comum. O movimento de educação inclusiva não abre mão da escola comum. Nada a substitui, nem a casa, nem a cultura, nem a escola que agrupa as pessoas em função de um único atributo, a sua surdez.

Queremos proporcionar ao estudante surdo a oportunidade de se tornar estudante e oferecer-lhe a experiência da escola comum, não aquela experiência que hoje os surdos adultos relatam – e com razão! – de exclusão, de não reconhecimento de suas formas de comunicação.

Queremos promover aos estudantes ouvintes a experiência da Libras, experiência que nós adultos ouvintes não vivemos.

Queremos promover na escola comum as diferentes formas de comunicação e, como escola inclusiva, reconhecemos em nossos estudantes surdos o que chamamos de diferença à lei, o que nos faz perceber que os estudantes surdos, como foi dito aqui, não vivem a sua surdez da mesma forma. Por isso, valorizamos os surdos oralizados e os surdos sinalizados, sem que haja uma imposição de um sobre o outro.

Queremos promover na escola comum um espaço de igualdade, uma igualdade que não significa tornar as pessoas iguais pela busca de capacidades específicas ou pela busca de uma linguagem padrão, mas a igualdade em que o mundo é apresentado para todos. E convidamos todos, surdos e ouvintes, a analisá-lo e a questioná-lo. Aí, sim, surdos e ouvintes tomarão consciência de que no mundo não existe uma única forma de ser, de estar nele e de se comunicar.

Queremos compartilhar experiências linguísticas. O bilinguismo faz isso, e só existe bilinguismo quando há experiências linguísticas. Como promover experiências linguísticas em escolas só para surdos? Como promover experiências linguísticas em escolas comuns sem a presença de estudantes surdos? Precisamos reconhecer a experiência que surdos e ouvintes estão tendo nas escolas comuns, sem ficarmos presos a um passado de exclusão. Temos dificuldades, ainda há muitas, mas elas já foram mais intensas, como, por exemplo, a falta de profissionais intérpretes qualificados, a falta de professores de Libras. Estamos em outros patamares e precisamos avançar mais ainda, não para espaços segregados como as



escolas e classes para surdos. O encontro entre estudantes surdos e ouvintes vai além da experiência linguística, revela um novo tempo, uma preocupação com o outro, onde caminhamos juntos, submetendo-nos à construção desse caminho e cuidando para que o caminho, com os seus erros e acertos, seja feito com a devida atenção.

E, assim, vamos nos libertando, surdos e ouvintes, de certas verdades ou mitos de que o estudante surdo não escreve bem, de que surdo é desconfiado, de que surdo só se dá bem com surdo, de a Libras como única forma de comunicação de uma pessoa surda. Vamos nos libertando das inverdades no convívio, não na separação, para ampliar nossa liberdade de pensar a escola comum sem condená-la, mas melhorando-a, ou, como diz a nossa querida jornalista Mariana Rosa, mudar a escola sem mudar de escola.

A escola bilíngue inclusiva na escola comum consiste em fazê-la existir, repito, onde todos compartilham as experiências linguísticas. E, acima de tudo, escola remete ao tempo e ao espaço público dedicados ao estudo, estudo do mundo. Por isso, a escola faz suspensão da cultura, e isso não quer dizer que as culturas não sejam apresentadas, mas não é a escola de uma única cultura ou de uma única identidade. Tudo que compõe a escola e a faz existir é justamente o fato de reunir pessoas e pessoas em suas diferenças, em suas multiplicidades. Por isso, o estudante surdo não pode ser reduzido a uma única característica: a sua surdez. Ele precisa, sim, ser entendido em sua diferença linguística, mas ele não se reduz a ela, ele é muito mais do que a sua língua. A escola realmente não pode ser a normalização de corpos, não pode ser a normalização de linguagens, de funcionamento cognitivo. Se ela mantém algumas práticas assim, precisamos combater essas práticas e não destruir a escola.

A nova geração de surdos e ouvintes está recriando o mundo e habitando o mundo de outra forma com o advento da inclusão. Por isso, precisamos questionar a perspectiva dos surdos adultos, que partem de suas experiências de exclusão. Precisamos habitar o presente e projetar o futuro.

A escola bilíngue inclusiva – isto é, a presença de surdos e ouvintes na escola comum – interrompe uma ordem existente, a ordem de uma única língua, de uma única forma de comunicação, de um único jeito de ser, interrompe a ordem de que a escola regular é só para alguns.

Agora, faz-se extremamente necessário que não nos coloquemos na posição de condenar a escola, porque ela é uma potência para renovar e recriar o mundo. Não devemos utilizar as dificuldades e falhas no processo para justificar a retirada dos estudantes surdos. Não esqueçam: a escola celebra o público, o mundo e as relações. E, sozinhos, nós não produzimos o que produzimos em conjunto.

A inclusão escolar em minha rede de ensino e a presença de surdos nela produziram afetos, transformaram pessoas e, por isso mesmo, estabeleceram uma relação ativa e receptiva para com os estudantes com surdez. Nenhum estudante a menos é o nosso maior propósito, o que revela a nossa hospitalidade, sensibilidade, disponibilidade e abertura para todos os estudantes.

Vejo o PL 4.909 como um projeto que não reconhece os benefícios e a potência da escola comum para os estudantes surdos; tampouco vejo um empenho por parte da Feneis em melhorar a escola regular. Até hoje o projeto de bilinguismo por parte da Feneis é voltado para escolas para surdos. Não vejo um esforço para que o bilinguismo se concretize na escola regular. Então, em vez de condenar, de criticar, de castigar a escola regular, vamos unir esforços para recriá-la, aprimorá-la, sem que nenhum estudante esteja fora do processo.

Poderia aqui também falar das consequências da segregação das classes para estudantes surdos que a rede estadual do meu Estado já teve, de um sistema dominado pela cultura surda que não aceita – e ainda temos essa prática – a pessoa com surdez oralizada e dos mitos que se divulgam em relação a implante coclear. Por que não começamos a nos conscientizar das lacunas deixadas pela separação?

Vale destacar, para finalizar a minha fala, que não ser favorável às escolas e classes para surdos não significa não ser favorável a Libras e a toda a legislação que reconhece essa língua.



Quando pensamos em uma escola ou classe bilíngue para surdos, já estamos ferindo os fundamentos e princípios da inclusão escolar, além de sua inconstitucionalidade, da ilegalidade. Sei que a Ampid, Rede-In, entre outras tantas instituições, já se manifestaram desfavoravelmente ao PL 4.909. O STF suspendeu o Decreto 10.502, de 2020, que traz a questão de escolas e classes para surdos. Não entendo por que está sendo apresentado este PL.

Concluindo, nada substitui a convivência na escola regular, nada justifica a volta aos espaços segregados. Sei que o lema "nada sobre nós sem nós" nasceu de um movimento de pessoas com deficiência que eram excluídas das decisões políticas, e a participação delas é de fundamental importância para que o contrato social inclusivo se efetive. No entanto, trago o lema "tudo sobre nós com todos nós", porque é responsabilidade de todos, é minha responsabilidade, como ouvinte, a construção de um mundo e de uma escola inclusivos.

Por isso, peço a suspensão do PL 4.909 e sugiro a apresentação de um PL que invista na educação bilíngue na escola regular, onde estudantes surdos e ouvintes tenham a oportunidade de experiências linguísticas e, sobretudo, a experiência da educação escolar em um mesmo ambiente: a escola comum.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada pela exposição e a participação, Dra. Rosângela.

Eu vou conceder a palavra agora à Sra. Silvana Lucena dos Santos Drago, Conselheira Municipal de Educação na cidade de São Paulo.

Seja bem-vinda, Dra. Silvana.

A SRA. SILVANA LUCENA DOS SANTOS DRAGO – Temos uma apresentação, será que posso colocar?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim. (Pausa.)

Já está na tela.

A SRA. SILVANA LUCENA DOS SANTOS DRAGO (Para exposição de convidado.) – Obrigada.

Em primeiro lugar, bom dia a todos e a todas!

Eu vou fazer a minha descrição: eu sou uma mulher de 63 anos, pele branca, cabelos curtos com mechas, uso óculos com armação vermelha e visto uma camisa com fundo branco e estampas assimétricas em preto. Atrás de mim, há um armário branco com um espelho.

Inicialmente, em nome da Presidente do Conselho Municipal de Educação de São Paulo, Professora Rose Neubauer, quero agradecer à Exma. Senadora Mara Gabrilli, pela indicação para participar desta Mesa de debates, apresentando a experiência de São Paulo com a educação bilíngue de surdos.

Agradeço o convite do Exmo. Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco. E cumprimento o Exmo. Senador Flávio Arns; o Exmo. Senador Styvenson Valentim; a Presidente desta sessão, a Exma. Senadora Leila Barros; e todos os que fazem parte desta Mesa, bem como os Senadores que estão nos acompanhando.

O convite que recebi foi para falar das políticas de educação especial no Município de São Paulo.

Só uma pergunta, como faço o controle aqui? Eu posso conduzir a apresentação ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A senhora pode avisar a mudança da apresentação que nós vamos acompanhando aqui segundo a sua orientação.

O seu áudio está um pouco baixo.

A SRA. SILVANA LUCENA DOS SANTOS DRAGO – Para falar da educação no Município



de São Paulo, eu preciso localizar que é um Município com uma população de mais de 12 milhões de habitantes, numa área de 1.521 quilômetros quadrados, com muitas diferenças. Então, a gente já é uma cidade que apresenta muitas diferenças.

Próximo.

Para iniciar, eu vou falar um pouco do número de estudantes que nós atendemos na rede municipal de ensino: 1.038.261 alunos, sendo 17.074 o público da educação especial. Nas escolas municipais de educação bilíngue, são 692 alunos.

Próximo.

Os números da rede em relação a atendimento de alunos surdos hoje matriculados são de 1.369 alunos, sendo que 692 estão nas escolas bilíngues para surdos, 34 na educação infantil, 495 no ensino fundamental e 163 no ensino médio. Na rede e unidades escolas bilíngues, nós temos 677 alunos surdos, sendo que 156 estão em unidades de escola bilíngue para surdos e ouvintes. Os alunos surdos matriculados na rede regular perfazem um total de 521, sendo 280 com surdez leve e moderada e 241 com surdez profunda.

Próximo.

Para falar da educação de surdos na cidade de São Paulo, eu preciso reportar que ela teve início 69 anos atrás, em 1952, por um movimento de pais que queriam garantir a educação de seus filhos. Ela começa como núcleo educacional, passa por várias denominações, dependendo de como eram pensadas as políticas públicas e de como se via a pessoa com deficiência auditiva. Então, ela passa de escolas, institutos para surdos-mudos, escolas municipais de crianças surdas, depois volta a ser instituto, passa até a ser de crianças excepcionais, de deficientes auditivos...

Próximo.

Em 1979, ela passa a ser uma escola municipal de educação infantil e de primeiro grau e só inicia o atendimento do Fundamental 2 em 1983. Em 1988, por movimento dos pais e dos alunos surdos, são abertas mais quatro unidades de educação de surdos. Em 1998, essa escola, depois de dez anos, passa a ser reconhecida como escola municipal de educação especial.

Em 1999, mais uma unidade é aberta.

Em 2011, as Escolas Municipais de Educação Especial passam a ser Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos, e também são criadas Unidades Polo de Educação Bilíngue para Surdos e Ouvintes.

Próximo!

Como chegamos à definição da política de educação bilíngue? Ela começa em 2005, embora seja em 2011 que se faça todo esse movimento.

Nessas escolas, existem reuniões com gestores e professores para identificar as dificuldades, levantar propostas para melhorar o funcionamento dessas unidades e oferecer um suporte pedagógico para a escola, para o professor e para os alunos.

Foram feitos vários planejamentos que envolviam formação continuada, curso de Libras, materiais, equipamentos, contratação de intérpretes. E também nós fizemos nesse ano um Festival Esportivo e Cultural de Alunos Surdos, tanto da rede privada como da pública, que envolvia uma articulação das diferentes escolas e dos diferentes alunos. Foram mais de dois mil alunos que participaram desses festivais, que duraram vários anos.

Próximo!

Em 2006, a gente precisava, com a ampliação do atendimento, formar professores no atendimento da deficiência auditiva. E também realizamos em todos os anos a formação continuada desses professores em relação à leitura, escrita e surdez, educação bilíngue, ensino de Libras, ensino de português como L2, estratégias de ensino na perspectiva bilíngue.



Próximo!

Em 2007, a gente produz um livro chamado *Toda Força ao 1º Ano – Contemplando as Especificidades dos Alunos Surdos*. Abaixo eu sempre coloco a coordenação da doutora e quem participou desse estudo. Esse projeto foi para todas as unidades educacionais onde houvesse alunos surdos, discutindo questões de leitura e escrita, repensando a questão e a especificidade dos alunos surdos em qualquer unidade em que eles estivessem.

Próximo!

Em 2008, fizemos duas orientações curriculares de expectativas de aprendizagem de língua portuguesa, desde a educação infantil ao ensino fundamental, e também de Língua Brasileira de Sinais e de língua portuguesa em ensino fundamental. Nessa propositura, os nomes de quem participou estão aqui abaixo – eu não vou falar porque não vou conseguir falar os nomes de todos. E também foi elaborado um DVD com orientações curriculares para práticas inclusivas, envolvendo a deficiência auditiva, com pautas em todas as escolas onde isso era discutido, inclusive, com referências de estudo nos horários coletivos dos professores.

Próximo!

Em 2009, o acervo de todas as salas de leitura – todas as nossas unidades têm salas de leitura – estava em formato digital de livros. E também os alunos começaram a receber livros em suas casas, e os surdos foram contemplados, bem como houve a aquisição do dicionário trilíngue, em Libras, em português e em inglês, para todos os estudantes surdos e seus professores.

Próximo!

Em 2010, a gente faz um grupo de trabalho (GT), trazendo os diretores, coordenadores pedagógicos, professores das EMEEs, para definir as diretrizes para a organização de escolas bilíngues. Nesses grupos foram discutidas concepções de modelo bilíngue, quadro curricular, quais recursos humanos trabalhariam nessas unidades, a organização dos tempos e espaços da escola, estudos como metodologia de estudo de segunda língua, a gestão da escola, alternativas e idealizações para apoiar essas unidades. Além disso, foram feitos critérios de correção, análise, intervenção de provas, garantindo as especificidades dos alunos surdos.

Próximo!

Em 2010, em setembro, é lançada a Política de Atendimento de Educação Especial, o Programa Inclui, com sete projetos que eram articulados, a fim de oferecer a toda a rede o apoio necessário aos alunos que eram o público da educação especial, à escola e às famílias. Esses projetos se complementam. Eu vou falar um pouco do Projeto Reestruturar, que traz alternativas para a educação dos surdos.

Próximo!

O Projeto Reestruturar traz uma série de alternativas e transforma as Escolas Municipais de Educação Especial em escolas bilíngues, trazendo também propostas de escolas municipais de ensino regular como Escolas Inclusivas Bilíngues, com formação de equipes para atuarem nesse contexto.

Próximo!

É feito também o estabelecimento de diretrizes e princípios para todas as unidades, com a proposta curricular na perspectiva da educação bilíngue, com recursos humanos para garantir essa especificidade das línguas, com organização didática, com critérios de avaliação e com formação continuada.

Próximo!

Em 2011, são criadas as escolas com uma portaria que especifica passo a passo todo o trabalho que deve ser desenvolvido, e também são criadas as unidades bilíngues.

Próximo.

Na criação das unidades bilíngues e EMEBS, várias questões foram pensadas: matrícula, transporte, a busca ativa desses alunos, a instalação das salas bilíngues, designação de professores, contratação de



instrutores e intérpretes, assessoria para as escolas e também a formação continuada garantida a todos.

Próximo!

São estas as escolas: Helen Keller, na Aclimação; Anne Sullivan, em Santo Amaro; Neusa Bassetto, na Mooca; Vera Lucia Aparecida Ribeiro, em Pirituba; a EMEBS Madre Lucie Bray, em Jaçanã-Tremembé; e a EMEBS Mário Pereira Bicudo, na Freguesia do Ó, Brasilândia. Então, é uma em cada região.

Próximo!

Em 2012, a gente começa com as Unidades-Polo de Educação Bilíngue.

Próximo!

Eu vou explicar um pouquinho, porque os CEUs são os Centros de Educação Unificados que existem em São Paulo. Nós temos um número grande dessas unidades. Eles têm os centros de educação infantil, para crianças de zero a três anos, as escolas de educação infantil e o ensino fundamental. Além disso, eles são organizados com centros de divulgação de cultura e esporte, com centros culturais, de que participam não só os estudantes dessas unidades, mas também toda a comunidade do entorno.

É muito importante trazer que, quando a gente começou as unidades-polo, nós apresentamos o projeto, as escolas aderiram, e foram escolhidas essas duas unidades – a do Capão Redondo e a de São Rafael –, por conta do número de estudantes que havia nessas regiões.

Nessas unidades educacionais, o projeto envolve o direito das crianças às classes bilíngues no início da escolarização e o apoio de instrutores de Libras, que são os modelos linguísticos dentro dessas unidades.

No ensino fundamental II, eles passam para as salas regulares, classes comuns, e são acompanhados pelos intérpretes de Libras e pelas professoras de salas bilíngues. O ensino de português é separado. Eles têm português como L2.

Essas escolas já funcionam há dez anos. Como vocês veem ali, no Campo Limpo, eles são polos bilíngues para surdos. Os alunos ouvintes todos têm acesso à língua de sinais. Eles têm aulas de Libras como L2, e a circulação de Libras é constante nesses espaços. Elas já têm dez anos, e há resultados bastante interessantes em relação a esse trabalho.

Próximo!

Nós produzimos, como há o ensino de Libras, os currículos, o material didático para o ensino de Libras, com orientações para os professores. E também as provas todas começam a ser dadas com a interpretação em Libras.

Próximo!

Em 2016, todos os avanços conseguidos no serviço de educação especial do Município... Ele é regulamentado e atualizado, trazendo as novas questões legais na Política Paulistana de Educação Especial e na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Nesse decreto, o Capítulo V fala da educação bilíngue e traz o direito a essa educação para os estudantes, para os educandos e educandas com surdez, com surdez associada a outras deficiências e com surdo-cegueira, ficando adotada a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua.

A educação bilíngue deve contemplar os componentes curriculares da Base Nacional Comum e as condições didático-pedagógicas para que a Libras e a língua portuguesa se constituam como línguas de instrução, de comunicação e de circulação na escola. Ela é oferecida nas Escolas Municipais de Educação Bilíngue e nas Unidades-Polo de Educação Bilíngue para surdos e ouvintes, em todas as escolas comuns que tiverem alunos surdos, na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação de jovens adultos para surdos e ouvintes.

Como vocês viram, nós temos quinhentos e poucos alunos que estão nessas unidades. Aqueles que têm perda moderada e leve contam com todos os recursos de acessibilidade para garantir a sua presença



dentro da sala de aula.

Próximo!

Nas unidades, nas EMEBS, há professor bilíngue, instrutor de Libras e guia-intérprete. Nas Unidades-Polo, contamos com professor bilíngue, professor especialista de cada componente, instrutor de Libras e intérprete de Libras. Nas unidades educacionais comuns, há o intérprete de Libras, o professor de AEE e o instrutor de Libras.

Próximo!

Nós fizemos o currículo, a discussão, como ocorre em todo o Brasil. Três princípios são assegurados em todos os nossos currículos: a educação integral, a educação inclusiva e a equidade.

Próximo!

Nós fizemos um novo currículo de Libras, um currículo na perspectiva bilíngue, já com grandes avanços. Todo esse material foi construído com os profissionais que atuam na educação de surdos, profissionais surdos, associações de surdos. Houve consulta pública e leitura crítica de pesquisadores da área da surdez e da questão linguística.

Próximo!

São essas as equipes.

Próximo! Próximo!

Eu vou pulando, porque eu vou concluindo.

A língua brasileira é construída junto com a língua portuguesa em relação aos objetivos.

Próximo!

A Língua Brasileira de Sinais na educação infantil tem três eixos: visualidades, organização linguístico-motora e compreensão e interação.

Próximo!

No ensino fundamental, no uso da língua, os eixos são: uso da língua de sinais, identidade surda, prática de análise linguística e literatura surda.

Próximo!

Cada ano tem os objetivos de aprendizagem, que são assegurados, para que todos os professores que estejam ensinando Libras ou língua portuguesa acompanhem o desenvolvimento dos estudantes.

Próximo!

No ensino fundamental, a língua portuguesa tem a prática de leitura, a produção sinalizada, a prática de análise linguística, a prática de produção de textos escritos e a dimensão intercultural.

Próximo!

Esses são os dois currículos. E aqui estão os que coordenaram esse trabalho junto à nossa rede.

Próximo!

Em relação à avaliação, é importante, porque fazer tudo isso e não acompanhar a avaliação... Saber o que está acontecendo é importantíssimo. No núcleo da secretaria, o núcleo de avaliação não mediou esforços para garantir para todos os estudantes que estão na rede municipal de ensino e que são surdos e para todos os outros a acessibilidade necessária na realização das provas que são realizadas no Município.

Próximo!

Nesse histórico, foram feitas adaptações e adequações do item para estudantes surdos, os itens foram pré-testados com esses estudantes, houve a formação dos professores, também estabelecendo uma matriz de avaliação para os estudantes surdos.

Próximo!

Em relação à produção escrita, foi muito interessante. Nós identificamos uma série de situações importantes para se repensar o ensino em relação às fragilidades e potencialidades, em relação aos



procedimentos adotados, aos aportes teóricos necessários para a adaptação do instrumento de correção e também aos níveis de desempenho desses estudantes na redação. Isso tudo volta para as escolas para que elas repensem o seu trabalho e planejem o ensino onde quer que esse aluno esteja.

Próximo!

Eu acho que são muitas coisas. A ideia era trazer algumas ideias do que a gente faz em São Paulo, com todas as diferenças que há em São Paulo.

Eu falei muito rápido, mas eu queria agradecer a todos esta oportunidade. Para mim, é sempre muito rica a possibilidade de estar discutindo e repensando essa questão da educação dos alunos surdos.

Eu quero trazer para vocês o quanto isso é importante. Eu mostrei, lá o início, o quanto, ao não haver definições, eles ficam vulneráveis à não qualidade do atendimento.

Também quero reforçar que, em relação aos surdos oralizados, aos deficientes auditivos oralizados, a preocupação na rede municipal de ensino... Eles são matriculados na escola mais próxima da sua casa, e todas devem oferecer condições para que eles estejam adequadamente aprendendo e se desenvolvendo.

Agradeço a todos.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Excelente exposição, Professora Silvana! Excelente trabalho também da rede municipal em São Paulo. Eu acho um excelente exemplo para todos nós aqui que estamos acompanhando o trabalho e esta audiência.

Só para passar uma informação a todos aqui: nós temos, até o momento, 675 pessoas assistindo no YouTube, com audiodescrição; 248 no YouTube normal – então, quero agradecer – e mais de 200 perguntas no e-Cidadania, até o momento, mais de 220 perguntas. Então, participação ativa e, de certa forma, bem expressiva para uma audiência numa sexta-feira no Senado Federal. Agradeço a participação de todos.

Vou conceder a palavra agora ao Sr. Claudio José de Siqueira, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal.

Seja bem-vindo, doutor. (*Pausa.*)

O áudio está o.k. Está tudo o.k. Estamos vendo.

Bom dia, doutor.

O SR. CLAUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senadora. Gostaria de cumprimentar a todos, especialmente o Senador Flávio Arns, pelo seu excelente trabalho, sempre muito envolvente e dedicado; o Senador Styvenson, que é o Relator; e também a Senadora Mara Gabrilli, sempre muito combativa. Gostaria, nas pessoas de todos esses que antes falei, que eu possa cumprimentar todos os participantes e também os que integram essa Casa legislativa.

Faço minha autodescrição. Sou tetraplégico, tenho cabelos claros, estou usando óculos – até vou tirar, com licença –, cabelos claros, mas um loiro mais escuro, olhos claros, rosto arredondado, cavanhaque, estou de paletó, camisa azul clara, ao fundo do vídeo está uma estante de livros.

Primeiro, antes de entrar no tema, gostaria de dizer que não venho manifestar a opinião nem do Ministério Público Federal e nem da Ampid, da qual eu faço parte também. É claro que todos nós temos compreensões diferentes de determinado tema.

Noto que é um tema muito caro e muito importante, porque não se refere só às pessoas com deficiência, é um tema que trata de educação, que é um direito fundamental de todos e que tem repercussão no progresso e na nossa sociedade.

Quando nós falamos em inclusão, devemos pensar não só no seu arcabouço... Só um instantinho, porque travou tudo no computador. Não devemos pensar só no arcabouço normativo, que dá sustentáculo, mas também em condições materiais, humanas e suportes emocionais, psicológicos e pedagógicos que lhe proporcionam e propiciam.



Quando vemos o arcabouço normativo de nosso ordenamento jurídico, vislumbramos normas suficientes para concretizar esse ideal inclusivo, devendo, decerto, considerar novas propostas do seu aprimoramento.

No entanto, a educação inclusiva e o sistema são hoje um ideal a ser concretizado que deverá ainda levar muitos anos para poder alcançar a sua concretização plena diante dos avanços e progressos com fortalecimento também das políticas públicas.

Então, eu quero ressaltar que a inclusão é um processo construtivo, constante, gradativo e crescente, progredindo por etapas. O que nunca poderemos conseguir, principalmente nesse momento e no instante, é estabelecer uma inclusão extraída a fórceps ou empurrada goela abaixo, e sim com uma gradativa e perene evolução por etapas, isto é, por meio de um processo, até porque seus resultados seriam aquém dos esperados ou até catastróficos.

Ao antecipar esse processo, o Estado tem e deve ter um papel primordial de criar, inclusive, condições, fomentar, exigir e ser exigido seu cumprimento. Não é à toa que o art. 225 da Constituição lhe impõe esse dever fundamental. Só que ele, reconhecidamente, tem suas limitações, inclusive orçamentárias, que o impedem de alcançar a realização plena e efetiva desse ideal, como almejada no presente momento. Mas isso não pode ser desculpa para não cumprir a determinação constitucional. Para tanto, o Estado e a sociedade devem assumir seu papel, inclusive por entidades representativas; a família, o indivíduo e o Ministério Público podem e devem cobrá-lo, se for preciso, indo até o Judiciário. Assim é que o Estado não pode e não tem como se furtar em dar cumprimento a esse desiderato constitucional, ensejando, inclusive, responsabilidades administrativas, cíveis e penais de seu gestor, o que envolve uma miríade de deveres e obrigações que são correlatos a direitos de seus destinatários – direito subjetivo público, portanto.

Decerto a Constituição também atribui esse dever à família, conforme o mesmo art. 225 acima citado. E não tem como se esquivar dele, desse cumprimento. Só que a Constituição também, ao reconhecer que a família tem especial proteção do Estado por ser sua base, reconhece igualmente, no §7º do art. 226, fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, que o planejamento familiar é livre decisão da entidade familiar, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Aqui é o ponto em que eu gostaria de entrar e quero abordar em específico neste nosso debate, quer dizer, cabe à família o papel de definir qual o tipo de educação que deva ter seus integrantes. Só ela tem essa prorrogativa em optar qual a mais adequada aos seus propósitos, não devendo se esquecer de que ela tem igualmente a obrigação constitucional e legal de ser exigida no que se refere a proporcionar e colocar os filhos em escolas para a educação básica, e que, dependendo de como for, não proporcionando isso, poderá incorrer em crime de abandono intelectual, segundo o art. 246 do Código Penal. Então, o Estado não tem como exigir da família do indivíduo qual opção é a correta, qual escolha é a que deve ser feita. Fere a sua autonomia da vontade; fere outros princípios fundamentais de grande envergadura, que dão o sustentáculo para o Estado democrático de direito. Obviamente ele – o Estado – é que não poderá se esquivar ou se escudar ao cumprimento dos seus deveres na educação.

Quando se volta os olhos à Constituição, em seu art. 1º, observa-se que o nosso País está fundado no princípio da soberania – aqui tanto a do Estado quanto a popular e a do indivíduo –, no princípio da cidadania, entendida aqui em seu amplo aspecto, e da dignidade da pessoa humana, e isso conduz a um olhar e a uma percepção de que toda a interpretação e compreensão do nosso ordenamento jurídico deverão ser pautadas sob essa ótica. Isso porque, com o desenvolvimento de direito, principalmente no pós-Guerra, a pessoa, o ser humano passou a integrar o centro de toda e qualquer atividade desenvolvida pelo Estado. Ele é o principal núcleo de proteção da personalidade própria.



Quando se tutela a pessoa, não se pode retirar do âmbito de proteção a personalidade, estando ambas diretamente relacionadas. Daí, nasce a dignidade, é uma ideia, como um princípio norteador da proteção do Estado. Não se pode garantir uma dignidade à pessoa humana se não lhe é garantido o desenvolvimento de sua personalidade de forma livre e autônoma. Esse princípio é reconhecido tanto na Constituição alemã quanto na portuguesa.

Não pode haver um molde de personalidade onde um terceiro Estado particular venha a impor à pessoa um modelo de como deverá conduzir a sua vida, criando assim um modelo, uma pessoa modelo, ou até artificial, coisa que não será fruto de seu desenvolvimento, mas da criação de outro.

É necessário que se permita que a pessoa se desenvolva com base em critérios subjetivos, e não em critérios objetivos universais impostos a terceiros. Portanto, o que o direito busca tutelar, com a proteção da personalidade, é a identidade, a capacidade de a pessoa desenvolver suas características individuais, especiais, o modo de pensar e de agir, sua ideologia, a construção de seus valores, seus sonhos, seus projetos de vida. É tutelar a individualidade o direito à diferença, ou seja, permitir a cada um que eleja o seu modo de vida, desde que não cause prejuízo a terceiros.

Nenhum dispositivo constitucional ou legal pode tentar suplantar esse princípio. Qualquer restrição é excepcionalíssima e deve atender ao princípio da proporcionalidade, fundada na necessidade, utilidade e adequação, desde que não afete o seu núcleo essencial normativo.

Retornando ao PL, verifica-se que muitos lhe apontam a pecha de inconstitucionalidade, contrário às disposições internacionais ligadas ao tema, o criar discriminação à pessoa com deficiência, o de lhe retirar o necessário convívio e o de impedir o aprimoramento do sistema de ensino e a maximização do desenvolvimento acadêmico e social.

Com a devida vénia, entendo que não há inconstitucionalidade nem afronta a tais convenções, isso porque, como explicado, a Constituição resguarda o direito ao livre desenvolvimento da personalidade que importa ao indivíduo ou a quem lhe representar, quando não puder eleger seu estilo de vida, direito esse que é inerente ao ser humano e tem primazia em relação a direitos encampados no texto constitucional. Isso é reconhecido na convenção internacional, em seu preâmbulo, notadamente na letra "n", a importância para as pessoas com deficiência de sua autonomia e independência individuais, inclusive lhe dá a liberdade para fazer as próprias escolhas; e, na letra "o", a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhe dizem respeito diretamente, que é forçado nos princípios, em seu art. 3º.

Por sua vez, em seu art. 24, que trata de educação, prevê o direito do Estado na facilitação do aprendizado da língua de sinais e na promoção da identidade linguística da comunidade surda e de garantir que a educação de pessoas, em particular, de crianças cegas, surdas e cegas e surdas seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favorecem o seu máximo desenvolvimento acadêmico e social.

Se observarmos o referido artigo, o que está realçado como dever do Estado é que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência, que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório e que recebam todo o apoio necessário no âmbito do sistema educacional geral com vistas a facilitar sua efetiva educação, inclusive com a imposição de medidas de apoio individualizadas e efetivas que sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social de acordo com a meta de inclusão plena.

Não se pretende sustentar aqui a mudança de qualquer política para retroceder ao tempo da integração. O ideal é que todos os alunos, quer com deficiência, quer não, tenham acesso desde a sua tenra idade, aos quatro anos, ao ensino de Libras, e, por que não, em braile também, para que se proporcione, desde cedo, a inclusão efetiva, obviamente dependendo das particularidades de cada um. E isso está



resguardado, com a inclusão da emenda acrescentada ao projeto de lei, no art. 60-A, §3º.

Cabe ainda salientar que o art. 208 da Constituição diz que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. [E também no inciso III:]

.....
III: "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

No entanto, no estágio atual, colocar as crianças em escolas regulares sem um paulatino processo de evolução e construção causará, consequentemente, prejuízo a todos os alunos, seja com deficiência ou não, que não conseguirão alcançar seu pleno desenvolvimento e o seu potencial.

É certo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, de 1996, pretende ampliar o caráter de educação especial para realizar o atendimento educacional especializado e de forma complementar ou suplementar à escolarização. Contudo, essa medida é uma diretriz e uma determinação ao Poder Público para que, consubstanciado nos termos do art. 59, os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Porém, ressaltamos, embora desde sempre reconhecendo a necessidade e a importância de ambientes escolares heterogêneos, que cabe à família, e tão só a ela, decidir que tipo de escola quer para os seus filhos, até porque, como preceitua a Constituição, a pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa. Se ela entende que deva escolher uma educação especial organizada e de forma paralela à educação no ensino regular, assim poderá fazê-lo, cabendo ao Estado o dever de proporcionar qualquer um desses modelos na rede pública enquanto não se alcançar plenamente a concretização da política, tal como está colocado no PL, o que não impede de continuar o processo evolutivo da escola inclusiva.

Encerro aqui pedindo desculpas por me alongar e agradeço a oportunidade de trazer uma ideia para este debate.

Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) –
Bom dia, Sr. Claudio. Agradeço toda a sua exposição.

Senador Flávio Arns, o senhor pediu a palavra? (*Pausa.*)

Não.

Eu passo agora a palavra à Dra. Deborah Affonso, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Bom dia, Dra. Deborah.

A SRA. DEBORAH KELLY AFFONSO (Para exposição de convidado.) – Bom dia! Bom dia a todos!

Exma. Sra. Senadora Leila Gomes de Barros Rêgo, que preside a Mesa; Senador Flávio Arns, autor do projeto; Senador Styvenson Valentim, Relator, recebam meus cumprimentos de estima e de consideração. Nas pessoas de V. Exas., eu peço licença para cumprimentar todos os Senadores e membros do Congresso Nacional, as demais autoridades aqui presentes, todos os participantes e as pessoas que nos acompanham presencial e remotamente nesta audiência pública que visa colher subsídios ao Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, sobre a educação de pessoas surdas e surdas-cegas.

Eu gostaria também de agradecer ainda a indicação da minha pessoa pela Senadora Mara Gabrilli e



o convite do Exmo. Senador Rodrigo Pacheco para participar deste debate.

Meu nome é Deborah, eu sou Promotora de Justiça em São Paulo, capital, eu atuo na área de inclusão social desde 2008, sendo que, desde 2011, exclusivamente na área da pessoa com deficiência. Eu tenho a pele branca, meus cabelos são castanhos – hoje eles estão presos –, meu rosto é arredondado, eu hoje estou trajando uma blusa branca sobreposta por um manto azul, eu uso óculos transparentes, um colar e brincos de pérolas, e atrás de mim há um armário branco, e o meu símbolo pessoal é este.

Em primeiro lugar, eu parabenizo o Senado Federal pela discussão desse tema tão importante e que abarca interesses tão diversos da comunidade surda e surdo-cega e as perspectivas dessa política educacional a eles destinada.

E eu começo dizendo que educação especial exclusiva, respeitando a fala de parte das pessoas que me antecederam, não é permitida pela ordem constitucional, e essa ordem é tão exemplarmente construída pelo Poder Legislativo pátrio que merece nossos aplausos. Ela também não é albergada pelo tratado internacional referendado pelas duas Casas do Congresso Nacional na sua maioria absoluta, que é a convenção da ONU.

Nesse ponto, a gente observa que a Constituição Federal de 88 prevê que a educação é um direito de todos, e ela tem que ser ofertada nas escolas regulares. O art. 208 fala que a oferta do atendimento educacional deve ser feita a pessoas com deficiência na rede regular de ensino. E a convenção também fala que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis, bem como todo esse aprendizado durante toda a vida da pessoa.

Essa convenção, a convenção das pessoas com deficiência, integra a nossa Constituição por meio do Decreto Legislativo nº 6.949, de 2009, e ela foi aprovada por maioria absoluta nas duas Casas do Congresso, o que lhe concede o caráter de emenda constitucional, mas a sua efetividade aqui no País foi dada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei 13.146, que dispõe, no seu art. 28, que os sistemas educacionais devem ser aprimorados visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência nas escolas regulares, com a oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

Essa lei é muito importante e é motivo de muito orgulho para o Brasil, garantindo a inclusão da pessoa com deficiência. E eu tive a oportunidade de presenciar, durante a décima conferência que acompanha a Convenção da ONU, lá na ONU, um país estrangeiro se pronunciar no plenário no sentido de que o mundo devia fazer como o Brasil, fazer como a Lei 13.146, porque o Brasil, naquela oportunidade, em 2017, era o único país do mundo que tinha feito avanços e trazido para dentro do seu arcabouço legislativo uma lei como essa. Somos vanguarda, não é? Não podemos retroceder agora.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que o projeto pretende reformar, determina que a educação básica e a educação superior sejam oferecidas em escola regular. E a educação especial é transversal a todas as fases de ensino, a todos os níveis de ensino dentro da rede regular. É preciso notar que a educação especial perpassa todos esses níveis e etapas, e ela é possível na escola regular. Não se diz... Não vai aqui uma oposição a uma educação bilíngue, mas queremos que ela seja feita dentro de uma rede regular, com os recursos próprios desse atendimento e orientação aos alunos e professores quanto à sua utilização e com a possibilidade do atendimento educacional especializado por meio do AEE, que é o que já prevê a lei. E quando essa educação especial foge da escola regular, a gente tem acompanhado resultados desastrosos.

Acho que uma contribuição importante que eu posso passar para esta discussão é a seguinte. Aqui na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo, nós temos uma experiência vasta, pelo tamanho da população, o contingente populacional que temos aqui, e pelo desenvolvimento de políticas educacionais, como já foi apresentado pela Professora Silvana Drago, de excelência.

Aqui em São Paulo foi criada uma política dedicada à educação especial para pessoas com deficiências,



fora do ensino regular, há mais de 20 anos. E essa política vem sendo destinada a determinado público de pessoas com deficiência e causa diversos malefícios. Brevemente eu relato o que foi isso, porque no ano 2000, em razão da absoluta falta de uma política pública estadual para atendimento de determinado segmento dessas pessoas com deficiência, por determinação judicial, foi judicializada a oferta dessa política pública, e o Estado de São Paulo foi condenado. E enquanto essa política pública não for criada, enquanto não se cria essa política pública de atendimento, o Estado de São Paulo tem que pagar escolas especiais exclusivas, como a que se pretende nesse projeto.

Não se trata de escolas bilíngues – não é esse o tema da ação –, mas é uma forma de a gente entender o que foi que aconteceu. E, até hoje, o Estado não criou a política pública de atendimento da pessoa com deficiência, ao contrário do Município, que trabalha na perspectiva inclusiva, mediante a política paulistana de educação especial, pelo Decreto 57.379, de 2016 – acho que isso, não é, Silvana?

Enfim, essa política pública que vem sendo feita e imposta por decisões judiciais tem um resultado desastroso. Acontece que o resultado que a gente tem com a política paulistana inclusiva é que a aprendizagem, a verdadeira inclusão e os benefícios para as pessoas com deficiência, o que usualmente faz com que elas busquem a gente para pedir vaga no atendimento regular do Município, que virou uma referência aqui na cidade de São Paulo no atendimento às pessoas com deficiência, de todas as deficiências...

Por ocasião do julgamento da ação de constitucionalidade do decreto anterior, o Decreto 10.502, a Secretaria Municipal de Educação fez um relatório das Provinhas e das Provas de São Paulo, os relatórios pedagógicos das EMEBs, e eles evidenciaram que os estudantes surdos que responderam a prova em Libras e estão matriculados nas escolas regulares obtiveram, de uma forma geral, melhor desempenho de proficiência em línguas, português e matemática do que o desempenho obtido pelos matriculados nas escolas municipais bilíngues exclusivas. Então, o resultado é que a aprendizagem na escola inclusiva, a verdadeira inclusão e os benefícios para as pessoas com deficiência se dão, na verdade, nas escolas regulares e não nas escolas bilíngues. Isso está comprovado por um censo feito aqui em 2019. Essas informações fornecidas deixam isso muito claro e elas foram feitas com os alunos do 2º ao 9º ano.

São centenas de ações que tramitam aqui nas Varas da Fazenda Pública e da Infância e da Juventude abordando a educação especial, que, longe da inclusão, demonstra a ausência absoluta de profissionais habilitados para atender a essas crianças e adolescentes e ausência absoluta de currículo adaptado. Então, essas crianças e adolescentes não se formam em nada, não têm o conhecimento necessário. E o que nós notamos de mais importante ainda, o que é mais grave, é que a gente não vê a transição dessas crianças e adolescentes ao sistema regular de ensino posteriormente, em situação de igualdade com os demais alunos.

Foi dito aqui anteriormente que o abandono dessas crianças no ensino superior é enorme. A gente não vê... É verdade, a gente não vê, seja porque não existia a perspectiva de inclusão, seja porque é muito novo, mas é fato que a gente não vê criança saindo de escola especial e entrando na rede regular. Elas não acompanham.

Eu integro a associação nacional dos promotores que militam em favor dos direitos das pessoas deficiência, que é a Ampid. E nós discutimos isso, temos discussões mensais de temas importantes para pessoas com deficiência, e eu posso afirmar aqui, sem sombra de dúvida, que o que os meus colegas presenciam nas suas comarcas não é diferente.

A essência do projeto que a gente está vendo hoje, que é apresentado, é exatamente contrária à eliminação das barreiras. É claro que, à medida que a gente exclui as crianças surdas e surdo-cegas do aprendizado nas escolas regulares em companhia das crianças ouvintes, nós estamos reforçando essas barreiras, nós estamos privilegiando a segregação, numa afirmação de que o lugar da pessoa surda não é na escola regular, não é na sociedade como um todo, é naquele núcleo de vida dela.

Ao propor e acrescentar o art. 60 da LDB, com um conceito de educação bilíngue, a gente põe



necessariamente que esses currículos, como uma educação especial, divergem da educação regular. Isso, lá na frente, quando se pretender entrar numa faculdade, numa universidade, vai causar um prejuízo inestimável a toda essa população. O currículo deve ser adaptado, o currículo deve ser ofertado a todas as crianças, a todos os adolescentes, mas isso não quer dizer que a educação bilíngue não seja uma forma válida, uma forma que dá bons resultados, como a Secretaria Municipal de Educação aqui de São Paulo faz, não é? A possibilidade da educação bilíngue de pessoas surdas como modalidade da educação escolar oferecida em Libras deve ocorrer em todas as escolas, em todas as classes. Não é necessário que a pessoa surda esteja numa escola ou numa classe só para pessoas surdas, de forma nitidamente segregada.

Se a gente pegar o texto do projeto, no art. 60-A, vai ver que o próprio projeto é confesso no sentido de que a educação bilíngue de surdos pode ser oferecida em escolas comuns, portanto, num sistema verdadeiramente inclusivo, sem a necessidade de criação de escolas especiais. É possível fazer.

E ainda a gente ressalta que esse sistema proposto de classes especiais para pessoas surdas só vai funcionar em grandes centros, em que o contingente populacional permite a formação de tais classes, o que não é a realidade deste País. Este País não é composto de Municípios como São Paulo, como grandes capitais. Este País é composto de Municípios de poucas pessoas, não é? Os pequenos Municípios não vão poder formar salas exclusivas de pessoas surdas, e tampouco haverá escolas inteiras de pessoas surdas nesses Municípios.

A gente precisa chamar atenção para o fato que todo o sistema de educação tem um sistema legal que deve ser observado, e o Estatuto da Criança e do Adolescente impõe que a criança estude na escola mais próxima da sua residência – está lá no art. 53 –, o que impede a criação de polos regionais com deslocamento dessas crianças para outros lugares. Isso deixa claro que a política nacional a se ofertar só pode ser a que atenda o País como um todo, aquela já prevista na Constituição: a educação inclusiva.

E hoje esse projeto nos dá a possibilidade de dar um passo à frente, dá a possibilidade de a gente poder atender todas as crianças, criar a verdadeira inclusão, com a criação da obrigatoriedade do ensino da Libras, que é um idioma nacional, em todas as escolas regulares. A Libras deve compor o currículo obrigatório de todo o ensino básico. Aí a gente vai ver a verdadeira inclusão, aí as pessoas vão parar de depender exclusivamente de intérpretes.

Aqui foi dito hoje do interesse do Governo em incluir as pessoas surdas para que elas possam se sentir parte da sociedade. É louvável. Vamos além. Vamos deixar a proposta só na escola especial? Não é possível isso. Vamos mexer no currículo nacional, vamos ao MEC com esta oportunidade única que estamos tendo, vamos mexer no currículo nacional, vamos colocar a Libras como obrigatória a todos os brasileiros, a todas as brasileiras nos seus níveis de educação regular.

Concluindo aqui, parece-me que a melhor adequação do projeto é garantir o bilinguismo nas escolas regulares, pelos resultados que a gente já tem e pela verdadeira observância do princípio da dignidade humana. Ninguém é digno afastado de todos os seus pares, ninguém é digno sem poder usufruir de tudo que a sociedade oferece. Ninguém é digno sem poder exercer a totalidade das suas potencialidades. Não é uma tarefa fácil, é uma tarefa difícil, mas se a gente não começar hoje... Embora pareça uma ideia utópica e impossível de se alcançar, a experiência nos mostra que é possível. O Município de São Paulo nos mostra que é possível, basta que, para tanto, ela se inicie, mas que ela se inicie hoje, não amanhã. A política pública deve ser concebida para todos hoje. Hoje, o Estado de São Paulo, que ainda não fez a sua política pública, paga fortunas a escolas especiais, vê pessoas deixando as escolas, porque não conseguem acompanhar. Enquanto não se tiver uma política pública como a do Município, nós não vamos garantir que as pessoas estejam inseridas não só no sistema educacional, mas na sociedade como um todo.

Acho que, às vezes, a utopia é o que nos move, a utopia é o que nos faz criar, como foi a proposta do Senador Paulo Paim tempos atrás, da Senadora Mara Gabrilli e de tantos outros Senadores que



trabalharam nessa proposta da inclusão da pessoa com deficiência, na possibilidade de enxergarmos a pessoa com deficiência na sociedade e não de retirá-la da sociedade. Vamos caminhar para garantir cada vez mais que a pessoa com deficiência possa estar nas universidades, em todas as classes representativas e no nosso dia a dia.

Esse é o nosso trabalho na Promotoria de Justiça aqui em São Paulo, e eu tenho certeza de que é o trabalho do Senado Federal e de todo o Legislativo deste País.

Eu agradeço, Senadora Leila, a oportunidade de estar aqui sob sua presidência e espero ter contribuído de alguma forma para o engrandecimento deste debate. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF)

– Certamente contribuiu, Dra. Deborah Affonso, que é Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo. Muito obrigada pela sua presença, assim como a de todos os demais expositores.

Eu estou passando a palavra para a última expositora, a Sra. Marisa Dias Lima, que é Professora da Universidade Federal de Uberlândia. Desejo boas-vindas à Professora Marisa, assim como à sua intérprete, a Dânia Vasconcelos. Sejam bem-vindas.

A SRA. MARISA DIAS LIMA (*Tradução simultânea.*) – Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeitamente.

A SRA. MARISA DIAS LIMA (Para exposição de convidado. *Tradução simultânea.*) – Primeiro, vou fazer minha autodescrição: estou com um *blazer* branco, uma blusa preta; meu cabelo é longo, o fundo é amadeirado.

Hoje eu vou começar dizendo que vim aqui para dizer a todos vocês que foram convidados também para participar conosco da audiência...

E quero agradecer a oportunidade e o convite para estar aqui tendo tantas pessoas nos assistindo neste momento.

Quero mostrar que eu sou Marisa, sou professora surda há anos, trabalhei em educação básica, também no atendimento educacional especializado e, neste momento, sou professora da Universidade Federal de Uberlândia, na Faculdade de Educação. Eu sou mestre, tenho um trabalho com Português como segunda língua; meu trabalho de doutorado é alinhado com a política educacional do Estado, e a tese está bem alinhada com o nosso discurso neste momento, porque temos uma questão de política linguística e política educacional. Então, são duas coisas que confluem, e nós precisamos dos vários documentos que já existem. Eu fiz uma pesquisa com 45 documentos sobre acessibilidade no Brasil, falando sobre isso. São documentos que falam de falhas nas políticas públicas. Por isso, vou mostrar algumas questões e mostrar como o projeto de lei é importante.

Primeiro e principal ponto: nós precisamos garantir de verdade uma política pública para as pessoas surdas. E por que eu preciso garantir essa política pública em que o sistema não seja numa educação que não respeita o surdo? Porque ao sistema hoje falta base linguística. É muito importante pensar nessa questão, porque a própria Constituição já fala da garantia do direito à língua. É preciso oferecer a língua na educação, é preciso oferecer educação linguística. E há um problema: as pessoas não têm uma base linguística. É preciso ter essa base linguística para a inclusão acontecer. As pessoas, dentro da educação, não conseguem se comunicar com o surdo. Então, a questão linguística tem de estar presente em qualquer espaço, em qualquer política, em qualquer documento que vá para cada pessoa surda. É uma discussão que precisa estar adiante com relação não só à educação, mas a todo o âmbito político, em que tem de ser discutida a questão linguística do surdo. Se não for assim, não funciona.

Também com relação à Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, ela fala o quê? Que é preciso garantir, dentro da educação, um incentivo ao direito linguístico do estudante e à sua cultura também.



Essa promoção é importante. E a língua de sinais é reconhecida, ela já é lei desde 2002, pela Lei 10.436. E este projeto está alinhado com essa lei. Libras é a língua usada pela comunidade surda e tem estrutura, tem regras próprias. E as pessoas surdas no Brasil a usam e a falam e têm direito a usá-la dentro da escola. Por isso, a LDB precisa também garantir essa oportunidade.

É preciso entender que a Libras é um direito linguístico, mas também é um direito humano de cada pessoa surda que é preciso garantir. Como diz a convenção da ONU, é preciso respeitar o universo linguístico da minoria linguística dos surdos. Isso faz parte da Constituição, e nós precisamos entender isso.

Nós não estamos falando em um ambiente que tenha só a questão linguística preservada na educação. Na sociedade, também todos os espaços para educação precisam entender que há de haver um engajamento para que a educação de surdos se desenvolva, seja uma educação que vai ser promovida garantindo a estrutura da língua para formação e também a língua dentro da sociedade, no ambiente escolar e no ambiente linguístico para a formação, para que o cidadão se desenvolva linguisticamente e para que se consiga haver equidade nesse processo dentro da sociedade.

Agora, nós estamos numa discussão em que precisamos implementar políticas públicas para os surdos, porque antes nós tínhamos... Em 1999, houve um congresso em Porto Alegre em que a mesma coisa já estava sendo discutida. Desde esse momento até hoje, não se resolveu.

E nós precisamos garantir agora, neste momento, o quê? Nós temos vários eixos na educação bilíngue de estudos que é preciso desenvolver, mas também, além dessas outras legislações, eu preciso que a LDB garanta isso, para atualizar a legislação e garantir que haja dentro dela a modalidade. As pessoas com deficiência já estão garantidas lá, mas a questão linguística do surdo não está garantida dentro da LDB. É preciso incluí-la! E, por isso, nós estamos nessa militância e nessa luta, pedindo neste momento. Por isso, a LDB precisa ser reformulada, atualizada, para estar compatível com a LBI, que, no art. 28, já garante... Em primeiro lugar, é um documento formal, oficial que reconhece a educação bilíngue de surdo, e nós precisamos garantir-la. A LDB está defasada! É preciso fazer a conexão e atualizá-la, porque não está garantida ainda. Então, é muito simples: é só reformular, atualizar essa lei. É preciso ver que, dentro da LDB, as crianças surdas precisam ser atendidas, porque elas não têm escola! A LDB não está garantindo esses espaços com materiais específicos que garantam a cultura e a educação linguística dos surdos; profissionais formados para, especificamente, entender e conhecer a Libras. Nós temos de entender a cultura... Já está preservada a cultura dos indígenas, dos quilombolas, mas a LDB ainda não incluiu os surdos. Então, é preciso fazer essa atualização.

Por isso, eu pergunto agora... Nós temos de ver que está faltando a questão linguística ser incluída, porque a base dessa identidade dos surdos é a língua. E eu pergunto para vocês: a educação agora dos surdos está engajada, está desenvolvida? Não! Falta! Há muitas falhas. Nós precisamos reformar essa legislação para que seja garantido esse espaço. Todos já sabem disso. A LDB – a gente respeita – é a lei no Brasil que fala da educação, e nós precisamos garantir... Ela tem a educação do campo, tem a educação quilombola, tem a educação indígena. E por que não tem a educação de surdos? Precisa!

Antes, eu mostrei a importância de a LDB estar criando esse momento da acessibilidade, dentro da Lei 4.909, de inclusão escolar. A inclusão escolar é extremamente importante, ela não está contrária... Hoje ela tem falhas. Nós precisamos esclarecer que a inclusão significa o quê? Assegurar, principalmente, o ensino com qualidade. E a educação onde está acontecendo? Não há a questão linguística dentro da escola. Eu preciso assegurar que o conteúdo do currículo seja próprio, envolva a cultura da identidade do surdo. Onde é que há esse currículo? Onde é que há essa forma, esse profissional formado que vai diretamente oferecer o ensino em língua de sinais? Onde é que há? Digam aí para mim! Por isso, a LDB precisa ser reformulada. Se vocês falam, por exemplo, "Ah, já há lá, não precisa mais nada", e é inclusão



de direitos da criança surda, então, é preciso alinhar esse conceito dentro da LDB, para que a criança surda tenha realmente valorizado este momento. A inclusão verdadeira precisa disso.

A LDB tem o objetivo de incluir de verdade, mas essa inclusão escolar precisa que haja um ensino e haja o uso da língua, que haja o ambiente linguístico favorável para o desenvolvimento de língua, cultura, identidade. Os conteúdos precisam promover, desenvolver os estudantes para que eles continuem tendo uma formação com professores e possam no trabalho saber o que acontece, como funciona. É preciso que a documentação esteja mostrando o que é, realmente, a verdadeira inclusão escolar e como ela acontece.

Eu venho reforçar para vocês que a LDB, já há anos, é uma lei antiga. Nós precisamos garantir nela a educação verdadeiramente para a criança surda, porque a LDB tem que estar alinhada principalmente com as políticas educacionais e com uma política linguística – é o primeiro documento. Então, agora, daqui para frente, como já há outras leis, nós precisamos voltar e começar a atualizar para que essas políticas públicas garantam concomitantemente essa educação.

Fala-se em educação bilíngue de surdos. Ela é, sim, uma educação regular, porque, dentro da escola da educação regular, há uma base de oferta de um ensino que vai desenvolver esse estudante. Ela está dentro do ensino regular, mas tem especificidades; ela possibilita o ensino inclusivo, sim, dentro do ensino regular. Então, não é incompatível. O Conselho Nacional de Educação já falou sobre isso.

Este projeto de lei já destaca uma série de pontos que asseguram a qualidade do ensino, valorizam a questão linguística e cultural das pessoas surdas. É preciso garantir esse currículo de formação de professores. Isso é fundamental! É preciso.

Por isso, durante todo esse histórico que nós estamos falando, é preciso atualizar. A LBI já está aí, já falou que há essas diretrizes. Aí como eu não vou precisar incluir isso lá na LDB? Então, ela é de 1996, nós precisamos atualizar. Já há legislações que falam dessa educação.

Nós queremos dizer aos Senadores, às pessoas, aos grupos, aos convidados, às pessoas que estão aqui: que apoiem, que escutem a comunidade surda a favor desse projeto de lei.

Nós torcemos que vocês votem, no dia 25, favoravelmente ao projeto de lei e que entendam que isso é uma questão linguística.

Eu encerro aqui dizendo, como surda, representando, como surda, a mulher que sou... Tenho pai e mãe surdos, cresci junto com minha comunidade já falando em Libras e estou representando aqui todos os professores surdos e ouvintes que defendem a minha fala a favor do projeto de lei.

Escutem essas pessoas. Por favor, esse é um trabalho verdadeiramente inclusivo, que mostra realmente como acontece a realidade de cada dia. Então, escutem-nos, por favor!

Eu acredito que o projeto de lei vai favorecer mudar a educação bilíngue de surdos. Nós estamos no Século XXI. As crianças surdas não podem esperar. Não podemos mais postergar esse momento. O momento de mudar é agora, este é um momento importante.

Agradeço a vocês pela oportunidade e à Feneis, que está à frente dessa luta conosco, da comunidade surda. Ela nos representa.

Quero agradecer enormemente ao Senador Flávio Arns, que teve a coragem de apresentar essa proposta para todos nós, enfrentando todos esses desafios que nós temos, e o que estamos aqui defendendo.

Eu fecho a minha fala com uma frase de um autor desconhecido que diz assim: "Alguma vez a escola te causou dor?". Já? Não? A mim sim, porque na escola aprendi muitas palavras, mas não eram as minhas palavras. Não me deram acessibilidade linguística. Por isso, dentro da escola, eu não tinha a minha língua. A minha língua de surdo é a Libras. Então, Libras precisa estar dentro da escola.

Peço a vocês, ao mesmo tempo em que agradeço a todos, que entendam a importância desse projeto de lei e que mostrem o que é principal nesse contexto: a importância desse projeto de lei para a educação dos surdos.



Muito obrigada.

Um beijinho para vocês!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Agradeço a participação à Professora da Universidade Federal de Uberlândia Sra. Marisa Lima, assim como à sua intérprete, a Sra. Dânnia Vasconcelos, pela sua participação.

Vou passar a palavra, agora, aos Senadores que estão presentes na audiência: o autor, o Senador Flávio Arns; a nossa requerente querida, Mara Gabrilli; e o Styvenson.

Na sequência, vou passar a palavra, primeiro, às damas, não é?

Vocês se incomodam de eu passar a palavra para a Senadora Mara? Nem um pouco, não é, Styvenson?

O Styvenson e o Flávio são dois *gentlemen*.

Então, estou passando a palavra para a Senadora Mara.

Por favor, Senadora...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discursar.) – Obrigada, Presidente, Senadora Leila.

Quero agradecer a todos, ao Senador Paim, ao Senador Styvenson, à Senadora Zenaide, ao Senador Flávio Arns.

Principalmente, quero agradecer aos nossos palestrantes, porque foi uma manhã de muito aprendizado, de muita compreensão.

Puxa, consegui ampliar os horizontes! Hoje eu me sinto enxergando e estimulando outras pessoas a enxergarem mais, em 360 graus. Acho que foi uma audiência que ampliou nossa visão, nossa audição, nossa "ouvintude" e nossa disponibilidade para a diversidade, para a qualidade da política pública que a gente faz.

Também, Senadora Leila, quero parabenizar o Senado, porque a gente fez essa audiência tão inédita, com tantos recursos de tecnologias assistivas. E, conforme a audiência foi acontecendo, a gente conseguiu ir aprimorando, aprimorando o som, aprimorando a legenda. Eu acho que essa construção coletiva nossa, com as instituições, com a equipe do Senado, com todas as pessoas de diferentes características que participaram aqui, só fez engrandecer o Parlamento, nossa luta pela pessoa com deficiência, o que significa nosso trabalho, o seu trabalho, o trabalho de todos nós por um Brasil mais inclusivo.

Então, muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senadora.

Passo agora a palavra para o autor da proposição, Senador Flávio Arns, e depois para o Relator, Senador Styvenson Valentim.

Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discursar.) – Agradeço, Leila. Quero cumprimentar você também e dizer da alegria de estarmos juntos nesta chamada sessão temática.

Quero cumprimentar a Mara Gabrilli, que acabou de se pronunciar – nós trabalhamos muito juntos, seja em doenças raras ou com pessoas com deficiência, nas subcomissões –, e o Styvenson, amigo, companheiro, Relator desse projeto.

Quero cumprimentar todos os expositores e expositoras, que trabalharam tão bem o tema sob diferentes perspectivas, e cumprimentar, de novo, todos e todas que nos acompanham pelo Brasil.

Quero dizer de novo que eu acho que a gente tem que valorizar o trabalho que o Senado fez no decorrer desses dias, a Secretaria-Geral da Mesa, o Prodases, a Secretaria de Relações Públicas e também o Núcleo de Ações Socioambientais e de acessibilidade do Senado, para que tivéssemos, pela primeira



vez na história do Senado, uma sessão temática com a utilização de inúmeras técnicas de apoio e de acessibilidade, intérpretes de sinais de Libras, intérprete de voz, audiocomunicação para pessoas cegas, legendas em tempo real, também com acessibilidade para pessoas surdo-cegas. Inclusive, tudo isso foi tão bem colocado pela Claudia na sua apresentação.

Eu quero dizer o seguinte: muita coisa foi levantada, e eu só quero repetir três ou quatro coisas. Primeiro, eu sou fã ardoroso de "Nada sobre nós sem nós". Então, se quisermos fazer alguma coisa numa área, nós temos que escutar os atores principais, que são as pessoas com deficiência, com surdez, aqui no nosso caso, e as suas famílias.

Eu fiz parte, durante alguns anos, de um organismo internacional chamado Inclusion International. Eles diziam de dois dos princípios básicos: autoadvocacia... A pessoa surda tem que falar sobre o que precisa, e a família, quando necessário, tem de falar.

Então, nesse sentido, eu me sentiria extremamente contemplado com várias falas. Impressionou-me muito a fala final, inclusive, da Marisa Lima, uma pessoa surda, com pais surdos. Ela estudou numa comunidade surda, tem mestrado, tem doutorado. É uma pessoa altamente qualificada para falar sobre esse assunto.

Agora, o Eduardo colocou uma coisa muito importante: nós temos essa diversidade dentro da área da surdez. Há as pessoas oralizadas. Ele chamou essa diversidade... A gente tem que sempre levar em conta isso, em qualquer área. Nós temos a área da surdez. Há os oralizados através de próteses auditivas, de implantes cocleares, de tecnologias dentro da sala de aula. Nós não estamos falando dessas pessoas, nós estamos falando das pessoas surdas – vamos usar a expressão – sinalizantes. Esse projeto veio da comunidade surda. Não fui eu que inventei o projeto, inclusive. Gosto do projeto, adoto o projeto, tenho uma relação extraordinária com toda a comunidade surda, de deficiência auditiva. Estamos sempre à disposição para melhorar todas as áreas.

Achei muito interessante a expressão da Crisiane também, além da apresentação dela, muito boa. Nós não estamos tirando direito nenhum, nós estamos acrescentando um direito à LDB, uma modalidade escolar. Não está sendo tirado direito algum, está sendo acrescentado.

A gente tem que continuar pensando que nessa diversidade... Muitos falaram: "Nós não temos condições no Brasil inclusive de atender em escolas. O Brasil é tão diverso, tão espalhado, com Municípios pequenos". Mas todos têm que ter clareza do que está na nossa legislação também. Eu diria o seguinte... Só quero ler também, Senadora Leila, e lembrar às pessoas que o que está na nossa legislação, inclusive na convenção, na LBI... Por exemplo, na LBI – isto já foi falado, mas vou repetir –, é dito no art. 28, inciso IV: "IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues [está na lei já] e em escolas inclusivas". Então, ninguém está dizendo que nós não podemos ter uma educação bilíngue em escolas inclusivas.

Nessa diversidade apontada por muita gente, o que nós queremos da educação? O que atrapalha o nosso debate, na minha opinião, são as expressões "inclusão" e "exclusão". Inclusão tem que ser na classe comum porque, se não for na classe comum, na escola comum, será exclusão. Isso não é educação no meu ponto de vista. O que nós queremos na educação? Nós queremos que a pessoa seja feliz, se torne independente, desenvolva o seu potencial, se integre à sociedade, conclua os estudos, vá para a faculdade, trabalhe, tenha a dignidade assegurada, mas, para isso, ela tem que ter educação. E a educação, dentro dessa diversidade, não pode ter um caminho único. As pessoas surdas indicaram a necessidade – inclusive, a Claudia foi muito clara nisso também – da decisão da família e da própria pessoa.

Eu até vou pegar um exemplo de outra área. Outro dia, eu participei de uma *live* sobre o Dia Mundial do Autismo, e estava lá a família falando, a mãe falando: "Olha, o meu filho autista é jovem, é forte. Eu apanho todo dia dele. Ele faz as necessidades, põe na boca, põe na parede". E há 200 pessoas,



como a mãe falou – sabe, Leila? –, em Brasília nessa situação.

Então, nós não podemos ficar falando em inclusão e exclusão. Nós temos que pensar em educação para essas pessoas, para dizer de que essa pessoa precisa. Isso é equidade, é a justiça no caso concreto. Isto é importante: justiça no caso concreto. Então, a gente tem que cuidar disso. Ela pede isso. Nós temos que desmistificar essa coisa de que toda pessoa autista tem talentos especiais. Por isso, na legislação que a gente aprovou no Senado, chama-se de "espectro autista", que vai de um lado até outro. Tem que haver soluções educacionais para todo mundo.

Agora, a educação bilíngue como modalidade escolar – a LDB é de 1996 –, nós a estamos incluindo na LDB, para que isso faça parte da educação, o que já está assegurado no Plano Nacional da Educação. As pessoas dizem: "Ah, se já está assegurado, não precisa". Precisa estar na lei da educação, para assegurar que as pessoas surdas tenham acesso a isso.

Então, nesse sentido, eu acho que os professores... Eu sou professor também. E que bom que tantas pessoas estejam trabalhando nisso, tendo um ponto de vista ou outro! Isso é natural também, cada um pensa de um jeito, traz uma história de vida para uma situação. Mas mesmo em São Paulo...

Parabenizo também a Silvana, que falou.

Gostei muito, Claudio. Que bom que você estava aí com a sua perspectiva de Constituição, de direitos, de dignidade, algo essencial, apontando que a família tem que decidir, quando for o caso, ou que a pessoa surda tem que decidir. Ninguém está impondo nada. É um direito a mais para que haja a identidade linguística, cultural, de comunicação do cidadão surdo. E, dizendo muito claramente, gente, isso está de acordo com aquilo que a comunidade surda pretende.

Este é o objetivo de um mandato... Quero deixar muito claro que o objetivo de um mandato é a gente discutir com a sociedade, ver a necessidade, a importância, a legitimidade, a legalidade. Isso também já foi no relatório do Senador Styvenson colocado.

E havia uma dúvida na interpretação do projeto, do PL, o projeto de lei apresentado, se a gente não estaria tirando algum direito do oralizado, seja por implante, por prótese ou por outras... ou deficiência auditiva. Para evitar qualquer interpretação nesse sentido, o Relator, Senador amigo Styvenson, colocou uma emenda, para deixar muito claro isto: não, não tem.

Então, está de acordo com a convenção, está de acordo com a LBI, com o plano nacional, com o desejo da comunidade surda, das famílias, com o apoio de uma área acadêmica, de muitas pessoas a gente acabar com esse debate que vem prejudicando a pessoa com deficiência. Dizer: ou você está na classe comum, ou você não vai ter outra opção, isso é um absurdo absoluto, que denigre... Vamos para a Apae do DF, para ver como os jovens estão sendo atendidos, ver as necessidades dos autistas, que estão sendo prejudicados, porque nunca vão achar uma solução para esses jovens que eu mencionei numa classe comum. Temos que achar outras soluções. E vamos levar em conta o que o surdo pensa, o que o surdo quer, o que é o seu objetivo de vida, o que vai facilitar, pela educação, a inclusão dele na sociedade, e vamos aprovar o projeto de lei, como está agendado – a Marisa colocou, inclusive, aí –, lembrando, para a próxima terça-feira.

Há muitas perguntas que vieram, o que é ótimo. Eu até diria que as perguntas podem ser encaminhadas para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A gente avalia as perguntas, até para orientar a comunidade toda do Brasil.

Esse projeto, lembrando, vai para a Câmara dos Deputados, não se encerra no Senado Federal, porque o sistema é bicameral. Então, vai lá para a Câmara, e a Câmara poderá fazer, adiante, o debate, a discussão.

Senadora Leila, eu pediria até que, depois, a gente tivesse as perguntas. E quero dizer assim: "Que bom que a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos)"... Porque a gente tem



que valorizar isto: uma entidade nacional que luta pelos direitos, pela cidadania, vê o que é melhor, não interrompe outros atendimentos de forma alguma, mas está dizendo: "Há um contingente de pessoas surdas que precisam dessa alternativa prevista em lei", e que agora tem que fazer parte da outra lei, que tem que ser sempre aprimorada. Já fizemos dezenas de modificações na LDB, e esta será uma modificação muito importante.

Obrigado.

Abraço para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Flávio Arns. É sempre um prazer ouvi-lo, ouvir o senhor, tanto quanto a Senadora Mara Gabrilli. É uma aula para todos nós. Só para inteirar o senhor, até o momento nós tivemos mais de 350 mensagens no e-Cidadania. Tivemos uma excelente participação na audiência de hoje. E nós vamos encaminhar para a Comissão de Educação, Esporte e Cultura os questionamentos e as manifestações dos nossos internautas.

Vou passar a palavra agora para o Senador Styvenson Valentim, que é o Relator do projeto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para discursar.) – Obrigado, Leila.

Eu não pude... Conseguir aprender algo rápido. Vou me descrever: eu estou de preto, sentado, atrás de mim há um quadro marrom. Eu não me recordo, mas eu tenho uma cicatriz no rosto, do lado direito, na testa. Sou o Relator...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Styvenson, Senador, o seu áudio não está perfeito, não está dando para a gente compreender.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Então, espere aí, eu acho que é porque... Está ouvindo, Leila?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Melhor agora. Melhorou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu estou em duas sessões simultâneas, na Comissão Temporária da Covid e estou ouvindo esta aqui também.

Eu comecei dizendo que eu aprendi algo bem rápido: primeiro, a fazer a descrição para quem não tem essa capacidade de ver ou de ouvir o vídeo, com todas as pessoas que entraram. Eu estava me descrevendo: eu estou de camisa preta, sentado, há um quadro atrás de mim, estou numa sala. Tenho a pele parda de um tom mais avermelhado, porque eu moro numa região de praia, e eu estou indo para a praia andando, vendo as pessoas.

Ouvi todos. Nossa intuito... Digo a todos os convidados, os que concordam que ainda é preciso discutir mais o projeto de lei do Senador Flávio Arns, que foi um pleito das pessoas que têm essa deficiência auditiva, porque, quando eu o peguei, eu fiquei honrado em fazer a relatoria desse projeto de lei. Então, o que eu ouvi até aqui é que há pessoas querendo, claro, melhorar cada vez mais o projeto. Que eu possa atender a todos.

Eu acho que é o sonho de qualquer cidadão, de qualquer pessoa ter um tratamento igualitário, ser tratado de forma igual. Infelizmente, no nosso País, essa igualdade, ou por condições políticas, ou por condições financeiras, ou por condições até mesmo estruturais do País para poder tratar da forma como deveria, a gente talvez não consiga esse sonho. Não dá para tratar os desiguais com igualdade. Se alguém precisa, tem algum tipo de necessidade, algum tipo de... Então, é um sonho. É um sonho que as escolas realmente tivessem (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) –



Senador, seu áudio ainda continua... Não está bom ainda. O pessoal está acompanhando pela legenda a sua fala, mas não está...

Não sei se o senhor pode ficar mais longe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mais longe? Melhorou agora?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Melhorou, melhorou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Tomara que dê certo agora, tomara que nada impeça.

Então, para resumir o que eu já falei, porque todos já falaram de todas as melhorias do projeto, então, no que puderem contribuir, eu acho que o intuito deste debate hoje o dia todo, principalmente para quem realmente vai precisar desse Projeto de Lei nº 4.909, para pessoas com deficiência auditiva, se ainda existe algo que se possa fazer para que a gente possa melhorar, porque, para retirar direitos, não, eu não concordaria, mas, se for para dar direitos para quem realmente precisa desses direitos... Por quê? Porque sofre com algumas dificuldades.

Senadora Leila, Senador Flávio Arns, Senadora Mara Gabrilli, todos que estão me ouvindo, eu tomo conta de uma escola com 500 crianças. Tem criança lá que nunca fez um exame de vista ou auditivo, tem ou pode ter um problema, corre o risco de ter um problema, e a gente nunca fez algo. Por quê? Porque a estrutura de saúde do nosso País, talvez não comporte tudo aquilo, não tem até mesmo estrutura física e profissional para atender. Então, o problema é bem maior do que esse, mas eu sei que todos aqui têm a mesma vocação, a mesma linha para trabalhar juntos, para melhorar a vida das pessoas que realmente estão precisando dessa política.

Então, eu espero que aprimorem, mandem as ideias, mandem as emendas. No que for para melhorar... Senador Flávio Arns, Senadora Mara concorda com isso. Como Relator, estou aberto para ouvir, estou até agora ouvindo. O que a gente puder fazer para melhorar muito, tornar esse projeto mais (*Falha no áudio.*) ... para todas as pessoas, é a nossa missão. Então eu espero que, no dia 25, já esteja tudo sanado, resolvido, para que a gente possa entregar esse presente para a comunidade de brasileiros que sofrem com problemas auditivos, a todos que vão ser beneficiados.

Obrigado, Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Styvenson.

Eu vou passar aqui para algumas manifestações encaminhadas pelo e-Cidadania, lembrando que nós tivemos mais de 350 mensagens.

Ana Cláudia Mendes, do Distrito Federal: "A LDB precisa ser revista, não à luz de outras normas de igual hierarquia, mas à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência".

Geraldine Oliveira, do Rio Grande do Sul: "Existem políticas públicas voltadas para a educação inclusiva de surdos oralizados ou em reabilitação auditiva?".

Thiago Souza, da Bahia: "Como qualificar os profissionais de educação para melhor atender as reais necessidades dos surdos nas escolas brasileiras?".

Fernanda Rodrigues da Silva, de São Paulo: "Esse PL não tira direito nenhum dos surdos que não usam língua de sinais, isso já faz parte da LDB!".

Thais Martins, de São Paulo: "A modalidade bilíngue Libras-português pode ser opcional para as pessoas surdas, mas deve sempre ser inclusiva. Não a qualquer segregação".

Bárbara Santos Soares, do Rio de Janeiro: "Qual a proposta do PL para os surdos oralizados?".

Miza Lima, do Amazonas: "Por que não acrescentam apenas o termo surdo sinalizante (primeira



língua, Libras) no PL, diferenciando-o do surdo oralizado (primeira língua, português)?”.

Enfim, são inúmeras perguntas, inúmeros questionamentos, mas, certamente, garanto a vocês que esta audiência de hoje foi muito esclarecedora em vários aspectos.

Eu gostaria de agradecer, primeiro, a oportunidade de estar presidindo, em nome da Senadora Mara Gabrilli, que foi a requerente desta audiência que, enfim, nos enriqueceu com muitas informações. Agradeço a presença de todos os expositores: Eduardo Moreira de Souza, Silvana Lucena dos Santos Drago, Deborah Kelly Affonso, Claudia Sofia Pereira, Rosângela Machado, Flaviane Reis, Crisiane Nunes, Marisa Dias Lima, Regina Maria de Souza, Claudio Siqueira. Enfim, a todos vocês o Senado Federal expressa os agradecimentos, em nome também do nosso Presidente Rodrigo Pacheco.

Cumprindo a finalidade desta sessão remota de debates temáticos, a Presidência declara o seu encerramento,

Um agradecimento a todos e boa tarde!

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 40 minutos.)



Ata da 51^a Sessão, Especial,
em 21 de maio de 2021

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 31 minutos e encerra-se às 15 horas e 52 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, e em atendimento ao Requerimento nº 178, de 2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a comemorar o aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal.

A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados: Sr. Coronel Márcio Cavalcante de Vasconcelos, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; Sr. Coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, Chefe do Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal; Sr. Tenente Coronel Luís Marcelo Silva de Almeida, Comandante Interino do Comando de Policiamento de Trânsito da Polícia Militar do Distrito Federal; Sr. Tenente Coronel Darlam Kely Rodrigues Jacintho, Comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal; Sr. Major Michello Bueno Gonçalves Oliveira, Chefe da Seção de Assessoria à Imprensa do Centro de Comunicação Social da Polícia Militar do Distrito Federal; Sr. Major Márcio Júlio da Silva Mattos, Chefe da Subseção de Operações do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal; Sr. Capitão Rafael Jason de Souza da Silva, Subchefe da Seção de Legislação do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal; Sra. Capitã Tainá Medeiros Bucar, Ajudante de Ordens do Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal; Sr. 1º Tenente Maicol Coelho Lourenço, Chefe da Subseção de Atualização Técnica do Centro de Treinamento e Especialização da Polícia Militar do Distrito Federal; e Sr. 2º Tenente Adriano Rosa Eduardo, assessor técnico do Núcleo de Controle de Atividades Especiais da Subsecretaria de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Assistiremos agora a um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero cumprimentar o nosso Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Márcio Cavalcante de Vasconcelos; cumprimentar o nosso Chefe do Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Jorge Eduardo Naime Barreto; o nosso Comandante Interino do Comando de Policiamento de Trânsito da Polícia Militar, Tenente Coronel Luís Marcelo Silva de Almeida; Comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar, Tenente Coronel Darlam Kely Rodrigues Jacintho; o nosso Chefe da Seção de Assessoria a Imprensa do Centro de Comunicação Social da Polícia Militar, Michello Bueno Gonçalves Oliveira; cumprimentar também o Chefe da Seção de Operações do Estado-Maior, Major Márcio Júlio da Silva Mattos; o nosso Subchefe da Seção de Legislação do Estado-Maior da Polícia Militar, Capitão Rafael Jason de Souza da Silva; cumprimentar a nossa Ajudante de Ordens também do Chefe do Estado-Maior, Capitã Tainá Medeiros Bucar; e também o Chefe da Subseção de Atualização Técnica do Centro de Treinamento e Especialização da Polícia Militar, Tenente Maicol Coelho Lourenço; e o Assessor Técnico do Núcleo de Controle de Atividades Especiais, o 2º Tenente Adriano Rosa Eduardo.

Cumprimento todos os nossos internautas, todos os que nos assistem, nossos profissionais da segurança pública, todos os nossos policiais militares.

Estamos aqui, hoje, para celebrar os 212 anos da Polícia Militar do Distrito Federal. Meus amigos e



minhas amigas policiais militares, esta homenagem se dá em um momento delicado e, ao mesmo tempo, de grande desafio para todos nós. Estamos em uma crise que perpassa todas as esferas do nosso cotidiano. E, como tal, exige que nós, políticos, gestores e servidores, nos unamos em favor de toda a população para ganharmos essa guerra que abalou todo o mundo.

Temos um inimigo que precisa ser combatido com a ciência e com o trabalho de todos nós: a pandemia do coronavírus exige de todos nós um esforço, muitas vezes sobre-humano, especialmente de quem está na ponta, como vocês, policiais militares que aqui estão. Saúde, educação e segurança são essas as áreas mais sensíveis e são essas as áreas nas quais os governantes são avaliados, aplaudidos ou até mesmo vaiados. Isso significa que, nos seus direitos mais caros, o cidadão precisa ser atendido.

São várias as razões pelas quais ainda não avançamos no combate ao coronavírus, como muitos países já o fizeram, mas eu diria, sem medo de errar, que não se trata de falta de recursos, mas, sim, da falta de planejamento, além da ocorrência de desvios e má conduta daqueles que foram instados à administração da coisa pública. A população reclama e com razão. A população também já entendeu que é somente pela política que se pode mudar.

Estamos, há quase dois anos, vivendo momentos tensos e difíceis, sobretudo para a Polícia Militar, a quem cabe proteger o cidadão e o patrimônio público. Não por menos, nossa Constituição Federal estabeleceu, em seu Título V, intitulado Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo III, Da Segurança Pública, art. 144: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]" . São homens e mulheres que deixam suas casas, todos os dias, para proteger e salvar a vida dos cidadãos de bem deste País. Entretanto, muitos perdem suas vidas em uma labuta que exige deles esse risco constante, que nem sempre é reconhecido pelo Estado, principal responsável pela segurança pública da população.

Infelizmente, nos últimos Governos do Distrito Federal, especialmente no atual, a Polícia Militar foi literalmente vilipendiada. Grassou um desrespeito nunca visto na história da nossa Capital. Nesta semana, o Governador publicou um decreto que tirou dos policiais militares o direito de lavrar flagrantes de crimes de menor potencial ofensivo. O decreto, segundo as entidades representativas da categoria, contém evidente desrespeito à Lei Federal 9.099, de 1995, e às decisões do Supremo Tribunal Federal, do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público também.

A desestruturação da operacionalidade da Polícia Militar do DF vai criar demora na entrega das ocorrências para a Justiça. Além disso, a redução dos índices de criminalidade, já conseguida, será afetada fortemente, penalizando gravemente a população do Distrito Federal. O índice de homicídios no Distrito Federal, pela primeira vez, depois de mais de 25 anos, foi inferior a 20 pessoas por grupo de 100 mil habitantes.

É por isso que clamo aos meus pares, aqui nesta Casa de leis, para que façamos o nosso dever de legislar e fiscalizar. Não podemos permitir que esses homens e mulheres, que vivem e vivenciam a violência de cada dia e que protegem o cidadão, os patrimônios públicos e privados, sejam tratados sem o devido respeito e atenção. Nós devemos a eles a nossa vida e a nossa paz!

Meus caros amigos e amigas policiais militares, a minha admiração pela corporação é imensa. O meu respeito por vocês homens e mulheres, que colocam em risco suas vidas para nos proteger, é enorme. Essa relação de respeito e amizade não é de hoje, vem de longa data. Desde que entrei na vida pública, sempre estive ao lado da corporação nas suas justas e pertinentes reivindicações e lutas por melhores salários e condições de trabalho.

Já a relação de admiração vem desde criança. Eu, como todo menino, também queria ser policial militar, queria ser herói de verdade! As crianças sabem o quanto vocês são importantes. E os adultos, de um modo geral, também o sabem, mas precisamos, cada vez mais, dessa aproximação e valorização por



parte de toda a sociedade. Precisamos lembrar sempre que vocês são, de fato, os nossos heróis diários, aqueles que zelam pela nossa paz e tranquilidade.

Ao longo destes 212 anos de existência, a Polícia Militar do Distrito Federal tem dado exemplos de competência, dedicação e, sobretudo, compromisso com a segurança daqueles que vivem na capital. São em torno de 12 mil homens e mulheres, espalhados por todo o Distrito Federal, quando o ideal seria ter 18 mil, divididos em batalhões além de unidades médico-hospitalares, educacionais e administrativas. São cidadãos e cidadãs que estão sempre a postos para nos dar segurança e bem-estar.

Vocês, meus amigos e minhas amigas policiais militares, ainda fazem um trabalho primoroso de cidadania, com os programas de prevenção à violência doméstica e ao uso de drogas, e apoio a diversos grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade. São ações que fazem a diferença na vida de muita gente.

Quero, aqui, dar o meu testemunho de que, mesmo trabalhando no limite, a Polícia Militar do DF tem usado de toda a sua competência para cumprir a sua missão de proteger o cidadão e o patrimônio de nossa Nação.

Todos nós sabemos das dificuldades pelas quais passam algumas corporações, especialmente as que atuam diretamente junto à população. Todos nós sabemos dos perigos dessa vida. O aumento da criminalidade, porém, extrapolou o poder da ação policial e está centrado especialmente nos problemas sociais, na omissão do Estado em verdadeiramente proporcionar ao cidadão educação, saúde, bem-estar e trabalho. Também se centra na impunidade dos crimes e na aplicação das penalidades, por falta de estrutura, e no sistema carcerário precário, bem como em leis que favorecem o criminoso e penalizam as vítimas e suas famílias. Vocês sabem de tudo isso e, mesmo com todas essas dificuldades, têm realizado em nossa capital um trabalho exemplar de segurança, especialmente neste momento difícil que atravessamos.

Tenho dito sempre e faço saber aos nossos governantes, ministros de Estado e colegas Parlamentares, que os policiais militares precisam ser ouvidos e ter minimamente suas reivindicações atendidas. Os nossos homens e mulheres que trabalham na segurança da população precisam ter plano de carreira e remunerações justas. Esta Casa de leis tem a obrigação de abraçar essa luta!

Esta sessão solene comemorativa dos 212 anos da criação da Polícia Militar do Distrito Federal é o reconhecimento da importância dessa nobre instituição no cenário da história de nossa Pátria. É a justa homenagem aos nossos amigos e amigas policiais militares que diariamente nos protegem e nos socorrem.

Parabéns e obrigado a todos e a todas pela presença e pela participação.

Assistiremos, agora, a uma contação de história em homenagem ao aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Concedo a palavra ao Sr. 2º Tenente Adriano Rosa Eduardo, Assessor Técnico do Núcleo de Controle de Atividades Especiais da Subsecretaria de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública.

O SR. ADRIANO ROSA EDUARDO (Para discursar.) – Boa tarde! Boa tarde a todos!

Com a devida permissão do Exmo. Sr. Comandante-Geral, Coronel Vasconcelos, com a permissão do Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, Presidente e requerente desta sessão, com a permissão dos Exmos. Srs. Senadores presentes, e a todas as pessoas que nos assistem, de forma virtual ou presencial, eu desejo uma excelente tarde e que tenhamos uma sexta-feira e um final de semana abençoados. O nobre Senador Izalci Lucas, que é um amigo da Polícia Militar, em breves palavras realmente conseguiu resumir o que passa na cabeça de uma criança ao ver a Polícia Militar – e comigo não foi diferente.

Estou com 43 anos hoje e, há 30 anos, quando ainda morava no Rio de Janeiro – tinha 13 anos nessa época – e eu via a Polícia Militar daquele Estado chegando – eu morava em comunidade –, aquilo me



alimentava os sonhos, os sonhos de ser um herói como aqueles policiais que eu via. E, aos 18 anos, eu consegui realizar esses sonhos. A entrada era ainda por nível médio, por concurso público. Eu entrei e, aí, já se vão quase 25 anos na nossa gloriosa Polícia Militar do Distrito Federal.

Como o Senador disse, eu sou o 2º Tenente Adriano Rosa Eduardo. O meu quadro de oficial é o QOPMA, que quer dizer Quadro de Oficiais Policias Militares Administrativos. Esse quadro é composto por policiais oriundos da carreira de praça, o que quer dizer que eu fui soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento, subtenente e, hoje, sou tenente da Polícia Militar do Distrito Federal.

Nesses longos anos de carreira, pela qual eu só tenho de agradecer a Deus, porque, até então, tem sido exitosa, eu fui contemplado com duas promoções por bravura. São promoções concedidas àquelas policiais que excedem no cumprimento do dever, no bom sentido. Então, mesmo estando de folga, eu tive duas ações que, graças a Deus, foram exitosas, e a Polícia Militar me reconheceu com essas promoções.

Hoje, estou no Quadro de Oficiais da Polícia Militar, o que é uma honra para mim, porque, há 30 anos, eu sonhava ser policial militar e, hoje, eu sou policial militar e tenho a honra de estar participando desta sessão solene alusiva ao aniversário da Polícia Militar, em que eu sonhei ingressar há tanto tempo.

De verdade, eu digo que me faltariam palavras para, primeiramente, agradecer a Deus por este momento em que estou aqui. Agradeço demais ao Senador Izalci em nome, se o Sr. Comandante-Geral me permitir, da Polícia Militar por ter requerido esta sessão. Parabéns pela iniciativa!

Falando um pouco sobre a carreira da Polícia Militar, uma coisa que eu conheci, quando entrei nas fileiras da corporação, foi a questão do dinamismo da atividade. A Polícia Militar opera no ar, opera em terra e opera na água.

Mesmo nós não tendo uma praia aqui em Brasília, não tendo mar, mas nós temos um lago com dimensões razoáveis para se ter uma boa navegação, inclusive temos uma frota grande de barcos aqui em Brasília. Então, nós temos um batalhão que cuida do nosso lago, o Batalhão Lacustre. Nós temos o Batalhão de Aviação Operacional, composto por homens e por mulheres extremamente profissionais, patrulhando e apoiando as tropas em terra. E nós também temos os nossos policiais que atuam nas viaturas quatro rodas e duas rodas. Temos os nossos policiais da atividade meio, que trabalham com tecnologia, que trabalham com informática. Ou seja, a Polícia Militar tem uma gama de situações. E aquele cidadão vocacionado, que entende que ser policial militar vai além de ter uma profissão, de ter um serviço, mas que é realmente exercer um sacerdócio, tem esse dinamismo. Eu, graças a Deus, tive a oportunidade de servir no batalhão de Rotam, um batalhão que eu admiro muito, composto por excelentes policiais. Tive a oportunidade de compor o Batalhão de Aviação Operacional, trabalhei na área de inteligência da Polícia Militar, atualmente estou na Secretaria de Segurança Pública, mas já atuei também na segurança de Governadores passados. Esse dinamismo é algo que realmente poucas instituições nos oferecem. Esta é uma sessão solene em comemoração ao aniversário. Então, é claro que a gente vai falar principalmente dos nossos principais ganhos, das nossas conquistas, das coisas que a gente faz – e faz com o coração.

Claro que toda e qualquer instituição tem suas celeumas, tem seus problemas, mas a instituição Polícia Militar é uma instituição de excelência, que, desde 1809, como a nossa contadora de histórias relatou, vem exercendo um trabalho excelente no nosso Distrito Federal, seja quando a Capital era o Rio de Janeiro, seja aqui em Brasília.

E realmente participar dessa instituição, pertencer a essa instituição é uma honra, e fico muito feliz de estar aqui, mais uma vez eu repito, participando desta sessão solene.

Para encerrar minha fala, eu quero dizer a todos vocês que a Polícia Militar é composta por super-heróis, mas super-heróis que sangram, que choram, super-heróis que têm pai, que têm mãe, que têm filhos e que, independentemente disso, vocês podem contar com a gente, porque, quando ingressamos, nós fazemos um juramento e nesse juramento a gente coloca a nossa vida em razão da de vocês, em detrimento



da de vocês. Vocês podem contar com a gente!

E finalizando, de fato, eu só tenho a dizer que eu tenho orgulho de ser policial militar.

Muito obrigado a todos. Parabéns, mais uma vez, à PMDF e, mais uma vez, parabéns ao Senador Izalci pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Adriano.

Concedo logo a palavra ao 1º Tenente Maicol Coelho Lourenço, Chefe da Subseção de Atualização Técnica do Centro de Treinamento e Especialização da Polícia Militar.

O SR. MAICOL COELHO LOURENÇO (Para discursar.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Senador Izalci. Boa tarde, Cel. Vasconcelos.

Com a devida autorização, vou falar um pouco sobre o treinamento. Antes, vou me apresentar: como o Senador Izalci falou, sou o Tenente Maicol, pai de duas filhas, casado, que gosta muito da família e, com certeza, na minha folga, além de proteger aqui em casa, com certeza, também recebo a proteção desses heróis policiais militares.

E eu gostaria de falar especificamente sobre o treinamento, do quanto importante é o treinamento para os policiais militares.

Todo policial militar, hoje, quando ingressa na carreira, sabe que vai cumprir uma jornada de 35 anos de serviço. E esses 35 anos de serviço devem ser cumpridos com muito treinamento, porque nós temos um lema: a partir do momento em que nós repetimos, com correção, até a exaustão, nós vamos ter a perfeição. E é isso que nós queremos levar para a sociedade do Distrito Federal, a perfeição no momento de uma atuação, num momento crítico. Assim como foi com o nosso Tenente Adriano, que passou por duas situações em que foi herói, pôde salvar a vida de várias pessoas em algumas ocorrências e foi reconhecido pela Polícia Militar com dois atos bravura. E eu creio que isso veio, com certeza, dos treinamentos que ele fez, quando ingressou na corporação e, no decorrer dela, nos treinamentos.

Especificamente eu sou lotado no Centro de Treinamento e Especialização e eu gostaria de falar um pouco sobre o CTEsp (Centro de Treinamento e Especialização), que funciona aqui em Taguatinga.

Nós atuamos tanto na área de formação, como na área de aperfeiçoamento, altos estudos e na área também de treinamento especificamente para a tropa. Esse centro conta com instrutores de alto gabarito, pessoas que são especialistas naquilo que estão ensinando.

No CTEsp, só até essa primeira quinzena de maio, nós conseguimos passar em treinamentos por lá 11.141 policiais. Mesmo diante da pandemia, uma situação tão difícil que nós vivemos, nós tivemos que nos reinventar, criar algumas instruções 100% remotas, como está sendo aqui esta solenidade. E têm sido um sucesso algumas instruções, como, por exemplo, de direitos humanos, como, por exemplo, de atendimento a grupos vulneráveis, como, por exemplo, ao termo circunstanciado de ocorrência. Como o senhor bem aí falou, nós tivemos que nos reinventar.

E nós temos lá no CTEsp várias subseções. Eu aqui escolhi falar de algumas.

A Subseção de Tiro do CTEsp é responsável aí por coordenar a disciplina de armamento, munição e tiro, tanto nos cursos de formação, como no CAP e no Caep, também responsáveis por dar os treinamentos.

O senhor bem sabe que nós recebemos as pistolas 9 mm, que chegaram à nossa corporação, e agora nós estamos com esse ótimo desafio que é poder habilitar todos os policiais militares na pistola 9 mm.

Nós também temos a Subseção de Pilotagem Policial, que é uma subseção que vem tendo muito esmero, muito zelo no trato com os policiais. E os seus instrutores têm demonstrado bastante excelência. E qual é a função dessa Subseção de Pilotagem? Bom, é dar ao policial militar que está na rua, pilotando uma viatura, a segurança, tanto para ele e o seu companheiro, que estão na viatura, como para com o cidadão.



E lá nós fazemos as habilitações dos policiais nas viaturas de quatro, de duas rodas, em ônibus. Então, os policiais militares entendem como vai funcionar o mecanismo daquela viatura, qual a calibragem específica para o pneu em um momento de acompanhamento. Então, é uma subseção muito importante lá do CTEsp.

Nós também temos a Subseção de Defesa Policial Militar. Nós sabemos que hoje temos uma legislação muito forte. Então, há momentos em que nós temos que fazer uso da defesa policial militar. Hoje, o simples fato de existir um crime de desobediência não nos garante que aquela pessoa vai cumprir a nossa ordem. Muitas vezes, nós falamos: "Polícia! Parado! Mão na cabeça!", e, se o indivíduo decide por não colocar as mãos na cabeça, nós temos que usar técnicas policiais militares de defesa pessoal, de abordagem, para poder fazer algo estritamente com amparo em lei.

Também temos a Subseção de Abordagem, que tem o grande desafio de unificar as técnicas de abordagem, de doutrina policial militar, e tem feito isso com bastante esmero também, durante os treinamentos que têm sido conduzidos no CTEsp.

Por fim, vou falar da Subseção de Atualização Técnica, uma seção recente e chefiada por mim, onde nós temos trabalhado em treinamentos voltados para termos circunstâncias de ocorrência PMDF, direitos humanos, atendimentos a grupos vulneráveis e toda as demais legislações pertinentes a nossa carreira policial militar.

Eu encerro, então, as minhas palavras falando: o Policial Militar, quando entra na corporação, se habilita com conhecimentos para poder atuar nessa atividade. Mas, durante esses 35 anos – hoje, quando ingressa, 35 anos –, ele precisa estar, de maneira frequente, passando por treinamentos.

Graças a Deus, o CTEsp, só nessa primeira quinzena de maio, repito, conseguiu ter uma produtividade de 11.141 policiais militares. Então, nós estamos trabalhando bastante, mesmo diante dessa pandemia, mas certos de que nós estamos cumprindo com a nossa missão.

Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade concedida pelo Comandante-Geral e pelo Exmo. Sr. Senador Izalci.

Encerro as minhas palavras falando um lema que tem ficado no coração de todos os policiais militares: "Polícia Militar, muito mais que segurança". É um orgulho ser um policial militar. (*Falha no áudio.*)

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A imagem ficou congelada. Mas obrigado pelas palavras.

Concedo, então, a palavra à Sra. Capitã Tainá Medeiros Bucar, Ajudante de Ordens do Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal.

A SRA. TAINÁ MEDEIROS BUCAR (Para discursar.) – Boa tarde. Boa tarde, Sr. Senador. Boa tarde, Comandante-Geral, demais oficiais e participantes.

É uma honra estar presente aqui hoje nesta sessão solene em comemoração ao aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal.

Como bem falou o Senador, eu sou a Capitã Tainá. Eu entrei na Polícia Militar com 20 anos e tenho 13 anos de polícia.

Nesses 212 anos da nossa corporação, nós mulheres estamos presentes desde o dia 1º de julho de 1983. São 38 anos. E, nesses anos, houve muitas mudanças. Nós entrávamos, anteriormente, num quadro específico feminino, e, atualmente, estamos todos juntos, homens e mulheres. Atuamos nas mais diversas áreas da nossa querida corporação: em viaturas, em áreas especializadas, no gerenciamento, desde soldado, cabo, sargento, subtenente ao oficialato.

Estamos trabalhando, empenhando-nos, executando, liderando, mas, muito mais do que isso, estamos servindo e protegendo a sociedade do Distrito Federal.



É um prazer estar aqui hoje. Eu tenho muito orgulho da minha profissão, de estar onde eu estou e de ter entrado tão nova e hoje ser policial militar.

Agradeço imensamente ao senhor pela oportunidade e por estar fazendo isso pela nossa corporação. O senhor não tem ideia de como é importante para nós.

Obrigada.

É um orgulho ser policial militar!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Tainá.

Concedo a palavra, agora, ao Sr. Capitão Rafael Jason de Souza da Silva, Subchefe da Seção de Legislação do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. RAFAEL JASON DE SOUZA DA SILVA (Para discursar.) – Capitão Jason, 21 de maio de 2021.

Com a aquiescência e a autorização do Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas Ferreira, bem como do oficial mais antigo, saúdo a todos os presentes.

Agradeço a oportunidade de fazer uso da palavra nesta sessão solene remota do Senado Federal em alusão aos 212 anos da gloriosa Polícia Militar do Distrito Federal.

Primeiramente, eu gostaria de compartilhar um dos meus primeiros e valiosos aprendizados que tive na Polícia Militar do Distrito Federal, ainda jovem, no início do curso de formação de oficiais, quando me foi dito e ensinado o seguinte: seus pais lhe deram o seu nome, e o Estado lhe deu o CPF. Zele por eles.

Naquela primeira oportunidade, já comecei a despertar e a compreender a importância de honrar meus antepassados, minha corporação e o meu próprio País. Dessa forma, podemos verificar que, logo no início da carreira policial militar, com mais intensidade nos cursos de formação, aprendemos a cultuar princípios e valores próprios dos militares, que passam a nortear nossas atitudes, nossos gestos e nossas palavras.

Entre esses princípios e valores, podemos destacar a hierarquia e a disciplina, o patriotismo, a justiça, a lealdade, a camaradagem, a fé na missão e a busca pelo aprimoramento técnico profissional. Tudo em prol do cumprimento da missão constitucional das polícias militares, quais sejam, o exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Em outras palavras, a proteção da sociedade e o seu bem servir.

No que se refere à hierarquia e à disciplina, aprendemos a cumprir rigorosamente as leis e as ordens do Estado democrático de direito, com a disciplina necessária ao seu bom e efetivo cumprimento, em prol da sociedade. Aprendemos a ser leais, a amar o nosso País e a Justiça, de modo a garantir a ordem pública e a propiciar o regular funcionamento das instituições e da sociedade.

Quanto à camaradagem, aprendemos a importância de, no nosso dia a dia, zelarmos pelo nosso irmão de farda, ofertando tratamento digno, bem como a todos aqueles que necessitam diuturnamente dos nossos atendimentos, em qualquer hora ou em qualquer local.

Já a fé na missão e a busca pelo aprimoramento técnico nos fazem persistir na nossa missão árdua de proteção da sociedade, com o entusiasmo e a excelência necessária à prestação da segurança pública digna do nosso povo brasileiro.

Por fim, temos a convicção de que a preservação e o culto de todos esses princípios e valores nos garantem um estado ético, no espírito de cada policial militar, em promover a segurança pública, mesmo com o risco da própria vida.

Dito isso, agradeço novamente ao Senado Federal, representado na figura do Exmo. Sr. Senador Izalci, a presente oportunidade de valorizar e reconhecer aqueles que tanto entregam em prol de uma sociedade ainda melhor, sobretudo nas circunstâncias e nos momentos mais difíceis para a sociedade.



Orgulho de ser policial militar!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Capitão Jason.

Passo imediatamente ao Sr. Major Márcio Júlio da Silva Mattos – Chefe da Subseção de Operações do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. MÁRCIO JÚLIO DA SILVA MATTOS (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de iniciar cumprimentando o Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas pela proposição desta sessão especial. Quero cumprimentar o chefe do departamento operacional, Coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, cumprimentar os demais oficiais que falaram antes de mim, falarão depois. E, de uma forma especial, quero cumprimentar todos aqueles que nos acompanham de forma remota.

Esta audiência em muito nos alegra. Senador, comemorar o aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal é, para mim e para todos nós policiais militares, motivo de muito orgulho. A profissão que nós abraçamos é nobre e representa a defesa de alguns dos valores mais preciosos da nossa sociedade. Portanto, comemorar esse aniversário é, antes de tudo, reconhecer o desenvolvimento institucional da PMDF ao longo do tempo.

Desde que se instalou na Capital da República, Senador, a PMDF tem sido marcada por muitas características, mas daqui hoje eu gostaria de destacar uma que, em primeiro plano, tem marcado esse desenvolvimento institucional, que é a utilização do método científico na formulação, na implementação e na avaliação de suas políticas públicas. Eu estou me referindo, Senador, à tomada de decisões com base em evidências, na boa evidência.

Tecnicamente, evidência é tudo aquilo que se sabe como verdadeiro, que é considerado a partir da observação e da experimentação. E, ao longo do tempo, a PMDF tem buscado reduzir o espaço da tomada de decisão baseada na intuição e substituindo-o por meio de evidências rigorosas a respeito dos diversos fenômenos com que a Polícia Militar lida diariamente. Isso repercute tanto no amadurecimento institucional quanto na qualidade dos serviços prestados à população.

Sobre a população a que servimos, Senador, não apenas os brasileiros, mas também todos aqueles que nos visitam diariamente, todos vocês tenham um motivo de sobra para se orgulharem da PMDF, da sua PMDF. Os policiais militares do Distrito Federal são reconhecidos em todo o País pelo profissionalismo e pela atuação técnica diante de atividades de prevenção, diante de atividades em diferentes tipos de ocorrências.

Nós fomos a primeira instituição de ensino superior vinculada a uma organização de segurança pública reconhecida pelo Ministério da Educação, Senador. E nós hoje oferecemos cursos em nível superior para todos os nossos policiais militares que ingressam na carreira de oficiais. Desde 2013, quando foi criado o Instituto Superior de Ciências Policiais, um dos maiores orgulhos dessa instituição, mais de 2 mil alunos foram formados em diferentes cursos de graduação e de pós-graduação. E o objetivo é sempre o aprimoramento técnico-profissional com a finalidade de prestar melhores serviços à sociedade.

Dentre muitos dos indicadores que poderiam ser utilizados, Senador, eu gostaria de destacar dois que são especialmente importantes para ilustrar essa atuação baseada em evidências. O Distrito Federal, Senador, alcançou em 2019 a menor taxa de homicídios desde o início da década de 1990. Isso é um dado que merece ser comemorado; muitas e muitas vidas estão sendo salvas. Nós registramos em 2019 cerca de 12,8 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. No Brasil, no período de 2019 e 2018, apenas três outros Estados tiveram indicadores semelhantes – São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais.

Isso tudo aconteceu, Senador, num cenário de extrema precariedade quanto à recomposição do nosso efetivo. Nós tivemos uma redução de 8% do nosso efetivo e, ainda assim, as apreensões de armas de fogo



subiram e os indicadores criminais reduziram. Nós sabemos as consequências trágicas que armas de fogo nas mãos erradas podem causar na nossa sociedade. E como isso é possível, diante de um cenário de redução de efetivo e aumento dos indicadores de produtividade e redução dos indicadores criminais? Pois eu lhe digo, Senador: esse resultado só é possível a partir de uma mudança de paradigma, e uma mudança de paradigma na condução das nossas atividades, por meio da utilização do método científico na realização do nosso trabalho.

Assim, em comemoração aos nossos 212 anos da corporação, eu peço a todos que valorizem os policiais militares do Distrito Federal, pois, mesmo diante de condições precárias e com risco às suas próprias vidas, eles estão nas ruas, de forma inteligente e corajosa, defendendo a sociedade.

Assim, parabéns a todos os brasilienses pela qualidade da sua polícia! Assim como os colegas que me antecederam, eu tenho muito orgulho de ser policial militar e assim eu encerro a minha fala, Senador.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Major Márcio Mattos.

Passo a palavra, imediatamente, ao Major Michello Bueno Gonçalves Oliveira, Chefe da Seção de Assessoria de Imprensa do Centro de Comunicação Social da Polícia Militar aqui do Distrito Federal.

O SR. MICHELLO BUENO GONÇALVES OLIVEIRA (Para discursar.) – Boa tarde, Senador; boa tarde, Comandante-Geral, Chefe do Departamento Operacional e demais oficiais.

Meu nome é Major Michello Bueno, sou assessor de imprensa da Polícia Militar e venho aqui falar um pouco da importância da imagem da Polícia Militar.

Há alguns anos, a mídia, praticamente, mostrava muito mais a parte negativa da Polícia Militar – na verdade, até por falta de resposta, falta de interação com a mídia, com a imprensa –, e a gente conseguiu fazer com que ela mostrasse a verdade. Hoje eles mostram a Polícia Militar de forma real, o que acontece. Como todos falaram aí, nossos policiais são heróis, são policiais que estão nas ruas. Eles deixam suas famílias para proteger a sociedade, pessoas que eles nem conhecem, e muitos nem voltam para casa. Então, família, filho, esposa, todos os dias, são deixados, e o policial militar sai para trabalhar para proteger a sociedade. E a gente sabe disso. Todo policial militar sabe disso. Quem conhece a Polícia Militar sabe disso. E passamos a mostrar isso para a imprensa, mostrar nossas ações, mostrar o que a Polícia Militar faz pela sociedade, a grande quantidade de produtividade que nós temos – são centenas de armas de fogo, são centenas de prisões, milhares até. E a Polícia Militar tem mostrado e aumentado cada vez mais essa produtividade, mesmo com o efetivo menor, mesmo com todas as dificuldades que nós temos. Os policiais estão na rua a todo momento, 24 horas, como o primeiro palestrante falou, que, na sua hora de folga, ele se deparou com uma situação e foi um herói. Então, nós policiais militares hoje não temos horário, não temos dia. O policial está sempre na rua e, mesmo de folga, ele é policial militar.

Então, a gente começou a mostrar essa imagem da Polícia Militar, viu-se a importância disso, melhorou-se a imagem da Polícia Militar hoje perante a sociedade, nossa aceitação. A população passou a respeitar mais a Polícia Militar. Hoje os policiais militares têm muito orgulho de ser policial militar, de mostrar em redes sociais, de mostrar para a família. E muita gente, quando vê um policial ou sabe que é um policial militar, pergunta: "Quando haverá concurso da Polícia Militar?". E pessoas de várias classes sociais, de vários segmentos... Eu falo isto com experiência própria. Várias pessoas me procuram. Quando eu vou ao banco, o caixa do banco pergunta, às vezes um dentista, às vezes uma pessoa na rua me para perguntando quando é que vai haver concurso, porque eles reconhecem, hoje, que o policial militar é um herói, que o policial militar faz muito pela sociedade.

Eu tenho muito orgulho de ser policial militar. Entrei na Polícia Militar em 1998, e a gente via ali, de fora, antes de eu ser da Comunicação Social, o tanto que era passada a imagem negativa da Polícia



Militar, uma imagem que não era verdadeira. Eu olhava aquilo e falava "tem que mudar isso; a gente tem que, de alguma forma, mostrar o quanto é valoroso o policial militar, o quanto ele faz pela sociedade, o tanto que ele trabalha". A gente não tem horário, a gente quase sempre passa do horário, chega mais cedo, se precisar, a gente vem na hora de folga para combater o crime... Os policiais militares são assim. Eu vejo, todo dia, esse tipo de ação. Então, era muito injusto o que acontecia, mas a gente conseguiu mudar, graças a Deus, e a imagem da Polícia Militar hoje é outra, é muito melhor, e a tendência é melhorar ainda mais com o apoio de todos e com o trabalho de cada policial militar.

Eu tenho muito orgulho de ser policial militar e agradeço ao Senador Izalci e ao Comandante-Geral por esta oportunidade de estar falando da nossa Polícia Militar e do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Major Michello.

Passo, imediatamente, ao Tenente-Coronel Darlam Kely Rodrigues Jacintho, que é o Comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. DARLAM KELY RODRIGUES JACINTHO (Para discursar.) – Boa tarde a todos!

Boa tarde ao nosso Senador Izalci, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades civis e militares aqui presentes.

Eu ingressei na Polícia Militar no ano de 1996, egresso do Colégio Militar de Brasília, e sempre vi na Polícia Militar uma grande oportunidade de fazer uma carreira e de bem servir à sociedade. Ingressei muito jovem, fui abraçado por essa instituição, que me ofereceu uma vida, um curso superior, e sou muito agradecido a essa instituição.

Durante todos esses anos – hoje, já conto com 25 anos de serviço, e atingi o posto atual de Tenente-Coronel –, foi um preparo longo, Senador; muitos anos de trabalho, convivendo nas mais diversas situações na nossa instituição, na área operacional, na área administrativa, nos preparando para que hoje pudesse exercer o comando de um batalhão. E o comando de um batalhão é uma das oportunidades ímpares na vida de um oficial, em que ele tem duas vertentes a primar todos os dias: a primeira é a população, a segurança da sociedade, e a segunda é o nosso bem mais precioso na corporação, que são os nossos homens. E manter um equilíbrio entre esses dois entes é o trabalho do comandante.

Atualmente, nós vivemos uma situação de pandemia, em que os policiais militares sofrem demais. Nós não podemos parar. Outras instituições param, as pessoas ficam em casa, mantendo sua segurança e a de seus familiares, mas o policial militar segue o seu serviço.

E hoje, nesses 25 anos, eu posso dizer que ser comandante foi o ápice da minha carreira e me vejo numa situação peculiar hoje, em que eu tenho que tratar dos mais diversos assuntos: atender a comunidade, ao administrador, manter uma melhor interoperabilidade entre os órgãos da Polícia Civil, Detran, Corpo de Bombeiros, Administração Regional, atendendo os anseios da sociedade, bem como tratando dos interesses dos meus policiais militares e atendendo as mais diversas situações em que os policiais se encontram.

Muitas das vezes, as pessoas esquecem que o policial militar é um ser humano. Esse policial perde pai, pais morrem, esposas falecem. Recentemente, uma filha de 13 anos de um policial meu faleceu. Foi uma situação extremamente dolorosa para esse herói. Eu estive do lado dele.

E nós terminamos por exercer um trabalho, Senador, que muitas vezes eu me recordo quando era aluno do Colégio Militar e a minha tenra idade. Eu termino sendo um pai de mais de 210 homens. Isso é uma posição que hoje me enaltece.

Creio que fui bem preparado para isso pelos meus superiores nos anos que aqui passei. E espero que essa experiência que hoje eu estou passando possa me preparar no futuro para exercer funções um pouco maiores. Hoje, como o nosso Coronel Naime, que exerce a chefia do Departamento Operacional, é um



oficial altamente qualificado; e essa experiência que hoje eu passo ele já passou no passado e o tempo vai nos preparando para o futuro.

E eu posso dizer, Senador, com todos esses 25 anos e o que eu vivencio hoje atendendo aqui a sociedade de Sobradinho e atendendo aos meus homens, eu posso dizer ao senhor e afiançar: orgulho, orgulho de ser policial militar!

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Tenente Coronel Darlam. Passo a palavra imediatamente ao Sr. Tenente Coronel Luís Marcelo Silva de Almeida, Comandante Interino do Comando de Policiamento de Trânsito aqui do DF.

O SR. LUÍS MARCELO SILVA DE ALMEIDA (Para discursar.) – Boa tarde a todos. Inicialmente, gostaria de cumprimentar e agradecer ao Exmo. Senador Izalci Lucas, Presidente e requerente desta sessão de comemoração.

Aproveito para cumprimentar o Exmo. Sr. Coronel Márcio Cavalcante de Vasconcelos, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. E cumprimento o Coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, Chefe do Departamento de Operações, e os demais oficiais aqui presentes. Estendo também os meus parabéns a todos os policiais militares da ativa e os veteranos, que tanto orgulham a nossa instituição. Também cumprimento os ouvintes presenciais e virtualmente.

Em nome do Comando de Policiamento de Trânsito, hoje tenho a honra de falar sobre a preservação de vidas no trânsito, mas quero destacar que a missão de preservar vidas no trânsito é objetivo comum de toda a corporação. A Polícia Militar do Distrito Federal operacionaliza suas ações através dos comandos de policiamento regionais, que dispõem de efetivo para atuar nas diversas ocorrências que envolvem o trânsito de maneira geral. Contamos ainda com efetivo especializado no policiamento e fiscalização de trânsito, o Comando de Policiamento de Trânsito, o qual eu estou comandando interinamente.

E há a coordenação e o comando do batalhão entre as unidades subordinadas, sendo elas o Batalhão de Policiamento Rodoviário, que foi criado em 1988 e é a unidade da Polícia Militar responsável hoje pelo policiamento das rodovias e estradas do Distrito Federal. E a outra unidade subordinada é o Batalhão de Policiamento de Trânsito, criado em agosto de 1996, sob o comando do então Coronel Renato Fernandes de Azevedo, Comandante que hoje dá o nome ao batalhão e que, na época, foi idealizador, em meados de 1997, do respeito à faixa de pedestres, conduta praticada em Brasília e em todo o Distrito Federal, que tanto orgulha pelo seu pioneirismo de exemplo, de cidadania, de respeito entre pedestres, ciclistas e condutores. E o BPTran, Batalhão de Policiamento de Trânsito, é responsável pelo policiamento de trânsito em todas as vias urbanas do Distrito Federal.

Além do empenho dos policiais militares, cumpre destacar o apoio e a integração dos demais órgãos que compõem o Sistema Nacional de Trânsito. Cito aqui o bom relacionamento dos trabalhos relacionados em conjunto com o Departamento de Trânsito, o Departamento de Estradas de Rodagem, com a Polícia Rodoviária Federal, cabendo aqui ressaltar que nas rodovias federais, a Polícia Militar não atua como órgão fiscalizador de trânsito, mas, sim, fortalece o policiamento ostensivo e o combate à criminalidade.

Entre as várias atribuições empenhadas pelo comando de policiamento, sem dúvida, a principal delas e o tema da ação é buscar preservação de vidas. Somada a essa missão, desempenhamos nosso trabalho para garantir ao cidadão o exercício do direito de ir e vir com segurança no trânsito. Para isso buscamos combater as principais causas de morte no trânsito. Trabalhamos, Senador, diuturnamente na busca de coibir e prevenir o excesso de velocidade, um dos principais causadores de morte no trânsito, a combinação de álcool, a mortal combinação de álcool e direção e, por incrível que pareça, a irresponsável e perigosa conduta de manusear aparelho celular enquanto dirige. São as três principais causadoras de morte no Distrito Federal.



Entre as ações voltadas para a preservação de vidas, podemos destacar a operação Álcool Zero, o combate ao transporte irregular de passageiros e as ações especializadas e desempenhadas pelas nossas equipes táticas. Hoje nós temos nosso Tático Operacional Rodoviário, pelo Batalhão de Policiamento Rodoviário, e nós temos o nosso Grupamento de Operações de Trânsito, pelo policiamento de trânsito, pelo BPTran. Eles se destacam pela apreensão de armas de fogo, de drogas ilícitas e recuperação de veículos furtados e roubados, o que comprova, senhor, que o crime, de fato, também passa pelo trânsito. O policiamento ostensivo, que executam com profissionalismo todos os integrantes, não só das equipes de trânsito, mas da corporação, em todo o Território nacional, a gente atua inclusive, principalmente nos grandes eventos, nas grandes manifestações, nos grandes eventos esportivos que ocorrem em todo o território da Capital Federal.

Importante salientar o marco das nossas ações. Nós intensificamos nossas ações de trânsito a partir do ano de 2017, voltadas principalmente para a fiscalização sobre os condutores sob influência de álcool. E os resultados foram significativos, representando uma redução de 30%, Sr. Senador, nas mortes em trânsito em relação a 2016. Nos anos seguintes, continuaram apresentando queda em número e confirmando o compromisso da instituição na preservação de vidas, mesmo com toda a pandemia, mesmo com todo o trabalho que está ocorrendo. Isso foi falado pelo Tenente-Coronel Darlam, nós não paramos, nós continuamos, sim. A nossa manutenção e a nossa preocupação são ligar diretamente às metas estabelecidas pela ONU, numa redução de 50%. Isso ocorreu no ano de 2011, tivemos 465 mortes no trânsito. Em 2020, reduzimos para 176.

O nosso cenário enfrentado é desafiador, apesar de todo o trabalho executado, tendo em vista a elevação da quantidade de veículos inseridos anualmente no trânsito do Distrito Federal. Para se ter uma ideia, segundo dados do Departamento de Trânsito, no ano de 2011, o DF possuía uma frota de 1,317 milhão veículos registrados. Já em 2019, chegou ao montante de 1,840 milhão veículos registrados que transitam nas vias do DF, ou seja, mais de 530 mil novos veículos. Os objetivos traçados para o futuro são reduzir ainda mais o número de óbitos no trânsito, enfrentaremos esse desafio com afinco e como a farda nos cobra, mas precisaremos do apoio de todos, pedestres, ciclistas e condutores, para que juntos possamos garantir o trânsito pacífico e seguro.

Conte sempre com a Polícia Militar! Parabéns para a Polícia Militar! Tenho orgulho de ser policial militar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Tenente-Coronel Luís Marcelo Silva de Almeida.

Concedo a palavra, imediatamente, ao nosso querido Sr. Coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, que é o nosso Chefe do Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO (Para discursar.) – Boa tarde, Senador Izalci Lucas, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores que estão nos assistindo neste momento.

Em nome do meu Comandante-Geral, Coronel Vasconcelos, apresento as nossas escusas pela sua ausência nesta sessão solene. Entretanto, a nossa única constante na Polícia Militar é o inesperado. Nós trabalhamos no inesperado, nós vivemos em cima do inesperado. E o nosso Comandante foi chamado de última hora para afazeres e planejamentos de operações que teremos nos próximos dias, ainda no final de semana, e não pôde estar presente, pedindo que eu apresentasse as suas desculpas pela sua ausência nesta tão importante sessão solene requerida por V. Exa.

Aos meus oficiais, boa tarde, é uma honra, mais uma vez, estar diante dos senhores, estar falando nessa nobre e importante Casa Legislativa do nosso País. É uma honra poder estar me dirigindo aos meus oficiais, aos Srs. Senadores, à população do Brasil, do Distrito Federal e poder falar da minha maior paixão, a Polícia Militar do Distrito Federal. Nós somos uma polícia grande, nós somos uma polícia de



vanguarda, nós somos uma polícia que está presente em todos os cenários, seja local, seja nacional ou seja internacional. Nós temos policiais militares hoje servindo em missões de paz em vários pontos do mundo, sendo pessoas que estão levando, estão acolhendo pessoas, estão dando assistência às pessoas que necessitam mesmo fora do nosso País. Isso é a nossa dinâmica, isso é ser Polícia Militar, é ser a primeira que chega, ser a primeira que atende, a primeira que ampara e a primeira que acolhe. Essa é a nossa missão. Isso é o que nós fazemos com a nossa maestria. Esse é o nosso carro-chefe, ser a polícia de todos, ser a polícia que está pronta para amparar todo e qualquer cidadão, independentemente do conflito em que ele esteja, de qual seja a necessidade que ele tenha.

Nós resolvemos da briga de casal ao homicídio. Nós chegamos, nós estamos presentes. Nós estamos prontos e preparados. Nós somos uma grande instituição. E somos uma grande instituição, porque somos formados de grandes homens. Somos formados de grandes profissionais, de profissionais que, nos dias em que vão para a rua, prometem, mesmo com o risco da própria vida, defender a sociedade, defender o cidadão, defender aquele para o qual nós nos preparamos todos os dias para ir para a rua: você, cidadão que nos assiste agora.

A Polícia Militar do Distrito Federal é formada por esses grandes heróis, por grandes homens que sofrem, que choram, que passam aflição juntamente com a comunidade, mas que também sorriem e se alegram no dia em que fazem um parto, no dia em que dão assistência às pessoas que precisam do nosso auxílio, que precisam da nossa ajuda. A Polícia Militar do Distrito Federal, às vezes, é a única presença do Estado em vários locais do Distrito Federal, é a única que está presente, é a única que chega, é a única que está lá quando o cidadão precisa. E isso tudo é a nossa missão. Nós fazemos por amor, nós fazemos por dedicação e nós fazemos por vocação.

Cada policial militar que está aqui hoje, Senador, cada policial militar que falou com o senhor, cada um desses oficiais que relataram o que fazem, que relataram a sua paixão pela instituição são uma pequena célula e demonstram o que os nossos mais de 20 mil homens, sejam eles da ativa ou da reserva, fazem ou já fizeram pelo Distrito Federal, demonstram o seu amor pela corporação, demonstram o seu amor por Brasília e pelos seus cidadãos, pelos nossos concidadãos, pois nós também somos cidadãos, somos pessoas que também utilizamos do serviço da Polícia Militar nos nossos momentos de folga.

A Polícia Militar, hoje, sente-se honrada, porque é esse reconhecimento que muitas vezes nos falta, é esse reconhecimento que muitas vezes nós policiais militares desejamos, e a nossa sociedade, as pessoas pelas quais nós arriscamos a nossa própria vida não vemos, muitas vezes, dar esse retorno e esse agradecimento. Mas nós, mesmo assim, todos os dias, vamos para a rua com a sensação de um dever a cumprir, um dever que está ligado intimamente ao cidadão, está ligado intimamente a cada pessoa que circula no Distrito Federal todos os dias.

A nossa missão no Distrito Federal, como bem dito por um dos meus oficiais, é multidisciplinar. A Polícia Militar está no céu, na terra e na água. Nós estamos prontos para atender o cidadão em qualquer situação, em qualquer local. Nesta cidade, nós defendemos do Presidente da República à Dona Chiquinha em Planaltina, na Estrutural, na Ceilândia, nos mais distantes rincões da nossa cidade e, com a mesma educação, com o mesmo respeito, com a mesma dedicação com que fazemos as missões presidenciais, nós atendemos o cidadão mais humilde que nos chamar. Essa é a nossa missão.

Agradeço muito ao senhor pela oportunidade de estar aqui hoje, com os meus oficiais, recebendo esta homenagem em nome da Polícia Militar do Distrito Federal, em nome de todos os policiais militares do Distrito Federal. Quero dizer que nos sentimos muito honrados de o Senado Federal lembrar a data do nosso aniversário, que, apesar de sermos uma polícia que comemora hoje 212 anos, por sermos uma polícia que veio do Rio de Janeiro, por sermos a polícia que fez a guarda real de Dom João VI, estamos no Distrito Federal somente há 55 anos, trabalhamos no Distrito Federal somente há 55 anos, e somos



essa polícia grandiosa que todo mundo vê, que todo o Brasil vê. Somos uma polícia que é exemplo; somos uma polícia que dissemina doutrina; somos uma polícia que dissemina protocolos em todo o Brasil. É uma honra ser policial militar e, muito mais, policial militar do Distrito Federal. Agradeço, mais uma vez, Senador, por esta prerrogativa, por esta oportunidade e agradeço a cada policial militar pela doação, pela dedicação e pela lealdade para com a nossa Polícia Militar do Distrito Federal. Polícia Militar do Distrito Federal: muito mais que segurança, orgulho em ser policial militar.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) –

Quero agradecer ao Coronel Naime Barreto, que fala em nome do Comando da Polícia Militar, mas, de qualquer forma, quero também registrar aqui a minha admiração e o meu respeito pelo Comandante-Geral, Coronel Márcio Cavalcante de Vasconcelos, que tive o privilégio de entrevistar no domingo passado. Tive oportunidade também de participar da posse dele como Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal. E, coincidentemente, o primeiro comandante da Polícia Militar do DF, há 212 anos, também era Coronel Vasconcelos. Então, temos aí um novo Vasconcelos comandando a Polícia Militar do Distrito Federal.

Fico muito orgulhoso de poder, nesta sessão solene, mostrar para todo o Brasil a Polícia Militar que temos, que é um orgulho para todos nós. E, pela fala de cada um de vocês, a gente fica muito tranquilo, confiante e também muito orgulhoso por vocês realmente darem as suas vidas por nós, principalmente neste momento difícil que atravessamos, e a gente espera que haja realmente esse reconhecimento.

Eu sei que é um exemplo também saber que os policiais militares, a todo momento, são chamados para alguma missão, e o nosso Comandante foi chamado exatamente neste momento, neste minuto, ao Palácio do Buriti para uma missão especial do Governador.

Mas, de qualquer forma, eu quero fazer um apelo ao Governador do Distrito Federal com relação à questão do termo. Eu assisti e debati por diversas vezes esse tema da questão de lavrar o termo de flagrante de crimes de menor potencial ofensivo. Quantas vezes eu assisti ao bandido sair antes dos policiais? É muito comum, nas delegacias, você assistir aos policiais chegarem e, até cumprirem toda a burocracia, o bandido já foi embora há muito tempo e os policiais ficam ali fazendo a parte burocrática.

Então, eu faço um apelo para que o Governo reveja esse decreto, que, realmente... Isso não prejudica a Polícia Militar; isso prejudica o cidadão. Então, é um apelo que faço, até porque contraria as normas, inclusive a Lei nº 9.099, mas é um apelo que faço ao Governador do Distrito Federal.

Quero também saudar aqui, por motivo de muito orgulho, os nossos soldados, cabos, sargentos, subtenentes, os nossos cadetes aspirantes, que estão na ponta e que também representam muito bem a nossa Polícia Militar. Como foi dito, nós temos hoje um contingente de metade, praticamente, do previsto, mas mesmo assim temos conseguido resultados maravilhosos. Que me perdoem todos os meus colegas Senadores e Senadoras de outros Estados, mas nós temos a melhor Polícia Militar do Brasil!

Então, parabéns a todos vocês.

Agradeço imensamente a todos pela presença, pelo carinho. Tenho certeza de que a população brasileira apreendeu, nessa fala de cada um, o orgulho que cada um tem de ser Policial Militar e que nós temos, realmente, aqui, um diferencial: uma polícia capacitada, cada vez mais buscando aperfeiçoar.

Então, é assim que nós queremos que todos os Estados, todos os Municípios possam ter policiais como os nossos aqui do Distrito Federal, que representam tão bem a nossa população.

Então, de coração, agradeço todo o trabalho. Principalmente, agora, neste período, eu sei que muitos policiais estão nas ruas, correndo o risco realmente da Covid – muitos faleceram –, e a gente tem lutado muito para que haja esse reconhecimento com relação à atenção com a saúde dos policiais militares – a vacina –, porque já deveriam estar todos imunizados, porque estão todos no combate direto, na ponta, onde exatamente o risco é muito grande de contaminação.



Então, eu quero aqui, em nome do Senado Federal, agradecer a cada um dos policiais de todo o Brasil. Nós estamos homenageando aqui a Polícia Militar do Distrito Federal – 212 anos! –, mas, evidentemente, cumprimentando e parabenizando também cada policial militar de cada Município deste País.

Agradeço muito a todos pela participação.

Cumprida a finalidade desta sessão especial remota do Senado Federal, eu agradeço pela presença de todos que nos honraram com suas participações e declaro aqui, então, encerrada esta sessão especial.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 52 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 1912, DE 2021

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de prescrição de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais sem comprovação científica.

AUTORIA: Senador Omar Aziz (PSD/AM)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

PROJETO DE LEI N° , DE 2021

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de prescrição de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais sem comprovação científica.

SF/21198.07999-21

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a viger acrescido do seguinte art. 284-A:

“Prescrição de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais sem comprovação científica”

Art. 284-A. Prescrever, ministrar ou aplicar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais sem a comprovação científica de sua eficácia no tratamento da doença apresentada pelo paciente:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem promove ou incentiva, por qualquer meio, a utilização do produto a que se refere o *caput*.

§ 2º Se a conduta prevista no *caput* for praticada por profissional da área de saúde, a pena será aumentada de um terço até a metade.

§ 3º As penas previstas *caput* e nos §§ 1º e 2º serão aumentadas em dois terços, se a conduta for praticada durante a ocorrência de epidemia.

§ 4º Considera-se comprovação científica, para efeito de configuração dos crimes previstos neste artigo, a autorização e o registro do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais para tratamento da doença apresentada pelo paciente pelo órgão de vigilância sanitária.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

JUSTIFICAÇÃO

SF/21198.07999-21

No âmbito da vigente pandemia do coronavírus, é pública e notória a promoção, por profissionais de saúde ou não, da utilização do chamado “tratamento precoce” contra a doença, sem qualquer comprovação científica, em esfera nacional ou internacional, de sua eficácia no tratamento.

A sociedade médica é enfática ao defender que não existe comprovação científica de que esse “tratamento precoce” seja eficaz contra o coronavírus, estando alinhada com importantes e respeitados organismos sanitários nacionais e internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS).

No âmbito nacional, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) não aconselha o tratamento farmacológico precoce para pacientes com coronavírus e adverte que estudos clínicos não mostraram, até o momento, benefícios dos medicamentos que vêm sendo afiançados pelo Ministério da Saúde.

No mesmo sentido, o Conselho Federal de Farmácia (CFF) informa que não há comprovação científica de que os medicamentos que normalmente compõem o chamado “kit COVID” ofereçam qualquer benefício na prevenção ou no tratamento da doença.

A Associação Médica Brasileira (AMB) reafirmou que os medicamentos cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina não têm eficácia científica comprovada no tratamento ou prevenção da doença causada pelo coronavírus em nenhum dos estágios da enfermidade.

Por fim, na contramão desses entendimentos, o Conselho Federal de Medicina (CFM), embora tenha ciência da falta de comprovação científica da eficácia desses medicamentos na prevenção e no tratamento dessa doença, concedeu aval aos médicos para a utilização dos fármacos.

Ressalte-se que, além da ineficácia de tais medicamentos na prevenção ou no tratamento da doença causada pelo coronavírus, a sua utilização pode afetar a saúde dos pacientes, agravando a doença ou até mesmo levando-os a óbito.

Segundo os chefes das Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) brasileiras e médicos intensivistas, a utilização desses medicamentos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

sem eficácia comprovada tem piorado as condições clínicas de pacientes em estado grave, que já estão com os órgãos vitais com o funcionamento comprometido, dificultando a sobrevivência daquelas pessoas que são levadas para a intubação.

Ademais, há relatos, por todo o país, de pacientes que, depois de utilizarem os medicamentos presentes no “tratamento precoce”, apresentaram hepatite medicamentosa, hemorragias, insuficiência renal e arritmia, ou ainda foram levados para a fila de transplante de fígado.

Não temos dúvida em afirmar que o uso dos medicamentos prescritos no chamado “kit COVID” tem aumentado o número de mortes no Brasil. Isso porque o uso desses medicamentos retarda a procura de atendimento médico pela população, além do fato de que a sua compra pelo poder público absorve grande parte dos recursos públicos que poderiam ser destinados para o tratamento das pessoas pelo sistema público de saúde, como materiais básicos hospitalares, cilindros de oxigênio, equipamentos de intubação etc.

Portanto, não podemos admitir que medicamentos sejam prescritos ou utilizados, principalmente por profissionais da área de saúde, para tratar doenças sem comprovação científica, prejudicando a saúde da população brasileira ou agravando a situação daqueles pacientes que já se encontram em estado grave.

Diante disso, propomos, por meio do presente projeto de lei, a tipificação no Código Penal da conduta de “*prescrever, ministrar ou aplicar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais sem a comprovação científica de sua eficácia no tratamento da doença apresentada pelo paciente*”, com pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa. Ademais, estabelecemos, igualmente, que incorrerá na mesma pena aquele que incentivar, por qualquer meio, a utilização de tais produtos.

Por sua vez, estipulamos também causas de aumento de pena quando a prescrição ou a aplicação de tal medicamento for realizada por profissional de saúde, ou ainda qual a conduta for praticada durante a ocorrência de epidemia. Entendemos que, nesses casos, a conduta apresenta um maior desvalor, em razão de ter sido praticada por pessoa que tem conhecimento prévio dos malefícios causados pelo uso inadequado de medicamentos ou em período de calamidade na saúde pública.

SF/21198.07999-21





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

Por fim, para que não haja problemas de tipificação dos crimes que estamos criando, resolvemos estabelecer, para efeito de configuração das condutas do dispositivo, que ficará constatada a “comprovação científica” quando houver a autorização e o registro do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais para tratamento da doença apresentada pelo paciente pelo órgão de vigilância sanitária. Dessa forma, retiramos o grau de subjetividade dessa expressão, que poderia gerar dúvida na sua aplicação pelo operador de direito.

Este é o Projeto de Lei que submeto à apreciação do Senado Federal, pedindo desde já sua aprovação por Vossas Excelências, Senadoras e Senadores.

SF/21198.07999-21
|||||

Sala das Sessões,

Senador OMAR AZIZ



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1913, DE 2021

Altera a Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, para permitir a opção pela inclusão nos quadros federais em extinção dos professores do Estado de Rondônia, nas condições que menciona.

AUTORIA: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PROJETO DE LEI N° , DE 2021



Altera a Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, para permitir a opção pela inclusão nos quadros federais em extinção dos professores do Estado de Rondônia, nas condições que menciona.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 2º

.....
XIV – os professores contratados com base no art. 77, da Lei nº 5.692, de 1971, considerados de contratação precária ou professores leigos que mantiveram ou que mantém vínculo com o Estado de Rondônia, desde que habilitados a qualquer tempo.” (NR)

Art. 2º É revogado o inciso IV do parágrafo único do art. 88 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira talvez não conheça o bastante a saga dos cidadãos, oriundos de todos os recantos do País, que deixaram seu estado natal para participar da construção do Estado de Rondônia, especialmente nas décadas de 1960 e 1970 do século passado.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

SF/21454-50399-56



Esses cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras emigraram para uma região considerada então inóspita, em um gesto de grandeza pessoal, para contribuir com a ocupação territorial de uma região do país então pouco habitada, e que sequer tinha a perspectiva de se transformar em um estado da federação brasileira.

Essa perspectiva somente veio a se desenhar posteriormente, e o Território Federal do Guaporé se transformou no Estado de Rondônia em 1982. Era, então, o 23º estado da Federação, surgido como resultado de um projeto nacional de ocupação da Amazônia e de expansão da fronteira agrícola.

Nesse processo ocorreram os fatos que aqui tratamos, como a contratação de professoras e professores mediante os termos da então Lei de Regência da matéria, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujo art. 77 permitia que lecionassem, “em caráter suplementar e a título precário”, os professores contratados nos seus termos.

Ocorre que, não raro, os profissionais nesses termos incorporados ao labor de ensinar, e, assim, de construir a brasiliade e a cidadania, acabaram por permanecer nesse nobre ofício durante muitos anos, eventualmente décadas, independentemente da forma de sua contratação, porque sua atividade correspondia a uma necessidade social indiscutível.

Hoje, instituído o Estado de Rondônia, à medida que avançamos no processo de sua construção, nada mais correto e justo do que conceder a esses profissionais o direito, aos demais assegurado, de também serem incorporados aos quadros da União, nos termos de diversas emendas constitucionais e leis regulamentares que tratam da matéria.

Esta proposição visa, portanto, fazer justiça a esses rondonienses.

Sala das Sessões,





3

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Senador MARCOS ROGÉRIO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1971); LDB (1971) - 5692/71

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1971;5692>

- artigo 77

- Lei nº 12.249, de 11 de Junho de 2010 - LEI-12249-2010-06-11 - 12249/10

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12249>

- inciso IV do parágrafo único do artigo 88

- Lei nº 13.681, de 18 de Junho de 2018 - LEI-13681-2018-06-18 - 13681/18

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13681>

- artigo 2º



Propostas de Emenda à Constituição





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2021

Altera o art. 13 da Constituição Federal para incluir a língua brasileira de sinais como um dos idiomas oficiais da República Federativa do Brasil.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) (1º signatário), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PL/RJ), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE 2021

Altera o art. 13 da Constituição Federal para incluir a língua brasileira de sinais como um dos idiomas oficiais da República Federativa do Brasil.

SF/2183175118-40

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 13 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 13.** A língua portuguesa e a língua brasileira de sinais são os idiomas oficiais da República Federativa do Brasil.

.....

.....”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O idioma oficial é a forma de comunicação universalmente aceita num país. É um dos principais elementos que nos une, especialmente pela condição geográfica, histórica e cultural de que quase todos os nossos vizinhos, com exceção do Suriname e da Guiana Francesa, falam o espanhol. Compreensivelmente, convencionou-se adotar a língua portuguesa como idioma oficial do Brasil, sem prejuízo do reconhecimento, em favor dos povos indígenas, de suas línguas maternas no processo educativo, para que possam manter e transmitir sua cultura. Assim, entendemos que a língua é instrumento convencional de comunicação e é uma forma de expressar tanto a individualidade, quanto a identidade coletiva de um povo.



Há, contudo, brasileiros que não têm como língua materna o português ou as línguas indígenas. A língua brasileira de sinais (“libras”) é a língua primária de milhões de pessoas com deficiência auditiva ou da fala, ou ambas. Há, ainda, surdocegos que, apesar da incapacidade de ver e ouvir, conseguem se comunicar usando a libras tátil.

Muitas pessoas aprendem idiomas estrangeiros, o que é sempre bom e útil, e deve ser estimulado. Mas, além de olhar para fora, é preciso também olhar para dentro. Oficializar a libras ajudará a promover o seu ensino nas escolas, permitindo que mais brasileiros possam se comunicar uns com os outros, derrubando uma das barreiras mais óbvias à inclusão das pessoas com deficiência.

SF/2183175118-40

A libras já é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, conforme disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Mas incluir a libras no texto constitucional, reconhecendo-a como idioma oficial ao lado do português, representará o reconhecimento da identidade e da expressão dos usuários dessa língua na nossa Carta Política. Será um gesto importante de acolhimento, de inclusão, de respeito e de valorização das diferenças, em prol não somente das pessoas com deficiência, mas de toda a sociedade, enriquecida por essa diversidade. Portanto, apesar de já haver o reconhecimento da libras por lei ordinária, vemos a constitucionalização dessa língua como um passo civilizatório.

Vale lembrar que a presente Proposta de Emenda à Constituição foi apresentada como Ideia Legislativa no Portal e-Cidadania do Senado Federal pela Sra. Kamila de Souza Gouveia, atual Presidente da Comissão de Acessibilidade e Direito da Pessoa com Deficiência (CADPCD) da OAB/SE.

São essas as razões que justificam a iniciativa, para a qual solicitamos apoio.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 13

- parágrafo 3º do artigo 60

- Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002 - Lei da Língua Brasileira de Sinais; Lei de Libras

(Língua Brasileira de Sinais) - 10436/02

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10436>





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2021

Acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que os Estados o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, no exercício financeiro de 2020, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal.

AUTORIA: Senador Marcos Rogério (DEM/RO) (1º signatário), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Antonio Anastasia (PSD/MG), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE 2020

SF/20564-1-4994-32

Acrescenta o art. 115 ao [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#), para determinar que os Estados o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, no exercício financeiro de 2020, do disposto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) passa a vigorar acrescido do seguinte art. 115:

“Art. 115. Em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia de covid-19, os entes federados e os agentes públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, no exercício financeiro de 2020, do previsto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica desencadeada pelas medidas de combate à pandemia de covid-19 atingiu fortemente os orçamentos dos entes federados, que se encontram diante da necessidade de tomar providências de caráter excepcional para cumprir as diversas obrigações constitucionais e legais que lhes cabem.

Entre outros dados que revelam a dimensão da crise, vinte Estados registraram queda de R\$ 16,4 bilhões de arrecadação nos primeiros seis meses de





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

2

2020, em comparação com o mesmo período de 2019. A maioria do Municípios registra igualmente perda de recursos com o revés econômico provocado pela pandemia.

Enquanto enfrentam significativa queda em suas arrecadações, os entes subnacionais precisam direcionar maior volume de recursos próprios para ações de prevenção de contágios do novo coronavírus, bem como para o tratamento das pessoas que contraíram a doença. Além disso, de uma forma ou de outra, esses entes tiveram também de adotar medidas de apoio às atividades econômicas em seus territórios, em um grande esforço para amenizar os drásticos efeitos sociais do desaquecimento das atividades produtivas.

Ao mesmo tempo, verifica-se redução em algumas despesas de natureza educacional, por força da suspensão de aulas ocorrida em praticamente todas as redes públicas de ensino. O caso do transporte escolar é o mais evidente. Uma vez que crianças e jovens matriculados em escolas de ensino fundamental e de ensino médio deixaram de frequentar as aulas presenciais, houve efetiva redução das despesas de manutenção dos veículos destinados a essa atividade.

De todo modo, pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), intitulada “Desafios Educacionais na Pandemia em 2020”, feita com 3.988 gestores municipais – 71,6% do total –, revela o empenho das prefeituras em assegurar o direito à educação: 97,5% delas conceberam algum tipo de iniciativa pedagógica não presencial nas respectivas redes escolares, como a distribuição de material pedagógico impresso aos alunos (98,2% das redes municipais) e o desenvolvimento de atividades de ensino por meio digital (81,1% das redes municipais). Apesar de 82,1% das prefeituras consultadas acreditarem que não será possível retomar as aulas presenciais em 2020, 70,4% delas já tinham planos de retorno elaborados ou em fase de elaboração. Dessa forma, os municípios estão sendo levados a investir somas significativas de recursos próprios, em grande parte não considerados de natureza educacional, na preparação de medidas de segurança sanitária nas escolas.

Ademais, outras ações são desenvolvidas pelos municípios para reduzir o impacto da pandemia na trajetória escolar dos estudantes, igualmente sem a possibilidade de computar todas as despesas pertinentes na rubrica de educação. Assim, conforme outro levantamento da CNM, realizado em junho deste ano, 85% dos 1.195 gestores municipais entrevistadas haviam distribuído

SF/20564-1-4994-32





3

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

SF/20564-1-4994-32

alimentos às famílias dos estudantes durante a suspensão das aulas, em 54% dos casos também com o uso de recursos próprios. A esse respeito, cumpre considerar que, segundo cálculo feito pela CNM, o investimento federal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não chega a 10% do custo médio que efetivamente as prefeituras assumem com a alimentação dos estudantes em suas redes de ensino.

Devido a essa situação, não é de se entranhar que, ainda de acordo com a pesquisa “Desafios Educacionais na Pandemia em 2020”, 11,9% dos municípios tenham informado que enfrentam dificuldades para observar o índice constitucional mínimo de 25% de suas receitas de impostos em ações de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE).

Nesse contexto, em atenção a pleito formulado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), apresentamos esta emenda ao texto constitucional para determinar que, no exercício de 2020, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, bem como seus agentes, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento da destinação mínima da receita de impostos para despesas de MDE, conforme reza o art. 212 de nossa Lei Maior.

Ressaltamos que a medida tem caráter transitório. Sua validade é dirigida apenas ao exercício de 2020. Com a retomada progressiva das atividades econômicas, a possibilidade de responsabilização pelo descumprimento da vinculação constitucional de recursos para a educação volta a vigorar.

Em vista da relevância da iniciativa proposta para promover o equilíbrio fiscal dos entes subnacionais nesse período de crise, esperamos contar com o apoio para a aprovação da presente sugestão de mudança do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS ROGÉRIO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT-1988-10-05 , Disposições Transitórias da Constituição Federal - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - parágrafo 3º do artigo 60
 - artigo 212



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 3085, DE 2020

Adição de assinatura à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021.

AUTORIA: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/205641499432, de autoria do Senador Marcos Rogério, que “acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que os Estados o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, no exercício financeiro de 2020, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal”.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2020.

**Senadora Soraya Thronicke
(PSL - MS)**

SF/20576.34525-59 (LexEdit)
|||||





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 3087, DE 2020

Adição de assinatura à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021.

AUTORIA: Senador Romário (PODEMOS/RJ)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/205641499432, de autoria do Senador Marcos Rogério, que “acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que os Municípios e seus agentes políticos não sejam responsabilizados pelo descumprimento, no que se refere à aplicação do mínimo constitucional, EXCEPCIONALMENTE no ano de 2020”.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2020.

Senador Romário
(PODEMOS - RJ)

SF/20879.94509-23 (LexEdit)
|||||



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 2, DE 2021

Adição de assinatura à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Podemos

REQUERIMENTO N° DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20564.14994-32, de autoria do Senador Marcos Rogério, que “acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que os Estados o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, no exercício financeiro de 2020, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal”.

Sala das Sessões, 30 de dezembro de 2020.

**Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder**

SF/20313.28499-24 (LexEdit)
|||||





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 871, DE 2021

Adição de assinatura à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20564.14994-32, de autoria do Senador Marcos Rogério, que “acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que os Estados o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, no exercício financeiro de 2020, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal”.

Sala das Sessões, 10 de março de 2021.

**Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)**

SF21205.18792-61 (LexEdit)
|||||





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1558, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Educação.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre fraude noticiada em relação à liberação irregular de recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a instituições de ensino superior (IES) em atraso com o pagamento de tributos devidos à União.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre fraude noticiada em relação à liberação irregular de recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a instituições de ensino superior (IES) em atraso com o pagamento de tributos devidos à União.

Nesses termos, requisita-se informações relativas a:

1. providências administrativas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) para identificar os responsáveis, internos e externos, e quantificar o dano ao Fies decorrente de pagamentos irregulares associados ao fato noticiado;
2. sanções administrativas aplicadas aos responsáveis envolvidos na fraude detectada;
3. providências porventura adotadas pelo Ministério visando à recuperação dos valores irregularmente transferidos;
4. eventuais empecilhos técnicos e materiais ao aprimoramento dos procedimentos de controle dos recursos em questão.

JUSTIFICAÇÃO

Matérias publicadas na edição online da Folha de São Paulo do último dia 12, atualizadas no dia 13, relatam a detecção de um esquema de fraudes no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), descoberto por servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em novembro de 2020, com desvios que podem ter chegado a R\$ 1 bilhão.

A fraude consistia em liberar, irregularmente, em favor de instituições de ensino superior que não tinham certidão negativa de débitos tributários, a recompra de certificados (títulos públicos) com que o Fundo as remunera pela participação no programa. Como se sabe, as IES que aderem ao Fies são remuneradas com certificados utilizáveis para o pagamento de tributos federais.

No entanto, os excedentes (saldos de certificados não utilizados para quitação de dívidas tributárias com a União) podem ser recomprados pelo Fies, pelo menos a cada três meses. Desse modo, a operação de recompra envolve uma importante fonte de financiamento para as IES, notadamente aquelas com participação expressiva no Programa.

O que se tem de mais concreto até agora acerca do fato noticiado é a informação, ainda assim não oficial, de que o fraudador identificado até agora foi exonerado do posto que ocupava no FNDE, embora se imagine que a ilicitude ocorrida é causa de demissão de cargo ou destituição de função comissionada, ou ambos.

No mais, embora tendo atribuído a ocorrência da fraude a fragilidades no sistema de pagamento do Fies, o MEC ainda não adotou as esperadas providências para corrigir inconsistências nos procedimentos de pagamentos. Segundo o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, a melhoria no sistema destinada a mitigar sua vulnerabilidade a fraudes no Fies depende da aprovação do orçamento de 2021. Enquanto isso, instituições beneficiárias do esquema e suspeitas de participação na fraude podem continuar a receber dinheiro do FNDE.

Em face desse quadro de irregularidades, cumpre encaminhar o presente requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação, com vistas a obter informações qualificadas e oficiais que permitam ao Poder Legislativo exercer o seu poder-dever de fiscalização com a necessária acurácia.

SF21434-98386-06 (LexEdit)




Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre fraude noticiada em relação à liberação irregular de recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a instituições de ensino...

Sala das Sessões, 3 de maio de 2021.

Senador Paulo Paim


SF21434-98386-06 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1559, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Educação.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a constituição de Comissão Técnica destinada a colaborar na elaboração de editais do Programa do Livro Didático, na forma do disposto no Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, bem como sobre os trabalhos dos respectivos membros, relativamente à edição do PNLD 2022, que visa à seleção de livros e materiais didáticos a serem utilizados na educação infantil a partir de 2023.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a constituição de Comissão Técnica destinada a colaborar na elaboração de editais do Programa do Livro Didático, na forma do disposto no Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, bem como sobre os trabalhos dos respectivos membros, relativamente à edição do PNLD 2022, que visa à seleção de livros e materiais didáticos a serem utilizados na educação infantil a partir de 2023.

Nesses termos, requisita-se informações resumidas atinentes à identificação e experiência profissional dos membros da Comissão Técnica encarregada de contribuir com a elaboração do PNLD 2022, além de cópias:

SF21055.78341-18 (LexEdit)
|||||



1. dos relatórios de avaliação e validação produzidos pela Comissão Técnica em alusão, relativamente ao PNLD 2022;
2. de memórias ou registros de reuniões de trabalho realizadas pela Comissão Técnica em tela;
3. de minutas editalícias que versem sobre os critérios de seleção de livros e materiais didáticos considerados no PNLD 2022;
4. de documentos comprobatórios de pagamentos porventura efetuados aos membros da Comissão Técnica a título de remuneração pelos serviços prestados no âmbito do PNLD 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa brasileira tem repercutido, com preocupação, matéria publicada no portal Universo Online (UOL) no último dia 24 de abril, segundo a qual o Ministério da Educação (MEC) teria negligenciado a constituição de Comissão Técnica prevista no Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, a quem se incumbe a atribuição de colaborar na elaboração de editais do Programa do Livro Didático (PNLD).

A falha teria ocorrido precisamente em relação à elaboração do Edital PNLD 2022, que visa a regular a seleção e a aquisição de material didático a ser utilizado na educação infantil a partir do ano letivo de 2023, portanto relacionado a um processo que se encontra em fase de finalização.

Conquanto o decreto não tenha a mesma força normativa da lei ordinária, é certo que, em casos como o do disciplinamento do PNLD, esse tipo de normativo é crucial para a obtenção de efetividade da política pública que conforma, de sorte que o seu descumprimento não pode ser encarado apenas como mera irregularidade formal, mas, ao contrário, como um preocupante desinteresse para com a ação envolvida.



SF2105578341-18 (LexEdit)

Nesse sentido, considerando não apenas o expressivo volume de recursos envolvidos na execução do programa, mas, especialmente, a sua importância como instrumento de qualificação da educação básica, é crucial a obtenção de informações que esclareçam o Senado Federal e o Poder Legislativo quanto às razões subjacentes ao fato.

Daí a oportunidade do presente requerimento, para cuja aprovação pedimos apoio.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2021.

Senador Paulo Paim


SF21055.78341-18 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1560, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Educação.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a inconsistência, nos sistemas informatizados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dos dados relativos ao número de matrículas apurado pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2020, assim como sobre o impacto de tal falha na distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

SF21933.22014-71 (LexEdit)

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a inconsistência, nos sistemas informatizados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dos dados relativos ao número de matrículas apurado pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2020, assim como sobre o impacto de tal falha na distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Nesses termos, requisita-se informações:

1. descritivas da inconsistência dos dados de matrículas de 2020 armazenados nos sistemas informatizados do FNDE, discriminando-se as diferenças de números de matrículas em tais sistemas em relação aos do Censo Escolar de 2020, por etapa, modalidade de ensino e unidade da Federação;



2. quanto ao impacto da discrepância no valor dos repasses do Fundeb aos entes federados subnacionais, inclusive em relação à complementação da União aos Fundos estaduais e distrital;
3. sobre as medidas adotadas pelo Ministério para contornar o problema técnico detectado e corrigir as distorções provocadas na distribuição de recursos no âmbito do Fundeb;
4. sobre possíveis contribuições de inadequação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal do FNDE para a ocorrência da falha apontada.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal Folha de São Paulo veiculou, nos últimos dias 22 e 23 de abril, notícia sobre possível equívoco do FNDE na distribuição de recursos no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). De acordo com essas matérias, tal falha teria sido ocasionada pelo uso de dados dos sistemas informatizados da Autarquia incompatíveis com as informações propiciadas pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2020 sobre as respectivas matrículas.

Para elaborar a matéria, o jornal teria ouvido interlocutor da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), assim como do próprio Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, enquanto registra que a CNM teria apurado a distorção com base em reclamação de inúmeras municipalidades, preocupadas, essencialmente, com a redução de recursos em um contexto já amplamente desfavorável aos entes prejudicados em razão da estagnação da atividade econômica e da queda da arrecadação, o MEC teria informado já se encontrar a par do ocorrido, atribuindo a falha a uma suposta inconsistência nos dados armazenados nos sistemas do FNDE.

De toda maneira, ainda que algumas providências iniciais já tenham sido adotadas, não pode esta Casa Legislativa, tampouco seus membros, negligenciar a competência que lhes cabe no que tange à transparência e à correção na aplicação de recursos públicos, em conformidade com a legislação orçamentária, ou omitir-se no seu dever de fiscalizar as ações do Poder Executivo, especialmente no âmbito do Pacto Federativo. Por essa razão, apresentamos o presente requerimento, que busca inteirar o Senado Federal das pertinentes

SF21933.22014-71 (LexEdit)



informações que lhe permitam uma atuação consistente no caso, fundamentada em dados os mais fidedignos possíveis.

Sala das Sessões, * data inválida *.

Senador Paulo Paim


SF21933:22014-71 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1561, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Educação.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a execução orçamentária da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos três últimos exercícios financeiros concluídos.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a execução orçamentária da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos três últimos exercícios financeiros concluídos.

Nesses termos, requisita-se informações sobre:

1. o montante da despesa fixada para a Capes e da despesa liquidada por ela nos exercícios de 2018 a 2020;
2. o percentual da despesa liquidada pela Capes como proporção da despesa liquidada pelo Ministério relativamente à educação superior, no mesmo período;
3. os critérios técnicos utilizados como fundamento para as alterações eventualmente havidas no orçamento dessa entidade no período apontado;
4. os impactos quantitativos de eventuais reduções orçamentárias para a continuidade de ações da entidade, especialmente com

relação aos programas de concessão de bolsas de estudos no País e no exterior.

JUSTIFICAÇÃO

Estudo realizado e publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) sobre a execução do orçamento federal em 2020 aponta redução de gastos com educação e abandono de políticas públicas no setor.

Para sustentar essa conclusão, o referido estudo registra, entre outras, queda no orçamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de R\$ 4,6 bilhões, em 2019, para R\$ 3,5 bilhões, em 2020, perfazendo, assim, corte da ordem de 24% na execução orçamentária da entidade. [<https://www.inesc.org.br/baixa-execucao-financeira-e-lentidao-do-governo-asfixiaram-politicas-sociais-em-2020-diz-estudo/>]

São muitas e preocupantes as implicações dessas reduções para a educação brasileira no médio e longo prazos. Não podemos olvidar, por exemplo, que contamos com a contribuição da Capes para o cumprimento de importantes metas do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, como é o caso da Meta 14, que trata da formação de mestres e doutores, assim como das Metas 15 e 16, que cuidam da formação, inicial específica e continuada, dos professores da educação básica.

A par dessa constatação, que evidencia prejuízos a ações basilares ao desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e humano do País, é imperioso e urgente saber, a tempo de se adotar as necessárias medidas de reversão, se existem razões fáticas e conjunturais para as reduções orçamentárias eventualmente detectadas, ou se elas fazem parte de uma política deliberada de esvaziamento das ações da Capes.

SF21145-19348-04 (LexEdit)




Daí a premência de obtenção de resposta às questões formuladas neste requerimento.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2021.

Senador Paulo Paim

SF21145:19348-04 (LexEdit)




REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 8

REQ nº 00116/2021	Elmano Férrer	RISF Art. 13	13/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00117/2021	Fernando Collor	RISF Art. 13	13/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00118/2021	Giordano	RISF Art. 13	13/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00119/2021	Maria do Carmo Alves	RISF Art. 13	18/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00120/2021	Elmano Férrer	RISF Art. 13	18/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00121/2021	Renan Calheiros	RISF Art. 13	18/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00122/2021	Marcio Bittar	RISF Art. 13	19/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00123/2021	Weverton	RISF Art. 13	18/05/2021	Atividade parlamentar.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
Bloco-REPUBLICANOS - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 24

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-2

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Flávio Bolsonaro.	REPUBLICANOS / RJ
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 18

PODEMOS-9 / PSDB-7 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Giordano.	PSL / SP
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 11

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Senado Independente - 8

PDT-3 / CIDADANIA-2 / REDE-2 / PSB-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	24
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
PSD.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Bloco Parlamentar Senado Independente.	8
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)
 Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)
 Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)
 Angelo Coronel** (PSD-BA)
 Antonio Anastasia* (PSD-MG)
 Carlos Fávaro** (PSD-MT)
 Carlos Portinho** (PL-RJ)
 Carlos Viana** (PSD-MG)
 Chico Rodrigues** (DEM-RR)
 Cid Gomes** (PDT-CE)
 Ciro Nogueira** (PP-PI)
 Confúcio Moura** (MDB-RO)
 Daniella Ribeiro** (PP-PB)
 Dário Berger* (MDB-SC)
 Davi Alcolumbre* (DEM-AP)
 Eduardo Braga** (MDB-AM)
 Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)
 Eduardo Gomes** (MDB-TO)
 Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)
 Elmano Férrer* (PP-PI)
 Esperidião Amin** (PP-SC)
 Fabiano Contarato** (REDE-ES)
 Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)
 Fernando Collor* (PROS-AL)
 Flávio Arns** (PODEMOS-PR)
 Flávio Bolsonaro** (REPUBLICANOS-RJ)
 Giordano** (PSL-SP)

Humberto Costa** (PT-PE)
 Irajá** (PSD-TO)
 Izalci Lucas** (PSDB-DF)
 Jader Barbalho** (MDB-PA)
 Jaques Wagner** (PT-BA)
 Jarbas Vasconcelos** (MDB-GO)
 Jayme Campos** (DEM-MT)
 Jean Paul Prates* (PT-RN)
 Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)
 Jorginho Mello** (PL-SC)
 José Serra* (PSDB-SP)
 Kátia Abreu* (PP-TO)
 Lasier Martins* (PODEMOS-RS)
 Leila Barros** (PSB-DF)
 Lucas Barreto** (PSD-AP)
 Luis Carlos Heinze** (PP-RS)
 Luiz do Carmo* (MDB-GO)
 Mailza Gomes* (PP-AC)
 Mara Gabrilli** (PSDB-SP)
 Marcelo Castro** (MDB-PI)
 Marcio Bittar** (MDB-AC)
 Marcos Rogério** (DEM-RO)
 Marcos do Val** (PODEMOS-ES)
 Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)
 Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)
 Nelsinho Trad** (PSD-MS)
 Nilda Gondim* (MDB-PB)

Omar Aziz* (PSD-AM)
 Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
 Otto Alencar* (PSD-BA)
 Paulo Paim** (PT-RS)
 Paulo Rocha* (PT-PA)
 Plínio Valério** (PSDB-AM)
 Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
 Reguffe* (PODEMOS-DF)
 Renan Calheiros** (MDB-AL)
 Roberto Rocha* (PSDB-MA)
 Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
 Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
 Rogério Carvalho** (PT-SE)
 Romário* (PL-RJ)
 Rose de Freitas* (MDB-ES)
 Sérgio Petecão** (PSD-AC)
 Simone Tebet* (MDB-MS)
 Soraya Thronicke** (PSL-MS)
 Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
 Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
 Telmário Mota* (PROS-RR)
 Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
 Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
 Wellington Fagundes* (PL-MT)
 Weverton** (PDT-MA)
 Zenaide Maia** (PROS-RN)
 Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2022



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 24 <p>Líder Mailza Gomes - PP (55)</p> <p>Vice-Líder Ciro Nogueira (45,61)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 15</p> <p>Eduardo Braga (20,43)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p>Líder do PP - 7</p> <p>Daniella Ribeiro (44)</p> <p>Vice-Líderes do PP Ciro Nogueira (45,61)</p> <p>Luis Carlos Heinze (46)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 2</p> <p>Mecias de Jesus (5)</p>	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 18 <p>Líder Lasier Martins - PODEMOS (17,62)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Cunha (22,27,32,69)</p> <p>Soraya Thronicke (31,70)</p> <p>Flávio Arns (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODEMOS - 9</p> <p>Alvaro Dias (3,58)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (66)</p> <p>Eduardo Girão (14,68)</p> <p>Styvenson Valentim (67)</p> <p>Líder do PSDB - 7</p> <p>Izalci Lucas (21,25,37,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (57)</p> <p>Rodrigo Cunha (22,27,32,69)</p> <p>Líder do PSL - 2</p> <p>Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)</p>	PSD - 11 <p>Líder Nelsinho Trad - PSD (51)</p> <p>Vice-Líderes Omar Aziz (53)</p> <p>Carlos Fávaro (52)</p>
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11 <p>Líder Wellington Fagundes - PL (7)</p> <p>Vice-Líderes Jorginho Mello (1,9,40)</p> <p>Zequinha Marinho (10,18)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6</p> <p>Marcos Rogério (41)</p> <p>Líder do PL - 4</p> <p>Carlos Portinho (39)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorginho Mello (1,9,40)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Zequinha Marinho (10,18)</p>	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 <p>Líder Zenaide Maia - PROS (50)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6</p> <p>Paulo Rocha (23,48)</p> <p>Líder do PROS - 3</p> <p>Telmário Mota (8)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (50)</p>	Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 8 <p>Líder Eliziane Gama - CIDADANIA (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PDT - 3</p> <p>Cid Gomes (60)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 2</p> <p>Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do REDE - 2</p> <p>Randolfe Rodrigues (63,64)</p> <p>Líder do PSB - 1</p> <p>Leila Barros (29,36,59)</p>
Maioria <p>Líder Renan Calheiros - MDB (54)</p> <p>Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p>	Minoria <p>Líder Jean Paul Prates - PT (47)</p>	Governo <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (19)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (26,30)</p> <p>Elmano Férrer (24)</p> <p>Carlos Viana (38)</p>
Oposição <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>	Bancada Feminina <p>Líder Simone Tebet - MDB (72)</p>	

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
3. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
4. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).



5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
7. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
9. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
22. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
24. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
25. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
26. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE)
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n)
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n)
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA)
43. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
45. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
46. Em 02.02.2021, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN)
48. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT)
49. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
50. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
51. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
52. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB)
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1º Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB)
58. Em 09.02.2021, o Senador Álvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
59. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB)
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB)
66. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentin foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021)
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Finalidade: Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.

RQS 105, 2021

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾**RELATOR:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT)**Instalação:** 03/03/2021**Prazo final:** 30/06/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,19)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4,19)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,19)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (2,19)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (11,16,19)	3. (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (11,18)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11,18)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	1. VAGO (9)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (11,13)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (11,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (11,15)	3. (11)
PSD	
Senador Otto Alencar (3) (11)	1. Senador Nelsinho Trad (3) 2. (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (8)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (11,14)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (11,12)

Notas:

- Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
- Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
- Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
- Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
- Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
- Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
- Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
- Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
- Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).
- Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).



11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

Secretário(a): Leandro Augusto Bueno

Telefone(s): (61) 3303-4854



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA**

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.**

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (2)	1. 2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (2)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO (5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso (3)	1. Senador Irajá (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) (1)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) (1)	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (2)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4) (7,10)	1. 2. (7,10)
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC) (1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (3,11)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (11)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (6)	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (6)	

Notas:

- *. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.
- 1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).
- 2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).
- 3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).
- 4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).
- 5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).
- 6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
- 7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).



8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD).

10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS).

11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-4854



2) CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3) CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

* De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



4) CPI DA PANDEMIA

Finalidade: Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹¹⁾

RELATOR: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾

Leitura: 13/04/2021

Instalação: 27/04/2021

Prazo final: 09/08/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽³⁾	1. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁴⁾	
PSD	
Senador Omar Aziz (AM) ⁽⁵⁾	1. Senador Angelo Coronel (BA) ⁽⁵⁾
Senador Otto Alencar (BA) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,12)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁹⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽¹⁰⁾

Notas:

- Em 15.04.2021, os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e o Senador Jader Barbalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLMDB).
- Em 15.04.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLDPP).
- Em 15.04.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular; e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPODEMOS).
- Em 15.04.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLPSDB).
- Em 15.04.2021, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 49/2021-GLPSD).



6. Em 15.04.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 04/2021-BLVANG).
7. Em 15.04.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 198/2021-GSZMARIN).
8. Em 15.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLPL).
9. Em 15.04.2021, o Senador Humberto Costa foi designado membro titulae; e o Senador Rogério Carvalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLPRD).
10. Em 15.04.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 18/2021-GSEGAMA).
11. Em 27.04.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues Presidente e Vice-Presidente, e designou o Senador Renan Calheiros Relator (Of. nº 001/2021-CPIPANDEMIA).
12. Em 05.05.2021, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, em vaga cedida ao MDB, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLDEM).

Secretário(a): Leandro Augusto Bueno

Telefone(s): 3303-3490



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57)	1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,18,54,57)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,18,54,57)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57)	3. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,42,44,54,65)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8,54,57)	4. VAGO (8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57)	5. VAGO (9,41,45)
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (4,57,59)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (11,17,59)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (12,51)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (12,51,53)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12,51)	3. VAGO (7,50,53)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16,51)
Senador Giordano (PSL-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
PSD	
Senador Otto Alencar (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (2,24,49)
Senador Omar Aziz (2,23,49)	2. Senador Antonio Anastasia (2,33,35,49)
Senador Vanderlan Cardoso (2,49)	3. Senador Carlos Viana (2,25,49)
Senador Irajá (61)	4. Senador Nelsinho Trad (61)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (3,47)	1. VAGO (15,43,60)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (56)	1. VAGO (56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (37,56)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (56,58)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (56,58)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (19,21,56)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODE).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olímpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).



40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB).
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB).
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB).
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB).
46. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antônio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPP).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (10,33)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (5,35)	3. VAGO (5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (19,39)
Senador Giordano (PSL-SP) (49)	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão (1,34)	1. Senador Nelsinho Trad (1,34)
Senador Lucas Barreto (1,34)	2. Senador Irajá (1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel (12,34)	3. Senador Otto Alencar (16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (2)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (2)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (2)	2. Senador Romário (PL-RJ) (15,29,46,50)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,40)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (43)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (43,44)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (43)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (21,26,27,43)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLDPSL).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº33/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND).
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB).
31. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mécias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentin (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentin, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ^(1,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (8,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,47,58,89)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,81,89)	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,19,71,73,89)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)	7. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (94)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (6,84)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (6,29,35,39,51,52,84,87)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,28,30,36)	3. Senador Giordano (PSL-SP) (6,84,101)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,18,26,27,72,74)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,96)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,42,78)	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (14,43,78,99,102)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,54,83)	1. Senador Otto Alencar (2,83)
Senador Lucas Barreto (2,83)	2. Senador Carlos Viana (2,63,83)
Senador Omar Aziz (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (2,54,77,83,97,100)
Senador Vanderlan Cardoso (97)	4. Senador Sérgio Petecão (103)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3,93)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (65,88,95,98,104)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (88,95,98)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (22,23,48,49,88)	3. VAGO (21,24,88,104)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Aroilde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovídio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovídio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovídio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovídio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND).
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Orovisto Guimarães permudaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Orovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Orovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permudaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Orovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olímpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1º, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senado Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-BLPP).
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (7,44)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (7,44)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8,44)	4. VAGO (14)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8,44,46)	5. VAGO (21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (9)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (48)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (48)
	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (11,42)	5. VAGO (12,37,41)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (55)	6. VAGO (19,26)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (1,2,40)	1. Senador Nelsinho Trad (1,40)
Senador Carlos Viana (1,20,40)	2. Senador Otto Alencar (1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso (1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão (1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Romário (PL-RJ) (18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,43)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (47)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (25,47,56)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (47)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (47)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ángelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).



6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permутam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND).
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD).
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).



44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,42,43,46)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (16,17,37,43,46)
VAGO (10,23,27,29,35,42)	3. VAGO (17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,40)	1. Senador Izalcí Lucas (PSDB-DF) (11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (19,39)	4. Senador Giordano (PSL-SP) (19,22,31,49)
PSD	
Senador Carlos Fávaro (2,21,24,25,38)	1. Senador Nelsinho Trad (2,21,38)
Senador Otto Alencar (2,38)	2. Senador Carlos Viana (2,18,26,38)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,41)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,45)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).



12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Favaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB).
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB).
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS).
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB).
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS).
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB).
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB).
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Favaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentin, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

(Requerimento 53, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valente (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valente (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valente e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)
2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valente como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁰⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽⁵⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (9,32,49)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (9,13,49)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (13,49)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20,36,37,42,44)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,22)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (27,49)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (24,32)	5. VAGO (29,35)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,46)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,26,33,47)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,46)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7,46,55)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,25,47)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (8,38,47)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (11,26,47)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,25,47,54)
PSD	
Senador Irajá (1,40,41,43,45)	1. Senador Carlos Viana (1,2,45)
VAGO (1)	2. VAGO (1,31,34)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (23)
VAGO (21,39,53)	2. Senador Romário (PL-RJ) (57)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,48)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5,17,48)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,48)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,48)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
VAGO (3,51,56)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,28,30,51,52)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,51,52)	2. VAGO (19)

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, os Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLDPSL).
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arlóde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD).
42. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).
49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
57. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
VAGO (1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (9,49,52)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13,44)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43)	4. Senador Giordano (PSL-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,42)	1. Senador Lucas Barreto (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (2,28,42)
Senador Carlos Viana (46)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (48)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (48)
Notas:	
*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).	
8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).	
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	



11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLD).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Favaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olímpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).



50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretário(a): _____

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2,3)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): _____

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- *. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): _

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (7,39)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (7,39)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (8)	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (14,39)
Senador Elmano Férrer (PP-PI) (11,47)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (16)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (46)	7. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (46)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Giordano (PSL-SP) (5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (15,36) (18,20)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,24,36,45) 4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (35)
VAGO (18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro (2,34,44,48)
Senador Carlos Viana (2,34)	2. Senador Otto Alencar (2,34)
Senador Lucas Barreto (2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso (2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (40)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,37)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (41)
Senador Weverton (PDT-MA) (41)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (26,41)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GLDPP).
9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).



10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orio Visto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB).
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (OF. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Orio Visto Guimarães permudaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS).
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).



48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).

49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (5,13,23,41)	3. VAGO (14,27,28,30)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	4. VAGO (19)
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (39)	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,21,25,32)	1. Senador Irajá (2,32)
Senador Carlos Fávaro (2,32)	2. Senador Nelsinho Trad (2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,34)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,38)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
11. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
12. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).



15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Ferrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,37,38,44,46)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (11,44,46)
VAGO (8,32,44)	3. VAGO (13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (45)	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (44)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. VAGO (5,35,41)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) (16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (35)
PSD	
Senador Carlos Fávaro (1,23,26,33)	1. Senador Irajá (1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão (1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad (1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,36)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,29,39)
VAGO (2)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (39)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mécias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9,40,42)	2. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (9,43)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6,27)	3. VAGO (9)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (42)	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (8,38) (18,26)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8,38) 3. VAGO (19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,30,31,32,36)	1. Senador Nelsinho Trad (2,3,36)
Senador Vanderlan Cardoso (2,3,36)	2. Senador Carlos Viana (2,25,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (22)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (35)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7,39)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
VAGO (11,41,46)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (21,41)	2. VAGO (41,45)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).	
11. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).	
12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).	
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).	



14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD).
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olímpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,21)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,21)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁹⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁹⁾
VAGO ^(11,13,20)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,17)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,14,15,17)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,18)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,18)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽¹²⁾	2.

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Izalci foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- 13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).
- 14. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- 15. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD).
- 16. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- 17. Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- 18. Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- 19. Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).



20. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)
21. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).

Secretário(a): Andréia Mano
Telefone(s): 61 3303-4488
E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (8)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (1,22,27,33)
VAGO (1)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (14,15,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
7. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
8. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
9. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
10. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	
11. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).	
12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).	



13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.
Notas:	
1. Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).	
2. Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).	
3. Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).	
4. Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).	
5. Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).	
6. Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).	
7. Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).	
8. Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).	
9. Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).	
10. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).	
11. Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).	



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).

Secretário(a): VAGO

Reuniões: Quintas-feiras às 9:00hs -



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO (1)	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	1.
Senador Major Olímpio (Sem Partido-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO (5)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODR, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

